

## Capítulo 4: Regime de Ocupação

<a href="#">Capítulo 4: Regime de Ocupação</a> .....	1
<a href="#">Capítulo 4: Regime de Ocupação</a> .....	2
<a href="#">4.1 Introdução</a> .....	2
<a href="#">4.2 As Forças Armadas indonésias e o seu papel em Timor-Leste</a> .....	3
<a href="#">Introdução</a> .....	3
<a href="#">Antecedentes das Forças Armadas indonésias</a> .....	4
<a href="#">Estruturas organizacionais das Forças Armadas indonésias em Timor Leste</a> .....	9
<a href="#">4.3 Militarização da sociedade timorense</a> .....	20
<a href="#">Introdução</a> .....	20
<a href="#">Militarização de Timor-Leste no período pré-Indonésia</a> .....	21
<a href="#">Militarização indonésia de partidos políticos timorenses anterior à ocupação</a> .....	22
<a href="#">Constituição de batalhões de combate timorenses</a> .....	23
<a href="#">Primeiros paramilitares, 1976/81</a> .....	24
<a href="#">Paramilitares na década de 1980</a> .....	25
<a href="#">As forças de defesa civil</a> .....	26
<a href="#">“Militares em três meses”, <i>Milsas</i> 1989/92</a> .....	28
<a href="#">Auxiliares de operações (<i>TBO</i>)</a> .....	28
<a href="#">‘<i>Intel</i>’ — espões timorenses</a> .....	29
<a href="#">Década de 1990 e a atenção sobre os jovens</a> .....	31
<a href="#">Esquadrões de morte</a> .....	32
<a href="#">Milícias, 1998/99</a> .....	33
<a href="#">4.4. Administração civil</a> .....	42
<a href="#">O Governo provisório de Timor Leste</a> .....	42

# Capítulo 4: Regime de Ocupação

## 4.1 Introdução

1. Os militares indonésios começaram a intervir no futuro político de Timor-Leste logo nos primeiros dias após a Revolução dos Cravos, que teve lugar em Portugal, em Abril de 1974, no início do processo de descolonização. As Forças Armadas indonésias impuseram soluções militares aos problemas políticos emergentes, o que resultou em consequências desastrosas para o povo de Timor-Leste. As preocupações da Indonésia relativamente ao emergente Timor-Leste pós-colonial nunca teriam resultado numa intervenção militar, se as chefias militares de linha dura não tivessem desempenhado um papel tão importante no regime da Nova Ordem do Presidente Suharto. As *ABRI*, tendo determinado a intervenção militar, tiveram um papel preponderante durante os primeiros anos da ocupação: recorrendo ao aumento da violência militar, procuravam alcançar os objectivos políticos da pacificação e da integração. Para alcançar esse objectivo, as *ABRI* propagaram o conflito a todos os níveis da sociedade timorense, envolvendo homens, mulheres e crianças nas acções de combate, de serviços de informação, e na tortura e assassinatos, como forma de controlar a população. No final da década de 80, quando o conflito militar generalizado deu lugar à resistência clandestina levada a cabo por uma nova geração de jovens timorenses, os militares indonésios, uma vez mais, procuraram soluções violentas para o problema. Os esquadrões de morte e os paramilitares de meados dos anos 90, foram os precursores dos grupos de milícias que surgiram em 1998/99 e se espalharam por todo o território. Entre 1974 e 1999, verificou-se a existência de um padrão consistente na formação de forças armadas paramilitares, constituídas por timorenses que agiram impunemente com o apoio das *ABRI*.

2. Esta estratégia militar teve consequências graves e de longa duração para o povo de Timor-Leste. A escalada de violência teve um efeito multiplicador e foi levada até às aldeias mais pequenas de todo o território. O medo e a desconfiança foram semeados nas comunidades à medida que timorenses eram virados contra timorenses, particularmente em resultado das operações de informação e de vigilância. A impunidade dos perpetradores e a ausência de qualquer tipo de sistema eficaz que respeitasse o Estado de direito, implicava que o povo de Timor-Leste não podia confiar na polícia ou nos mecanismos da administração civil para protecção. Ao longo de toda a ocupação, a administração civil manteve-se de facto subserviente perante as Forças Armadas enquanto instituição e perante os poderosos comandantes militares. Muitos dos postos-chave da administração civil, tanto a nível distrital como subdistrital, foram ocupados por militares ou por antigos militares. Esta situação comprometia a capacidade da administração civil de funcionar e implementar objectivos nacionais de desenvolvimento.

3. Este capítulo incide sobre o enquadramento dos sistemas militar e de governação indonésios aplicados em Timor-Leste durante todo o período da ocupação. O seu propósito é constituir uma referência que possa contribuir para a compreensão do contexto das violações de direitos humanos relatadas noutros capítulos.

---

<sup>1</sup> As *ABRI*, acrónimo para *Angkatan Bersenjata Republik Indonesia* (Forças Armadas da República da Indonésia), existiram até Abril de 1999, altura em que a Polícia foi separada dos outros três ramos – Exército, Marinha e Força Aérea - que adoptaram a designação conjunta de *Tentara Nasional Indonesia* (o Exército Nacional Indonésio), ou *TNI*.

## 4.2 As Forças Armadas indonésias e o seu papel em Timor-Leste\*

### Introdução

4. As Forças Armadas indonésias desempenharam um papel de liderança na intervenção indonésia e nos 24 anos de ocupação de Timor-Leste. Em 1974/75, após a Revolução dos Cravos, em Portugal, ter aberto as portas à descolonização de Timor Português, a *Bakin*, agência militar indonésia de coordenação dos serviços de informação, e o grupo de reflexão civil a ela estreitamente associado, o Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais (*CSIS*), foram co-mentores de operações secretas e de uma campanha de desestabilização do território. A partir do final de 1974, estes grupos iniciaram o armamento e treino de timorenses, em Timor Ocidental, estendendo deste modo o conflito para o interior da sociedade timorense. Esta prática foi um contínuo até 1999.

5. A Comissão ouviu o testemunho de um quadro superior do *CSIS*, Yusuf Wanandi, que afirmou que os militares de linha dura dominaram o debate quando a Indonésia decidiu a intervenção e invasão militares em larga escala, em 1975. Caracterizaram à partida a intervenção em Timor-Leste como uma cruzada heróica anticomunista, associando-a à ideologia e aos antecedentes históricos do regime da Nova Ordem com o objectivo de atrair o apoio ocidental no contexto então prevalectente de Guerra Fria. A invasão de Timor-Leste foi um exercício militar em larga escala. Os elementos de linha dura das *ABRI* convenceram a liderança indonésia e os seus apoiantes internacionais que a absorção de Timor-Leste seria uma questão simples e rápida de resolver. Tratava-se de um empreendimento em que o investimento estava centrado na credibilidade das *ABRI*. Quando a vitória militar não surgiu com a rapidez e facilidade esperadas, as *ABRI* procuraram, e conseguiram, o apoio militar internacional que lhes permitiu intensificar as operações.<sup>1</sup>

6. Se bem que as *ABRI* pudessem reivindicar deter o controlo militar de Timor-Leste a partir de finais da década de 1970, nunca conseguiram eliminar a resistência armada. Quando a Resistência passou a adoptar uma estratégia que dependia primordialmente das redes clandestinas, dos protestos urbanos e de campanha diplomática internacional, as *ABRI* recorreram a medidas opressivas para subjugar essa resistência. As *ABRI* estabeleceram um domínio invasivo sobre a sociedade e a economia timorenses. A sua estrutura territorial foi estendida até ao nível de aldeia, paralelamente à estrutura da administração civil e dominando-a. Durante os 24 anos de ocupação, mantiveram redes de serviços de informação em todo o território e mobilizaram civis timorenses para as forças paramilitares, que culminaram nas milícias de 1999. Até Abril de 1999, mantiveram controlo orgânico sobre a polícia. Também criaram no território poderosos interesses de negócios e monopólios, que a exemplo das suas restantes actividades, tiveram um impacto nocivo no quotidiano dos timorenses (ver Subcapítulo 7.9: Direitos Económicos e Sociais). A invasão de Timor-Leste e a subsequente incapacidade dos militares indonésios de esmagarem a resistência à sua ocupação, transformaram este território, durante os 24 anos de ocupação, no principal teatro de operações onde os soldados indonésios adquiriam experiência de guerra anti-sublevação e de combate. Várias gerações de oficiais utilizaram a experiência de combate adquirida em Timor Leste na promoção das suas carreiras. Operando numa província distante, situada na periferia do arquipélago indonésio, os militares indonésios realizavam a sua acção praticamente sem qualquer tipo de escrutínio externo, inserindo-a num sistema onde a administração civil carecia de poder para contrabalançar e controlar as acções dos militares. As Forças Armadas indonésias agiram com impunidade.

7. Os subcapítulos que incidiram sobre as violações de direitos humanos, incluídos no Capítulo 7 do presente Relatório, debruçaram-se sobre as consequências das acções das

---

\* Esta secção debruça-se sobre o papel militar convencional das *ABRI*. O papel sócio-político das *ABRI* aparece debatido em 4.4 Administração Civil.

Forças Armadas indonésias sobre os timorenses e sobre a vivência dos timorenses num sistema dominado pelos militares indonésios. Este capítulo proporciona informação sobre os militares indonésios e as suas operações em Timor-Leste, de forma a contextualizar os subcapítulos sobre as violações cometidas.

## Antecedentes das Forças Armadas indonésias

### **Antecedentes históricos das ABRI e do TNI<sup>2</sup>**

8. Primeiro os neerlandeses e posteriormente os japoneses recrutaram indonésios para as suas Forças Armadas. Os oficiais do Exército Real das Índias Neerlandesas (*KNIL*) eram, maioritariamente, neerlandeses, mas os soldados eram indonésios, treinados por neerlandeses. A invasão japonesa decorreu em Março de 1942, e no final do ano, os japoneses já tinham estabelecido a *Heiho* como unidade auxiliar encarregada da vigilância. A 3 de Outubro de 1943, os japoneses formaram uma unidade de combate mais formal, conhecida por *Peta* (Força Voluntária para a Defesa da Pátria), para nela se apoiarem caso as forças aliadas desembarcassem. Durante o período de transição entre o controlo japonês e o reconhecimento da Indonésia como nação independente surgiram diversas organizações armadas. Estes grupos reflectiam uma gama alargada de ideologias, de muçulmanos que lutavam pela criação de um Estado islâmico, a nacionalistas radicais e comunistas até aos que defendiam a criação de um Estado secular. A 22 de Agosto de 1945, a Comissão Preparatória para a Independência (*PPKI*) formou o Corpo Popular de Segurança (*BKR*), constituído, maioritariamente, por antigos oficiais e soldados da unidade de combate *Peta*. Na sequência da chegada de tropas aliadas no final de Setembro de 1945, o *BKR* transformou-se no Exército Popular de Segurança (*TKR*) a 5 de Outubro de 1945, sob um comando centralizado. Por decreto assinado por Sukarno, a 26 de Janeiro de 1946, o Exército Popular de Segurança tornou-se no Exército da República da Indonésia (*TRI*). O *TRI* foi consolidado em meados de Maio de 1946 e, a 26 de Junho de 1946, a Força Aérea e a Marinha, que em vez de ficarem sob a tutela do ministro da Defesa, foram colocadas sob o comando de Sudirman, o comandante-em-chefe do *TRI*. A 5 de Maio de 1947, Sukarno associou o *TRI* a outros grupos armados (*Jaskar*) e formou o Exército Nacional Indonésio (*TNI*). Durante a década de 50, os comandantes do Exército, da Força Aérea e da Marinha estiveram sob o comando do Presidente mas, na sequência de sublevações e assassínios generalizados em 1965, estes ramos, juntamente com a Polícia, foram consolidados em Dezembro de 1965 e passaram a constituir as Forças Armadas da República da Indonésia (*ABRI*), sob o comando do Comandante-em-chefe das Forças Armadas. Em Abril de 1999, com a separação da Polícia, das Forças Armadas, as *ABRI* transformaram-se em *TNI*.

### **As Forças Armadas como salvadores da nação**

9. A luta pela independência da Indonésia do regime colonial neerlandês foi longa e complexa. A sua fase armada, após a II Guerra Mundial, mobilizou vastas camadas da sociedade indonésia no desalojar dos neerlandeses, que tentavam reafirmar a sua autoridade colonial no seguimento da rendição dos japoneses. O Exército da República da Indonésia (*Tentara Republik Indonesia, TRI*) e, posteriormente, o Exército Nacional Indonésio (*Tentara Nasional Indonesia, TNI*), foi constituído para liderar esta luta e desempenhou um papel central para forçar a saída dos Países Baixos, após a revolução de 1945/49. Durante este período, nem sempre foi fácil o relacionamento das Forças Armadas com os políticos e os numerosos grupos de milícias civis que tinham surgido para lutar por aquilo que era designado por Revolução. Apesar da liderança civil indonésia ter adoptado uma constituição democrática em 1950, o Exército considerou, desde logo, que tinham um papel central a desempenhar no futuro político da Indonésia.

10. Nos anos que se seguiram à independência, a consolidação do poder militar foi marcada por alguns acontecimentos determinantes que permitiram a autopromoção dos militares a

salvadores da nação. Durante a maior parte da década de 1950, as Forças Armadas estiveram envolvidas no combate a movimentos separatistas e islâmicos. Em 1957 e 1958, a Indonésia enfrentou duas revoltas federalistas, uma em Samatra (*Pemerintah Revolusioner Republik Indonesia, PRR*) e outra em Sulawesi (*Perjuangan Semesta, Permesta*). As duas revoltas foram sustentadas em apoios sólidos, incluindo de alguns militares. O Presidente Sukarno declarou a lei marcial em 1957 e os militares, chefiados pelo major Abdul Haris Nasution, esmagaram ambas as rebeliões. Confiantes por estas vitórias e pelo controle das empresas neerlandesas nacionalizadas quase na mesma altura, os militares indonésios adoptaram uma política local cada vez mais agressiva no final da década de 1950, inicialmente contra os partidos políticos e, posteriormente, contra o próprio sistema democrático. Com o apoio dos militares, Sukarno abandonou a democracia parlamentar em 1959, restaurou a Constituição de 1945 e instituiu aquilo que denominou de Democracia Orientada, que atribuiu maiores poderes ao Presidente. A Democracia Orientada também conferiu aos militares, enquanto um dos vários “grupos funcionais”, o direito de participarem na política.<sup>3</sup>

11. Após um período tumultuoso no início da década de 1960, em que Sukarno presidiu a uma Indonésia cada vez mais dividida, o Exército, sob o comando do major-general Suharto, depôs, efectivamente, o Presidente e iniciou uma depuração violenta direccionada contra o seu principal rival político, o Partido Comunista Indonésio (*Partai Komunis Indonesia, PKI*). Com o apoio activo dos militares, em 1965/66, foram mortas entre 250.000 e 1 milhão de pessoas sob suspeita de serem comunistas e muitos outros militantes de esquerda e apoiantes de Sukarno foram encarcerados em prisões e em campos de detenção.<sup>4</sup> Na Nova Ordem de Suharto, os militares foram novamente representados como tendo salvado a nação, desta vez do comunismo.

12. Em 1974, os militares indonésios usaram a ameaça do comunismo para justificarem o seu envolvimento em operações secretas em Timor Leste (ver Capítulo 3: História do Conflito). No apogeu da Guerra Fria, este era um símbolo poderoso para os aliados internacionais da Indonésia, especialmente tendo em consideração que os Estados Unidos da América procuravam controlar a expansão do comunismo no Sudoeste Asiático. Apesar de não existirem provas de que o comunismo fosse uma força de relevo na política de Timor-Leste, ou que as nações comunistas estivessem a apoiar activamente os dirigentes políticos de Timor-Leste, as Forças Armadas viam a possibilidade de um Timor-Leste independente como uma ameaça à estabilidade da Indonésia. Durante anos após a invasão de 1975, as *ABRI* continuavam a instar que lutavam contra um inimigo comunista em Timor-Leste.<sup>5</sup>

### **Doutrina das Forças Armadas**

13. A doutrina básica das Forças Armadas indonésias é conhecida por Sistema de Defesa e Segurança de Todo o Povo (*Sistem Pertahanan Keamanan Rakyat Semesta, Sishankamrata*), segundo a qual todos os cidadãos têm um papel a desempenhar na defesa nacional. O conceito surgiu a partir da guerra pela independência, durante a qual as Forças Armadas dependeram do apoio da população.<sup>6</sup> Inicialmente, o conceito baseava-se na ideia de que toda a nação tinha de resistir a um inimigo externo, se o poderio deste fosse superior ao das Forças Armadas regulares. Ao longo do tempo, este conceito alterou a origem da ameaça, uma vez que as Forças Armadas passaram a considerar a ameaça interna como a mais importante para a segurança nacional.

14. O papel desempenhado pelas Forças Armadas indonésias na vida política nacional foi significativamente alterado quando, em 1959, o Presidente Sukarno proclamou a “Democracia Orientada” e conferiu às Forças Armadas o direito de participarem na política. Sob a liderança do general Abdul Haris Nasution, as Forças Armadas desenvolveram uma política de função dupla (*dwifungsi*), reivindicando para si um papel nas áreas da segurança e sócio-política.

15. A partir de 1965 e com o advento do regime da Nova Ordem do Presidente Suharto, as *ABRI* preocuparam-se quase exclusivamente com a segurança nacional interna. Esta preocupação articulava-se com uma vasta gama de políticas e de conceitos, destinados a justificar o seu envolvimento em todas as esferas da vida da nação. Por exemplo, em 1966, adoptaram o conceito abrangente de *ipoleksos* - ideologia, política, economia e social.<sup>7</sup> A consolidação da estrutura territorial, que proporcionou uma presença física em todo o país (ver abaixo), reflectiu a preocupação de controlo interno.

16. Durante o regime da Nova Ordem, a intolerância perante a dissidência interna atingiu o ponto em que qualquer crítica dirigida ao regime era considerada uma ameaça à segurança do Estado. A Lei de Defesa de 1982, delineou o papel sócio-político das *ABRI*, afirmando que:

A defesa e a segurança nacionais englobam a defesa perante ameaças externas e internas e podem dirigir-se contra a liberdade e a soberania nacionais, contra a unidade e solidariedade nacionais, contra a integridade da nação e a jurisdição nacional, e contra os valores da ideologia nacional, a *Pancasila* e a Constituição.<sup>8</sup>

### **Estrutura territorial das Forças Armadas indonésias**

17. A estrutura das Forças Armadas indonésias encontra-se dividida em duas secções operacionais principais: o comando de combate e o comando territorial. A estrutura territorial é uma característica específica das Forças Armadas indonésias, enraizada na luta pela independência, quando as Forças Armadas indonésias eram compostas por unidades locais não profissionalizadas, que mantiveram uma guerra do tipo guerrilha contra os neerlandeses. Estas unidades locais desenvolveram-se, dando origem à estrutura territorial que existe actualmente e é equivalente à estrutura administrativa civil. Do ponto de vista operacional, no topo desta estrutura encontra-se o Comando Militar Regional (*Komando Daerah Militer, Kodam*), que supervisiona alguns Comandos Sub-regionais (*Komando Resort Militer, Korem*).<sup>\*</sup> A este nível, os comandos militares nem sempre correspondem às unidades administrativas existentes no arquipélago. As províncias mais populosas de Jacarta e de Java Ocidental, Central e Oriental têm os seus próprios Comandos Regionais e, no caso das últimas três províncias, os Comandos Sub-regionais abrangem vários distritos. No entanto, a maioria dos Comandos Regionais abrange mais do que uma província, enquanto os Comandos Sub-regionais cobrem o território de uma única província. Este foi o caso de Timor-Leste, durante a maior parte do período da ocupação (ver mais à frente). Abaixo do *Korem*, a estrutura corresponde, invariavelmente, às unidades administrativas civis: cada distrito dispõe de um Comando Militar Distrital (*Kodim*) e cada subdistrito dispõe de um Comando Militar Subdistrital (*Koramil*). Na maioria das aldeias existe um oficial da classe de sargentos para a “orientação da aldeia”, denominado *Babinsa (Bintara Pembina Desa)*. As Forças Armadas indonésias também dispõem de forças de defesa civil sob o seu comando, designadas *Wanra (Perlawanan Rakyat, Resistência Popular)* e *Ratih (Rakyat Terlatih, Civis Treinados)*. Estes grupos paramilitares são recrutados entre a população civil das aldeias e representam uma maneira financeiramente eficaz de alargar o controlo militar e de alistar o cidadão comum para o cumprimento de tarefas de segurança (ver, abaixo, pontos sobre a militarização da sociedade timorense). O resultado desta estrutura foi o de constituir uma instituição capaz de exercer o poder sobre o governo e sobre a população, a todos os níveis da sociedade, e de criar um exército permanente que, em 1993, enquadrava um soldado em cada 900 indivíduos.<sup>9</sup>

18. Durante os anos iniciais do regime da Nova Ordem do Presidente Suharto, esta estrutura territorial foi consolidada e ampliada. As *ABRI* passaram a ser o núcleo central do regime e, através da sua estrutura territorial, capaz de recorrer a um conjunto de métodos para assegurar

---

<sup>\*</sup> Até 1985, os grupos dos *Kodam* estavam sob o comando de uma unidade territorial superior, o *Kowilhan* (Comando de Defesa Sectorial). O *Kowilhan* foi abolido, porque ser considerado redundante.

o seu domínio. Institucionalizaram um sistema de consulta com quadros superiores da administração civil e da Polícia, designado, ao nível de província e de distrito, *Muspida* (*Musyawah Pimpinan Daerah*, Consulta da Liderança Regional) e a nível de subdistrito, *Tripika* (*Tri Pimpinan Kecamatan*, Triunvirato de Liderança Subdistrital). Noutros sectores, a Nova Ordem apresentava-se ao mundo com uma face eminentemente civil. Por exemplo, exortava o público a afirmar a lealdade ao Estado ao assegurar a participação popular na celebração do nacionalismo indonésio. No âmbito da sua função dupla (*dwifungsi*), as *ABRI* também implementaram projectos de obras públicas como o designado 'ABRI Entram na Aldeia' (*ABRI Masuk Desa*).

### **Forças Armadas indonésias e a Polícia**

19. Durante todo o regime da Nova Ordem, a força de Polícia indonésia fazia parte da estrutura militar. Esta longa história de subserviência efectiva à liderança das Forças Armadas teve um efeito profundo na independência da Polícia e na sua capacidade de zelar pela aplicação da lei e manter a ordem. Estes antecedentes contribuíram ainda para a impunidade que as Forças Armadas desfrutaram, bem como aqueles que com elas trabalharam. A doutrina da força de Polícia, fundamentada no pressuposto de que a responsabilidade pela segurança é de toda a população, é muito semelhante à das Forças Armadas. De acordo com o seu Sistema de Segurança Local (*Sistem Keamanan Lingkungan, Siskamling*), os membros da comunidade desempenham um papel na manutenção da segurança da sua localidade.<sup>10</sup> Tal como os militares, também a força de Polícia mantém uma estrutura territorial, incluindo a presença ao nível de aldeia (*Bintara Polisi Daerah, Binpolda*). Para além das suas funções habituais, a Polícia mantém uma divisão armada denominada Brigada Móvel (*Brimob*). Inicialmente, a *Brimob* era responsável pela segurança interna, contudo, à medida que os militares assumiram o desempenho desta função durante a Nova Ordem, esta divisão especializou-se no controlo de motins e foi amplamente utilizada com esta finalidade.

### **Financiamento das Forças Armadas indonésias e o seu papel na economia indonésia**

20. Desde a sua constituição, as Forças Armadas indonésias desempenharam um papel na economia indonésia. Esta situação ficou, em grande parte, a dever-se ao facto de a afectação orçamental destinada às Forças Armadas ser considerada inadequada,<sup>11</sup> pelo que os militares se viam forçados a angariar fundos para si próprios.<sup>12</sup> Tal prática de financiamento "extra-orçamental" tornou-se enraizadamente institucionalizada.<sup>13</sup>

21. Durante a Revolução, as Forças Armadas viram-se forçadas a improvisar para abastecer as suas tropas, mas o seu envolvimento profundo na economia data do final da década de 1950, quando os militares passaram a desempenhar um papel central em todos os aspectos da vida nacional. Em 1957, a nacionalização de empresas estrangeiras proporcionou aos militares o controlo sobre alguns bens estatais, que utilizaram para proveito institucional e pessoal. Foram ainda nomeados oficiais superiores para ocuparem posições de poder em instituições-chave pertencentes ao Estado, como a Agência Nacional de Logística (*Badan Urusan Logistik, Bulog*),<sup>14</sup> responsável pela distribuição de bens de primeira necessidade. Este foi o início do papel institucionalizado das Forças Armadas, enquanto fonte de domínio económico dentro da nação.

22. Durante o regime da Nova Ordem, o Presidente Suharto reduziu a dotação orçamental, das Forças Armadas, de quase 30% das despesas do governo para menos de 10%.<sup>15</sup> Ele foi louvado por aquilo que parecia ser uma redução do papel dos militares na sociedade. No entanto, simultaneamente, as *ABRI* aumentavam a sua dimensão global, a sua abrangência territorial e desenvolviam o seu papel nos assuntos de Estado. A redução no financiamento do governo era compensada pelos seus empreendimentos económicos.<sup>16</sup>

23. Os objectivos de desenvolvimento da Nova Ordem proporcionaram a justificação para o papel económico das *ABRI*.<sup>17</sup> O conceito de *kekaryaan* (nomeação para cargos civis no Estado, nas agências governamentais e nas empresas nacionalizadas) sancionou o papel das *ABRI* na economia nacional.<sup>18</sup> Esta situação estava intimamente ligada a um outro conceito militar chave, nomeadamente, que a 'orientação', tal como exemplificada pela disciplina e integridade militares, era vital para o progresso de toda a nação. De forma a poderem coordenar estas funções, as *ABRI* tinham um Gabinete para os Assuntos Sociais e Políticos (*Kasospol*).<sup>19</sup> O resultado foi a existência de uma classe de oficiais civis que, em 1992, ascendia a 14.000<sup>20</sup> (ver, mais à frente, discussão sobre a Administração Civil).

24. O controlo militar sobre bens-chave do Estado permitiu-lhes garantirem a concessão de contratos lucrativos a negócios ligados às *ABRI*. Desta situação resultava, frequentemente, a gestão ineficaz de agências do Estado em prol dos lucros dos militares. Um exemplo claro foi a situação de pré-bancarota do conglomerado estatal de petróleo, *Pertamina*, em meados da década de 1970, após ter acumulado uma enorme dívida e se ter transformado "num Estado dentro do Estado" que só respondia perante o Presidente Suharto.<sup>21</sup> A crise da *Pertamina* coincidiu com os preparativos tendentes à intervenção em Timor-Leste e, inicialmente, contribuiu para a hesitação dos militares sobre a viabilidade do lançamento de uma invasão do território em larga escala.<sup>22</sup>

25. Para além do seu papel formal na burocracia e nas empresas estatais, os oficiais das *ABRI* também exerciam diversas actividades para além dos parâmetros legais. Tinham a possibilidade de usarem as suas posições para operarem enquanto intermediários de empresários dispostos a pagar para usufruírem de acessos privilegiados. Muitos dos empresários eram investidores indonésios de origem chinesa que contribuíam com o seu capital e capacidade de gestão financeira, enquanto os oficiais das *ABRI* prestavam a influência política e, quando necessário, a força militar.<sup>23</sup> Um membro influente deste grupo foi Liem Soe Liong, um aliado próximo de Suharto mesmo antes da Nova Ordem. Investidores estrangeiros entravam em parcerias semelhantes.<sup>24</sup> Por exemplo, nas minas de ouro e cobre da *PT Freeport* da Papua Ocidental, os militares indonésios foram contratados para prestarem os serviços de segurança da empresa mineira.

### **A reorganização da Nova Ordem e as Forças Armadas**

26. Durante o período de presidência de Sukarno, os quatro ramos militares (Exército, Marinha, Força Aérea e Polícia) foram rivais e as chefias do Estado-Maior não os conseguiram coordenar de forma eficaz.<sup>25</sup> No final da década de 1950 e durante a década de 1960, atingiu-se maior unidade e centralização e, em 1967, o Presidente Suharto utilizou a Nova Ordem para colocar os serviços militares sob o comando de um único departamento, o Ministério da Defesa e Segurança (*Departmen Pertahanan dan Keamanan, Hankam*).<sup>26</sup> Desde 1967 até ao final do regime da Nova Ordem, a posição de comandante-em-chefe das *ABRI* foi ocupada por generais do Exército. A autoridade operacional foi transferida dos chefes de serviço para o ministro da Defesa e Segurança, cargo normalmente desempenhado pelo comandante-em-chefe das *ABRI*. Estas alterações vieram a confirmar o domínio, *de facto*, das *ABRI*.

---

<sup>17</sup> Artigo do jornal *Jakarta Post*, de 13 de Março de 2003, que afirma que a *Freeport-McMoran Copper and Gold Inc.* enviou "um documento confidencial ao *New York City Controller's Office* e à *US Security and Exchange Commission*, a informar que, no ano de 2001 foram liquidados 4,7 milhões USD pela contratação de cerca de 2.300 "funcionários de segurança do Governo indonésio". O jornal *The Australian Herald* (em artigo de Sian Powell), de 15 de Março de 2003, afirma que a *Freeport* informou ter efectuado pagamento no valor de 11 milhões USD ao TNI, relativos aos dois anos anteriores. A *Freeport* afirmou que "a mina Grasberg foi classificada pelo Governo indonésio como sendo vital para os interesses nacionais. Esta classificação resulta do papel significativo que os militares desempenham na protecção da área de operações da empresa". A declaração da *Freeport* refere que liquidou despesas relativas a "segurança relacionada com o governo" das operações da mina, no valor de 5.8 milhões USD em 2001 e de 5.6 milhões USD em 2002 (ver: <http://www.minesandcommunities.org/Action/press127.html>).

27. Durante a Presidência de Suharto, o sector dos serviços de informação foi assumindo uma posição de poder no contexto militar. Os serviços de informação tornaram-se num dos aspectos nucleares das operações de segurança nacional, que incluíam ainda operações territoriais, de combate e da lei e ordem.<sup>27</sup> A repressão de dissensões internas era a uma função primordial das Forças Armadas. Este sector crescente dos serviços de informação, em conjunto com a nova estrutura centralizada de comando, teve um impacto significativo na política e no comportamento dos militares.

28. O Presidente Suharto chegou ao poder numa época turbulenta e uma das primeiras estruturas que criou para assegurar a sua posição foi o Comando Operacional para a Restauração da Segurança e da Ordem (*Komando Operasi Pemulihan Keamanan dan Ketertiban, Kopkamtib*). Suharto exercia controlo directo sobre esta instituição que, no início, não estava consagrada na Constituição e era extremamente poderosa.<sup>28</sup> Os seus propósitos eram predominantemente anticomunistas e a sua missão era a de:

Restaurar a segurança e a ordem em consequência da revolta de *G30S/PKI* (o alegado golpe de 1965), assim como de outras actividades extremistas ou subversivas.<sup>29</sup>

29. Em 1966, o Organismo Central dos Serviços de Informação (*BPI*) foi designado Coordenação dos Serviços Nacionais de Informação (*KIN*), tendo ficado sob a tutela do Presidente Suharto, através do *Kopkamtib*. A unidade de Operações Especiais do general Ali Murtopo era um órgão mais informal que desempenhou um papel de relevo no período inicial da Nova Ordem indonésia, nomeadamente, na assistência às eleições de 1971 e, através de operações secretas, na resposta a alguns desafios como pôr termo à “confrontação” com a Malásia e, em 1969, na instrumentalização do “Acto de Livre Escolha” na Papua Ocidental.<sup>30</sup> Em 1974, a unidade de Operações Especiais trabalhou em estreita parceria com o grupo de reflexão civil, Centro para os Estudos Estratégicos e Internacionais (*CSIS*), no desenvolvimento de uma estratégia que conduziria à tomada de Timor-Leste (ver Capítulo 3: História do Conflito).

30. Em 1974, depois dos distúrbios generalizados, conhecidos por caso *Malari*, denunciarem a insatisfação generalizada relativamente à Nova Ordem e a existência de divisões graves entre os próprios militares, Suharto reforçou e centralizou os serviços de informação e o aparelho de segurança interna. O major-general Benny Murdani chefiava os serviços de informação do Ministério da Defesa e Segurança, mantinha a segunda posição de chefia da *Bakin (Badan Kordinasi Intelijen*, Agência Coordenadora dos Serviços de Informação) e liderava ainda o Centro dos Serviços de Informação Estratégica de Segurança do Ministério da Defesa e da Segurança. O sistema de mecanismos de controlo militar e político, que poderia restringir a acção dos serviços de informação, foi anulado pelo que os serviços de informação alcançaram um nível de poder e de influência sem precedentes. Os generais Murtopo e Murdani e as respectivas redes de serviços de informação, desempenharam um papel-chave no desenvolvimento e na implementação da política relativamente a Timor-Leste em 1974/75.

### Estruturas organizacionais das Forças Armadas indonésias em Timor Leste

31. O objecto da análise que segue, incide sobre a forma como as estruturas de comando militar das Forças Armadas indonésias, ao longo dos 25 anos de intervenção, invasão e ocupação de Timor-Leste, tiveram de se ajustar às estruturas existentes na Indonésia. Contudo, a natureza do conflito forçou a Indonésia a lidar com Timor-Leste, durante todo o período da ocupação, enquanto um caso especial e extremo.

32. Ao longo do período de 24 anos de ocupação, ocorreram diversas alterações estruturais e de política na forma como os militares indonésios se organizaram em Timor Leste. Estas alterações foram influenciadas pela natureza do conflito em Timor-Leste, pelos níveis de assistência internacional, por vezes pelo nível de escrutínio internacional e, em última análise,

pela pressão internacional sobre a Indonésia para retirar do território. As fases de envolvimento militar indonésio em Timor Leste foram as seguintes:

- Operações dos serviços de informação em 1974, enquanto acção de preparação do assalto militar em larga escala e da ocupação;
- O estabelecimento de uma estrutura de comando regional para Timor Leste por um “período de transição” que se prolongou até final da década de 1970, à medida que as *ABRI* procuravam consolidar a sua posição e esmagar a resistência armada;
- Transferência do comando para uma estrutura de comando regional convencional, a partir do momento em que as *ABRI* declararam Timor Leste ‘pacificado’;
- A expansão da estrutura territorial das *ABRI* após 1979, para controlo da população civil à medida que descia das montanhas e era reinstalada em campos e nas aldeias;
- A formação de estruturas paralelas de comando territorial e de combate durante a década de 1980;
- A decisão de lidar com Timor Leste enquanto província “normal”, à medida que a Indonésia abria parcialmente Timor Leste no final de 1988;
- A mudança para uma política centrada em operações dos serviços de informação e no recurso à polícia antimotim, *Brimob*, para conter a disseminação de actividade clandestina e as manifestações na década de 1990;
- O destacamento de tropas do Comando Estratégico Reservista do Exército (*Komando Strategis Angkatan Darat, Kostrad*) no final de 1998, à medida que eram formadas as milícias;
- A criação de uma estrutura de comando especial após a Consulta Popular, quando o Presidente Habibie declarou a lei marcial em Timor Leste;
- A abolição da estrutura de comando especial no final de Setembro de 1999 e a sua substituição por uma Força de Intervenção para Timor Leste, com o intuito de coordenar a retirada da Indonésia com a entrada da Força Internacional para Timor Leste (Interfet).

33. Esta síntese visa apresentar um enquadramento para o Capítulo 7, sobre as violações de direitos humanos, e para o Capítulo 8: Responsabilidade e Responsabilização, do presente Relatório. Não pretende formular uma análise exaustiva de todos os factores que contribuíram para as mudanças estruturais ou políticas nas Forças Armadas indonésias, e suas consequências. O seu propósito é realçar os acontecimentos-chave relativos às preocupações centrais da Comissão.

**Table 1 - Comandos militares em Timor Leste**

Data	Comando	Principais Operações Conhecidas
Final de 1974	<i>Operasi Khusus (Opsus)</i> <sup>31</sup>	<i>Operasi Komodo</i>
Início de 1975	Assistente I/Departamento de Defesa e Segurança dos Serviços de Informação, com o apoio do Comando de Forças Especiais ( <i>Kopassandha</i> ) <sup>32</sup>	<i>Operasi Flamboyan</i>
31 de Agosto de 1975	Comando da Força de Intervenção Conjunta da Operação <i>Seroja (Kogasgab Seroja)</i> <sup>33</sup>	<i>Operasi Flamboyan</i> <i>Operasi Seroja</i> (invasão)
Agosto de 1976	Comando Regional de Defesa e Segurança em Timor Leste ( <i>Kodahankam</i> )	<i>Operasi Seroja</i>
Outubro de 1978	Comando da Força de Intervenção Conjunta da Operação <i>Seroja (Kogasgab Seroja)</i>	<i>Operasi Seroja</i> <i>Operasi Skylight</i>
26 de Março de 1979	Comando Sub-regional 164/ <i>Wira Dharma (Korem 164)</i> (Comando territorial)	<i>Operasi Keamanan</i> <i>Operasi Kikis</i> <i>Operasi Persatuan</i>
1984	Comando das Operações de Segurança para Timor Leste ( <i>Koopskam Timor Timur</i> )	<i>Operasi Watumisa 1</i> <i>Operasi Watumisa 2</i>

	(Comando de Combate e dos Serviços de Informação)	
Maio de 1990	Comando para a Implementação de Operações em Timor Leste ( <i>Kolakops Timor Timur</i> )	
Março de 1993	Comando Sub-regional 164 ( <i>Korem 164</i> )	Não foram realizadas operações formais, apesar da presença permanente de forças de combate em Timor Leste
7 de Setembro de 1999	Comando da Autoridade da Lei Marcial em Timor Leste ( <i>Komando Penguasa Darurat Militer Timor Timur</i> )	
23 Setembro de 1999	Força de Intervenção Indonésia para Timor Leste ( <i>Satuan Tugas Indonesia di Timor Timur</i> )	

Fonte: Investigação e compilação da CAVR

### Comando da Força de Intervenção Conjunta da Operação Seroja,<sup>34</sup> Agosto de 1975 a Agosto de 1976

34. O envolvimento militar indonésio em Timor Leste teve início em meados de 1974, quando a unidade de Operações Especiais (*Opsus*) do major-general Ali Murtopo começou a trabalhar confidencialmente na *Operasi Komodo*. No início de 1975, a *Operasi Komodo* foi dada por terminada e substituída pela *Operasi Flamboyan*, sob o comando do major-general Benny Murdani, responsável pelos serviços de informação do Ministério da Defesa e Segurança. A nova operação contou com recursos adicionais e o envolvimento de unidades das Forças Especiais (*Kopassandha*). Esta operação incluiu um conjunto de actividades mais vasto do que a Operação *Komodo*, nomeadamente a desestabilização, a recolha de informação e o treino paramilitar de recrutas timorenses. No dia 31 de Agosto de 1975, o general Panggabean, comandante-em-chefe das Forças Armadas e ministro da Defesa e Segurança, formou o Comando da Força de Intervenção Conjunta da *Operasi Seroja (Kogasgab Seroja)*.<sup>35</sup> Desta forma, o envolvimento militar indonésio no Timor Português ficou sob o controlo directo e o comando central das *ABRI*.

35. O Comando da Força de Intervenção Conjunta era chefiado pelo brigadeiro-general Suweno, que dirigiu a invasão generalizada em Dezembro de 1975, conhecida por *Operasi Seroja*. Tratou-se de uma operação militar conjunta, que envolveu tropas de todos os ramos, incluindo:

- O Comando da Reserva Estratégica do Exército (*Komando Strategi Angkatan Darat, Kostrad*).
- O Comando de Guerra Especial (*Komando Pasukan Sandhi Yudha, Kopassandha*).
- O Comando das Forças de Acção Rápida da Força Aérea (*Komando Pasukan Gerak Cepat, Kopasgat*)
- Batalhões da marinha e da infantaria de diversos comandos regionais.

36. Apesar do Comando da Força de Intervenção Conjunta da *Operasi Seroja* deter o comando directo sobre todas as tropas, as operações foram conduzidas pelo Comando da Reserva Estratégica (*Kostrad*), inicialmente pelo Comando de Segundo Combate (*Kopur II*) e, a partir de Março de 1976, pelo Comando de Combate Aerotransportado (*Kopur Linud*).

37. No início de 1976, o Comando *Seroja* dividiu Timor Leste em quatro sectores operacionais. O Sector A incluía Díli e o enclave de Oecusse, o Sector B incluía os distritos de Bobonaro, Covalima, Ermera e Liquiça, o Sector C incluía Aileu, Ainaro, Manufahi e Manatuto e,

o Sector D incluía Baucau, Viqueque e Lautém.\* À excepção do sector A (Díli), foi designada uma unidade conjunta, o Regimento de Equipas de Combate (*Resimen Tim Pertempuran, RTP*), para supervisionar as operações em cada sector. Cada Regimento de Combate compreendia seis a oito batalhões territoriais, que apoiavam unidades de artilharia, cavalaria e engenharia, conhecidas por “unidades de apoio de combate” (*Banpur*).

### **Comando Militar Regional de Timor Leste, Agosto de 1976 a Outubro de 1978**

38. Pouco tempo depois do Parlamento indonésio aprovar a lei que integrava Timor Leste na República da Indonésia, em Julho de 1976, as *ABRI* reorganizaram a estrutura militar em Timor Leste, de forma a incorporar na estrutura militar convencional as operações no exterior. A 14 de Agosto de 1976, o Ministério da Defesa e Segurança transformou a operação em Timor Leste numa operação interna através da institucionalização do Comando Regional de Defesa e Segurança de Timor Leste (*Komando Daerah Pertahanan dan Keamanan Timor Timur, Kodahankam Timor Timur*). De acordo com documentos do ministério, o papel definido para este comando, durante o que designaram por período de transição, foi o de consolidar a posição militar:

O Comando Regional de Defesa de Timor Leste foi estabelecido com o objecto de lançar os alicerces para a Orientação e o Desenvolvimento da Defesa e Segurança de Timor Leste durante o “período de transição”, que vigorará até ao final do Segundo Plano de Desenvolvimento (em 1979), e de implementar a Política de Orientação e Desenvolvimento da Defesa e Segurança Nacionais.<sup>36</sup>

39. As mudanças foram extensas:

---

\* A Indonésia ajustou os limites geográficos de alguns distritos (Zumalai fazia inicialmente parte de Bobonaro/Ainaro, não de Covalima) e alterou alguns nomes no final da década de 1970 (Same passou a designar-se Manufahi; Lospalos passou a designar-se Lautém).

- Os militares iniciaram a organização de um sistema territorial de Comandos Militares Distritais (*Komando Distrik Militer, Kodim*) e de Comandos Militares Subdistritais (*Komando Rayon Militer, Koramil*). Os *Kodim* foram, inicialmente, numerados de 01 (Díli) a 13 (Oecusse). A instrução de Fevereiro de 1977, relativa à organização do Comando de Defesa Regional, visava colocar as operações de oito *Kodim* sob o comando de um Comando Militar Sub-regional (*Korem*), enquanto os restantes cinco operariam independentemente e responderiam directamente ao Comando de Defesa Regional. No entanto, como o Comando Militar Sub-regional 164 só foi constituído em Março de 1979, todos os *Kodim* permaneceram, de facto, sob o comando e o controlo directo de um Comando de Defesa Regional e, entre Outubro de 1978 e Março de 1979, do seu sucessor, o Comando da Força de Intervenção *Seroja (Kogasgab)*.
- O Comando de Defesa Regional detinha o comando sobre vários tipos de unidades de combate. Continuando a adoptar as práticas do seu antecessor, o Comando de Defesa Regional destacou Regimentos de Equipas de Combate (*RTP*) para os sectores em que decorriam operações. No final de 1976 e início de 1977, o *RTP* 16 foi destacado para o sector B, o *RTP* 13 para o sector C e o *RTP* 15 para o sector D. Foram igualmente destacados Batalhões de Combate Independentes e Batalhões Independentes/não *RTP* de Apoio de Combate que compreendiam artilharia, cavalaria, engenharia e outras tropas especializadas.
- O Comando de Defesa Regional incluía uma unidade denominada Força de Intervenção dos Serviços de Informação/Unidade de Implementação (*Satuan Tugas/Badan Pelaksanaan Intelijen*, com as abreviaturas *Satgas/Balak Intel*, ou apenas *Satgas Intel*). Esta unidade desempenhou um papel de relevo na repressão interna, que se prolongaria pelas duas décadas seguintes.
- A Polícia Militar foi destacada para Díli e para outros centros urbanos principais. Os indícios disponíveis sugerem que a Polícia Militar desempenhou um papel activo na extensão do estabelecimento do sistema de centros de detenções e de instalações prisionais. A CAVR não dispõe de qualquer prova que indique que a Polícia Militar tenha desencadeado medidas disciplinares contra pessoal militar durante esse período.
- Nesta fase foram criadas as unidades provinciais, distritais e subdistritais da Polícia, ainda que operassem directamente sob o comando do Comando de Defesa Regional por alguns anos.
- A burocracia militar também se expandiu de forma significativa.<sup>\* 37</sup>

40. Durante este período, as *ABRI* estiveram envolvidas em operações militares de larga escala contra as Fretilin/Falintil, que controlavam áreas significativas do interior e uma proporção considerável da população civil. O equipamento militar internacional, em particular dos Estados Unidos da América, desempenhou um papel crucial ao conferir às *ABRI* a capacidade para destruir as bases da Fretilin na montanha e no mato e de pôr termo a esta fase da resistência.

### **Comando da Força de Intervenção Conjunta da *Operasi Seroja*, Outubro de 1978 a Março de 1979**

41. A 12 de Outubro de 1978, foi constituído um novo Comando da Força de Intervenção Conjunta da Operação *Seroja (Kogasgab Seroja)*.<sup>38</sup> A Força de Intervenção Conjunta *Seroja* foi colocada sob o controlo do Comando Militar Regional XVI/*Udayana (Kodam XVI/Udayana)*, que

---

\* Para além do pessoal militar habitual já presente em Timor Leste, o comandante do Comando de Defesa Regional de Timor Leste também era servido por diversos serviços especializados (informação, finanças, desenvolvimento mental, história, direito e psicologia), por serviços complementares (comunicações e electrónica, Polícia Militar, saúde, administração de pessoal, logística do comando, centro naval e base da força aérea) e por unidades operacionais (*Brigif/RTP*, uma força de intervenção dos serviços de informação, batalhões independentes, unidades territoriais, forças de intervenção da Marinha e da Força Aérea, etc.)

incluía as províncias indonésias de Bali e de Nusa Tenggara Oriental e Ocidental.<sup>39</sup> Um mês mais tarde, o controlo operacional de Timor Leste foi transferido do Ministério da Defesa e Segurança (que, até então, administrara directamente o território) para o Comando de Defesa Regional II (*Kowilhan II*), que abrangia Java, Bali e toda a província de Nusa Tenggara. Estas alterações assinalavam a avaliação feita pelas ABRI de que fora alcançada a vitória militar sobre as Fretilin/Falintil e em breve, a “normalização” seria uma realidade. O decreto ministerial que constituía o novo comando afirmava:

A partir do momento da sua constituição e no período de tempo mais breve possível, o Comando da Força de Intervenção Conjunta da *Operasi Seroja* [deverá] destruir os elementos remanescentes do Bando de Perturbadores da Segurança (*Gerombolan Pengacau Keamanan*), manter e consolidar a segurança na região e apoiar a preparação da normalização do funcionamento da administração civil, levando a cabo operações de Segurança Interna na província de Timor Leste.<sup>40</sup>

42. O brigadeiro-general Dading Kalbuadi, que liderara o Comando de Defesa Regional desde 1976, foi nomeado comandante do Comando Regional XVI/*Udayana* e, a partir de então, passou a deter o comando directo das operações militares em Timor Leste.

43. Sob o comando do coronel Sutarto, o Comando da Força de Intervenção Conjunta *Seroja* supervisionou as fases finais da *Operasi Seroja* em Timor Leste no final de 1978 e no início de 1979 (ver Capítulo 3: História do Conflito). Com a queda das últimas bases da Fretilin no Monte Matebian (em Novembro de 1978), no Monte Kablaki (por volta de Janeiro de 1979), em Fatubessi, Ermera (em Fevereiro de 1979) e em Alas, Manufahi (em Março de 1979), as *ABRI* alcançaram o controlo nominal de todo o território de Timor Leste. A morte do presidente da Fretilin, Nicolau Lobato, a 31 de Dezembro de 1978, proporcionou razão acrescida para que os militares indonésios pensassem que a guerra tinha terminado. Estes acontecimentos prepararam o caminho para a reorganização das estruturas militares em Timor Leste.

#### **Comando Militar Sub-regional 164/*Wira Dharma*, 1979/99**

44. Ao declarar que Timor Leste fora pacificado, as *ABRI* terminaram a *Operasi Seroja* e, a 26 de Março de 1979, constituíram o Comando territorial sub-regional 164/*Wira Dharma* (*Korem 164*).<sup>41</sup> Tratava-se de um de quatro comandos sub-regionais sob a tutela do Comando Militar Regional XVII/*Udayana* com sede em Denpasar, Bali. A estrutura territorial foi expandida paralelamente à rendição da população civil e sua reinstalação em campos de detenção e, posteriormente, em aldeias. Os sargentos responsáveis pela orientação de aldeias (*Babinsa*) estenderam o alcance dos militares até ao nível das aldeias. Na década de 1990, o número de oficiais de orientação de aldeias excedia o número total de aldeias em Timor Leste.<sup>42</sup>

45. Ao conduzir as operações, o comandante sub-regional era simultaneamente comandante do Comando de Implementação de Operações (*Kolakops*). Esta denominação era apenas mais uma forma para designar o comando sub-regional, ainda que com a adição de tropas não orgânicas.<sup>43</sup>

46. Em 1979, o Ministério da Defesa e Segurança emitiu uma instrução sobre as operações de combate na Indonésia a vigorar em 1979/80. O objectivo das operações em Timor Leste foi explicado da seguinte forma:

a) Aniquilar a actividade e capacidade remanescente da resistência armada do Bando de Perturbadores da Segurança, para que deixem de ter significado estratégico, particularmente no que diz respeito à resistência política por elementos do Bando de Perturbadores da Segurança no exterior.

b) Isolamento de Timor Leste, para impedir que o Bando de Perturbadores da Segurança escape do território ou que façam entrar clandestinamente no território de Timor Leste apoio material proveniente do exterior.

c) Prestar assistência ao programa de reabilitação de infra-estruturas e à normalização das actividades da população.<sup>44</sup>

### **Comando das Operações de Segurança de Timor Leste, 1984/90**

47. Em 1984, as ABRI estabeleceram uma nova estrutura de comando de combate, denominada Comando das Operações de Segurança de Timor Leste (*Koopskam Timor Timur*).<sup>45</sup> Esta estrutura era liderada pelo comandante da 1ª Divisão de Infantaria do Comando da Reserva Estratégica do Exército (da *Kostrad*), e os seus funcionários preenchiam os quadros desta nova estrutura de comando.

48. Ao longo de todo este período existia uma relação hierárquica entre o Comando Sub-regional (*Korem*) e o Comando das Operações de Segurança (*Koopskam*). O Comando das Operações de Segurança era o comando hierarquicamente superior com a responsabilidade pelas operações de combate e de informação, enquanto o Comando Sub-regional 164 era responsável pelos assuntos territoriais. O responsável pelo Comando das Operações de Segurança tinha a patente de brigadeiro-general e, por consequência, mais elevada do que a de coronel, do comandante do Comando Sub-regional.

49. Durante este período, o Comando de Guerra Especial (*Kopassandha*) e o Comando da Reserva Estratégica do Exército (*Kostrad*) desempenharam um papel importante de combate em Timor Leste. Os oficiais nomeados para chefiar o Comando das Operações de Segurança (*Koopskam*) em meados da década de 1980, acumulavam esta função com o posto de comandantes da 1ª Divisão de Infantaria do Comando da Reserva Estratégica do Exército sediado em Java ocidental.\* Esta nomeação dupla facilitava a coordenação entre o Comando de Guerra Especial (*Kopassandha*) e as tropas da 1ª Divisão de Infantaria do Comando da Reserva Estratégica do Exército (*Divif I/Kostrad*) sediado em Java Ocidental.

50. Em Julho de 1988, a 2ª Divisão de Infantaria do Comando da Reserva Estratégica do Exército foi nomeada para substituir a 1ª Divisão de Infantaria na estrutura do Comando das Operações de Segurança em Timor Leste. A história militar indica que, na altura da transferência, as ABRI consideravam que as Falintil estavam enfraquecidas, mas reconheciam a sua capacidade para organizar operações e para influenciar a população.

---

\* Pode ser confirmado no caso do brigadeiro-general Sugito (c. 1983/85), do brigadeiro-general Warsito (1985/87) e do brigadeiro-general Mantiri (1987/88); também será, possivelmente, o caso do brigadeiro-general Sutarto (data da nomeação desconhecida/83).

Os elementos remanescentes do *GPK* (*Gerombolan Pengacau Keamanan*, Bando de Perturbadores da Segurança), que continuam nas florestas de Timor Leste, particularmente nos sectores Central e de Leste, não ultrapassam os 244 efectivos. Possuem cerca de 217 armas de diversos tipos, ligeiras, de pequeno e longo alcance.

Este grupo é composto por antigos líderes e membros da Fretilin, e simpatiza com ideologias comunistas, marxistas e leninistas. Ainda conseguem dar sinal da sua existência. Recorrendo a meios diversificados, influenciam um grupo minoritário de pessoas a apoiarem a existência de uma nação independente da República da Indonésia.<sup>46</sup>

### **Comando de Implementação de Operações (*Kolakops*) Timor Timur, 1990/93**

51. Em Dezembro de 1988, em resposta a solicitação apresentada pelo governador Mário Viegas Carrascalão no início do ano, o Presidente Suharto emitiu o Decreto Presidencial nº 62, de 1988, que concedia à província de Timor Leste um “estatuto igual” ao das restantes 26 províncias da Indonésia. O Decreto nº 62 permitia uma circulação mais livre dentro da província, autorizava os cidadãos indonésios provenientes de outras áreas da Indonésia a entrarem em Timor Leste, concedia vistos de entrada em Timor Leste a turistas estrangeiros e autorizava visitas a Timor Leste de jornalistas estrangeiros (sujeita a aprovação oficial). Tratou-se de uma tentativa concebida com o objectivo de transmitir uma imagem mais simpática da ocupação militar indonésia do território. Em 1989, o comandante sub-regional (*Korem*), o coronel Rudolf Samuel Warrouw, anunciou uma nova operação designada *Operasi* Sorriso, que visava reduzir as restrições de circulação, libertar alguns prisioneiros políticos e eliminar a utilização de tortura durante os interrogatórios.

52. A decisão de lidar com Timor Leste enquanto província “normal” implicou uma alteração adicional à estrutura militar. Em Maio de 1990, o Comando das Operações de Segurança em Timor Leste transitou novamente para o Comando da Implementação de Operações em Timor Leste (*Kolakops Timor Timur*).<sup>47</sup> O comandante do *Korem*, o coronel Warrouw, foi promovido a brigadeiro-general e nomeado comandante do *Kolakops* em substituição de Mulyadi, um brigadeiro-general da linha dura.

53. No entanto, este período coincidiu com o levantamento de jovens urbanos e do movimento clandestino da Resistência e ainda com o recurso a manifestações públicas contra o regime indonésio (ver Capítulo 3: História do Conflito). A 12 de Novembro de 1991, os militares indonésios foram filmados enquanto massacravam manifestantes pacíficos no cemitério de Santa Cruz, em Díli (ver Capítulo 3: História do Conflito e Subcapítulo 7.2: Mortes Ilícitas e Desaparecimentos Forçados). Apesar da convocação de um Painel de Honra Militar e de alguns militares terem sido dispensados do serviço activo, e de alguns oficiais da classe de sargentos e cabos terem sido julgados em Tribunal Militar, não foi realizada qualquer alteração às estruturas militares em Timor Leste.

### **Comando Sub-regional 164/*Wira Dharma* (*Korem 164*), 1993/99**

54. Apesar da condenação internacional dos militares indonésios após o massacre de Santa Cruz, as *ABRI* acreditavam ter conseguido controlar a Resistência. Em documento militar, datado Agosto de 1992, afirmava-se que:

As acções repressivas do Governo da República da Indonésia fracturaram uma parte significativa da rede clandestina, quer dentro quer fora de Timor Leste...<sup>48</sup>

55. A confiança dos militares foi ainda acrescida com a captura de Xanana Gusmão a 20 de Novembro de 1992 e de Mau Hunu (António Manuel Gomes da Costa) a 3 de Abril de 1993.

56. Os esforços dos militares centravam-se gradualmente no controlo e na repressão da resistência juvenil, com o Comando de Forças Especiais (*Kopassus*) a liderar as operações.<sup>49</sup> Quando o Comando de Implementação de Operações em Timor Leste (*Kolakops*) foi abolido, a Unidade Conjunta dos Serviços de Informação (*SGI*) foi transferida para o Comando Sub-regional 164 e designada Força de Intervenção dos Serviços de Informação (*Satgas Intel*). No final de 1994, em contraste com a política oficial de normalização do estatuto de Timor Leste e da diminuição da presença militar, o coronel Prabowo Subianto e o Comando de Forças Especiais (*Kopassus*) iniciaram operações psicológicas de intimidação e terror contra a população timorense, incrementaram o treino militar de funcionários públicos e de estudantes universitários, alargaram os grupos paramilitares e criaram novas organizações de milícias.<sup>50</sup>

57. A centralização de esforços na repressão da resistência urbana durante a década de 1990 foi igualmente assinalada por uma presença significativa, e utilização generalizada, da polícia antimotim, *Brimob*.<sup>51</sup> O número de unidades da polícia antimotim era extremamente elevado, quer comparativamente à dimensão da população, quer com o que era prática corrente na Indonésia nesse período. Em Agosto de 1998, foram destacados para Timor Leste aproximadamente 7.400 polícias antimotim, conhecidos pelo recurso que faziam à violência; encontravam-se divididos em unidades territoriais (com 214 efectivos) e em unidades transferidas do exterior do território (7.156 efectivos) (ver Subcapítulo 7.4: Prisão, Tortura e Maus-Tratos).

### **Presença continuada de tropas de combate**

58. Em Março de 1993, o Comando de Implementação de Operações (*Kolakops*) foi abolido e as suas funções foram transferidas para o Comando Militar Sub-regional (*Korem*). As operações de combate não estão, normalmente, a cargo de comandos territoriais.<sup>52</sup> Os Sectores de Combate A e B em Timor Leste foram transferidos para o Comando Sub-regional 164 e as *ABRI* continuaram a destacar um elevado número de efectivos de tropas de combate. A partir de 1998, graças à disponibilização de documentos militares confidenciais enviados para o exterior, é possível dispor de informação exacta sobre o destacamento de efectivos.<sup>53</sup> Torna-se visível a partir destes documentos que as tropas de combate foram extensivamente destacadas; em Agosto de 1998, encontravam-se em Timor Leste cinco batalhões de combate de infantaria, assim como diversos outros contingentes de operações especiais. Acresce que, encontravam-se ainda presentes unidades de treino do Comando das Forças Especiais (*Kopassus*), o que comprova a utilização de Timor Leste enquanto campo de treino para as tropas de elite das *ABRI*.<sup>54</sup>

59. Entre 1993, altura da extinção do Comando de Implementação de Operações de Timor Leste e 1999, as Forças Armadas indonésias continuaram a destacar para Timor Leste, entre outras, unidades do Comando da Reserva Estratégica do Exército (*Kostrad*), do Comando de Forças Especiais (*Kopassus*), e de infantaria. Entre 1993 e 1997, estiveram destacados em Timor Leste, em simultâneo, uma média de cerca de seis batalhões vindos do exterior. Os dados recolhidos pela Comissão revelam que o Comando da Reserva Estratégica do Exército destacava para Timor Leste um só batalhão de cada vez. Em 1995, as *ABRI* deram início a destacamentos especiais de tropas estratégicas para Timor Leste. O primeiro contingente destas tropas, com o nome de código *Rajawali* (Falcão),<sup>†</sup> foi destacado em 1995 para os sectores de combate sob o Comando Sub-regional 164.<sup>55</sup> Os seus efectivos provinham, principalmente, do Comando da Reserva Estratégica e tudo indica que prestavam comissões de serviço de 12

---

<sup>49</sup> A razão entre tropas da *Brimob* e civis na Indonésia era de 1:20.000 (Lowry, p. 94); em Timor Leste, esta ascendia a 1:700 (dados baseados em 1.013 efectivos da *Brimob* em 1998; censo de 1990: 747.557).

<sup>†</sup> Diferente do *Rajawali* do *Kopassus*.

meses. No final de 1998, foram destacados efectivos das unidades dos serviços de informação e de contra terrorismo do Comando de Forças Especiais. Estas tropas encontravam-se adstritas à Força de Intervenção Conjunta dos Serviços de Informação (coloquialmente designada pela sua denominação anterior, *SGI*). Em 1998, o número total de batalhões externos presentes em Timor Leste aumentou para, pelo menos, 12.<sup>56</sup>

### **Comando Militar da Lei Marcial em Timor Leste, Setembro de 1999**

60. Na sequência da violência após a realização da Consulta Popular e perante intensa pressão internacional para que fosse autorizada a entrada de uma força de manutenção da paz externa para Timor Leste, o general Wiranto enviou uma carta ao Presidente B. J. Habibie, datada 6 de Setembro de 1999, sobre o “desenvolvimento continuado da situação em Timor Leste e as recomendações políticas sobre o modo como lidar com a mesma”.<sup>57</sup> Wiranto explicava que a situação de segurança se tinha deteriorado, tornando-se “brutal e anárquica e conduzido à perda de vidas e de propriedade.” De entre as razões por ele citadas, encontram-se “a decepção dos grupos pró-integração causada pela imparcialidade da UNAMET” e o “equivoco por parte dos grupos pró-integração, que acreditam ser possível alterar o resultado do referendo pelo recurso à força”. A pressão internacional encorajou o Presidente B. J. Habibie a agir na sequência desta carta, tendo emitido o Decreto Presidencial nº 107, de 1999, que declarou a lei marcial em Timor Leste com início à meia-noite do dia 7 de Setembro de 1999.

61. Após a declaração da lei marcial, o general Wiranto emitiu uma directiva do comando, delineando o estabelecimento do Comando da Autoridade da Lei Marcial em Timor Leste (*Komando Penguasa Darurat Militer Timor Timur*) a partir da meia-noite do dia 7 de Setembro de 1999.<sup>58</sup> Os objectivos declarados deste comando eram o restabelecer a segurança em Timor Leste, no mais curto espaço de tempo possível, dar garantias de segurança para que os resultados da Consulta Popular pudessem ser implementados e manter a credibilidade do Governo da República da Indonésia, assim como das Forças Armadas da Indonésia e da Polícia Nacional.

62. O major-general Kiki Syahnakri foi nomeado comandante da lei marcial. Ele e outros oficiais superiores recentemente nomeados (muitos dos quais eram oficiais do Comando das Forças Especiais), tinham servido em Timor Leste durante a década de 1990 e alguns tinham assumido postos de comando no período que antecedeu a realização do referendo. Por conseguinte, foi uma liderança predominantemente oriunda das tropas do Comando das Forças Especiais (*Kopassus*) que liderou as tropas do Comando da Reserva Estratégica durante o período da lei marcial. Wiranto pode ter pretendido assegurar posições de comando aos oficiais do Comando das Forças Especiais para minimizar o golpe sofrido pelos efectivos das Forças Especiais que tinham desempenhado um papel primordial na organização das milícias, e evitar o surgimento de tensões inter-armas. As violações dos direitos humanos mais horrendas ocorreram durante este período de lei marcial.

### **Extinção do comando da lei marcial: Força de Intervenção indonésia para Timor Leste**

63. A ONU e alguns Estados membros chave, avisaram a Indonésia de que dispunha de tempo limitado para provar a eficácia da lei marcial no restabelecimento da lei e da ordem (ver Capítulo 3: História do Conflito). Quando se tornou evidente que não aconteceria, o Presidente Habibie sucumbiu à pressão e solicitou a assistência da ONU. O Conselho de Segurança aprovou a Resolução nº 1264 a 15 de Setembro de 1999 e a Interfet, a quem foi conferida todos os poderes estipulados no Capítulo VII, foi destacada a 20 de Setembro para restaurar a paz. No dia 23 de Setembro de 1999 ou pouco tempo depois, o Presidente B. J. Habibie terminou a vigência da lei marcial em Timor Leste.<sup>59</sup> O Comando de Operações da Lei Marcial em Timor

---

<sup>56</sup> Os que tinham servido em Timor-Leste eram Kiki Syahnakri, Amirul Isnaeni, Gerhan Lentara e os que vieram do Comando das Forças Especiais, Amirul Isnaeni, provavelmente Liliek Kushardinato e Irwan Kusnadi.

Leste foi extinto e criado um novo comando de segurança designado Força de Intervenção para Timor Leste (*Satuan Tugas Indonesia di Timor Timur*). Esta força de intervenção era liderada pelo brigadeiro-general J. D. Sitorus, da Polícia, comandada pelo coronel Sahala Silalahi e o seu adjunto, coronel Suryo Prabowo. A Força de Intervenção indonésia para Timor Leste deveria coordenar a sua acção com a Interfet.

## 4.3 Militarização da sociedade timorense\*

### Introdução

64. Ao longo do período de ocupação indonésia, a sociedade timorense sofreu considerável militarização. Apesar da extensão e intensidade da militarização ter variado ao longo dos 24 anos de ocupação, no cômputo global foi invasiva e teve um impacto profundo na vida de todo o povo timorense.

65. Pouco depois da Revolução dos Cravos de Abril de 1974, os militares indonésios incrementaram o foco de atenção dos seus serviços de informação sobre a situação em Timor-Leste com o objectivo de apoiarem a Apodeti, um partido pró-integração. No final de 1974, já realizavam operações secretas no território (ver Capítulo 3: História do Conflito), e forneciam armamento e administravam treino militar aos membros da Apodeti, em Timor Ocidental.<sup>60</sup> Os serviços militares indonésios de informação foram os principais arquitectos da tomada de Timor-Leste. Conduziram a campanha diplomática para afirmar o estatuto da Indonésia enquanto parte interessada, o que determinou a tomada de decisão, em Outubro de 1975, de invadir Timor-Leste.

66. As operações dos serviços de informação constituíram uma parcela importante das operações militares da Indonésia ao longo dos diferentes períodos do conflito. Os serviços de informação desempenharam um papel preponderante iniciado com as operações secretas de 1974/75, continuando nos primeiros anos da ocupação dos principais centros urbanos e, posteriormente, durante as rendições em massa e a reinstalação de civis em 1977/78 (ver subtítulo anterior: As Forças Armadas indonésias e o seu papel em Timor Leste; Capítulo 3: História do Conflito). Após as rendições em massa, a Resistência alterou a sua estratégia e começou a desenvolver redes clandestinas nos locais onde a população civil fora instalada. Os serviços de informação indonésios recorreram a espiões timorenses para tentarem fracturar as redes, causando a destruição do sentimento de confiança e de coesão social nas comunidades de Timor Leste.

67. A Indonésia invadiu Timor-Leste com a ajuda dos, por si, denominados Partidários, i.e., membros da Apodeti, da UDT e de outros partidos que tinham fugido para Timor Ocidental em meados de 1974. Os Partidários estabeleceram o precedente para utilização, por parte dos militares indonésios, de 'procuradores' timorenses. Durante a situação de guerra generalizada no final da década de 1970, a Indonésia criou batalhões e grupos paramilitares timorenses. Também mobilizou forças de defesa civil e pressionou homens e rapazes a proverem apoio logístico às tropas de combate. No início da década de 1980, os militares indonésios forçaram um elevado número de civis a marchar por toda a ilha com o objectivo de erradicar as forças de resistência remanescentes (ver Capítulo 3: História do Conflito).

68. A estrutura de administração que a Indonésia impôs a Timor Leste era, em si mesma, fortemente militarizada. Trata-se de uma das consequências do amplo envolvimento das Forças Armadas na política e na economia indonésias, durante o regime da Nova Ordem do Presidente Suharto (ver ponto anterior: As Forças Armadas indonésias e o seu papel na administração civil de Timor Leste). Em Timor Leste, os militares indonésios desempenharam um papel ainda mais invasivo do que na Indonésia da Nova Ordem. Estiveram directamente envolvidos no estabelecimento da província de Timor Leste e, a partir desse momento dominaram a sua

---

\* Este ponto debate os diferentes tipos de forças paramilitares destacadas para Timor-Leste pelos militares indonésios. Neste ponto o termo 'força de defesa civil' é utilizado para descrever os *Hansip*, *Ratih*, *Wanra*, etc., grupos que incluem timorenses recrutados pelas Forças Armadas indonésias; o termo 'paramilitar' é utilizado para referir unidades coadjuvantes timorenses criadas pelas *ABRI* ao longo da ocupação e o termo 'milícias' é utilizado para referir grupos constituídos no período que antecedeu o referendo, em 1999. 'Forças coadjuvantes' é o termo genérico utilizado para descrever colectivamente estes grupos diferentes.

administração (ver ponto sobre a Administração Civil do presente capítulo). Ao longo da ocupação de Timor Leste pela Indonésia, a província foi uma zona de conflito, que variou entre a guerra generalizada durante os primeiros anos e o conflito de baixa intensidade durante a maior parte dos anos 80 e 90. Timor Leste representou um caso extremo, quando comparado com outras províncias indonésias onde as Forças Armadas também estiveram envolvidas em conflitos. Ao contrário dessas províncias, Timor Leste passou a constituir parte da Indonésia apenas devido à invasão, anexação e ocupação. Era diferente da Indonésia e as Forças Armadas tiveram de adoptar métodos diferenciados para subjugar o território. Para além disso, Timor Leste foi uma aquisição externa. Por estes motivos, Timor Leste era claramente distinto da Indonésia. Foi este o contexto em que ocorreu a forte militarização de Timor Leste pelas autoridades indonésias.

69. Na década de 1990, a juventude timorense aumentou a sua determinação em protestar contra a ocupação indonésia. A resposta principal foi a mudança da estratégia militar de guerra contra as Falintil para a guerra dos serviços de informação contra a crescente resistência clandestina.

70. O movimento de escuteiros, os grupos de artes marciais e os órgãos de estudantes nas escolas e universidades, tinham por objectivo instilar na juventude timorense, disciplina e lealdade para com a Indonésia. A Indonésia colocou grande ênfase na sua ideologia nacional (*Pancasila*) e na ritualização nacionalista através de cerimónias do tipo militar e de outros eventos destinados a celebrar os feriados nacionais.

71. Se estas actividades tinham um carácter insidiosamente militarista, o recrutamento, em meados da década de 1990, de jovens timorenses para integrarem grupos paramilitares, foi brutal. Estes grupos, sob a protecção do Comando das Forças Especiais (*Kopassus*), perpetravam actividades de crime organizado durante o dia e faziam desaparecer apoiantes da independência à noite. Estes grupos de jovens foram os precursores das milícias que foram rapidamente constituídas pelas *ABRI/TNI* em 1998/99. Tal como acontecera em 1974/75, os militares indonésios utilizaram novamente timorenses para criarem uma situação de “negação plausível” perante o papel desempenhado na violência pelas tropas não timorenses. Não obstante, em 1999, as milícias eram visivelmente uma extensão do *TNI*.

### Militarização de Timor-Leste no período pré-Indonésia

72. Timor-Leste é um país montanhoso que, ao longo da história, foi dividido em vários reinos regionais. A maioria dos reis regionais tradicionais (*liurai*) mantinha exércitos constituídos por homens locais que, de tempos em tempos, lutavam com exércitos de reinos vizinhos.<sup>61</sup> No seu relacionamento com os reis timorenses, os portugueses recorreram a uma estratégia de ‘dividir para reinar’, recorrendo frequentemente, às forças armadas de reis “amigos” para esmagar a dissensão de outros (ver Capítulo 3: História do Conflito). Este padrão de utilização por uma potência exterior, de reis timorenses enquanto intermediários para organizar forças em defesa dessa potência, foi replicado pela Indonésia durante a sua actividade clandestina em 1974/75 e durante os anos subsequentes de ocupação.

73. A II Guerra Mundial trouxe inicialmente ao território neutro de Timor português, tropas australianas e britânicas e, posteriormente, as forças de ocupação japonesas. Muitos timorenses correram grandes riscos para apoiarem os poucos efectivos australianos na sua actividade de guerrilha, enquanto outros alinharam com os japoneses ou ficaram encurralados entre as forças internacionais beligerantes. Estima-se que durante a ocupação japonesa tenham morrido cerca de 40.000 civis timorenses e a guerra causou profundas divisões.<sup>62</sup>

---

<sup>61</sup> A Comissão assinala a existência de paralelismos noutras zonas de conflito na Indonésia, nomeadamente na Papua Ocidental e no Aceh.

74. Quando Portugal regressou uma vez terminada a II Guerra Mundial, manteve no território uma força armada profissional, constituída por soldados portugueses e recrutas provenientes das suas colónias africanas. A polícia fazia tecnicamente parte destas forças armadas. As Forças Armadas também recrutaram timorenses, ainda que poucos detivessem posições superiores aos escalões inferiores. Durante os anos do regime autoritário de Salazar, não se verificou grande resistência à autoridade colonial portuguesa. A PIDE, (Polícia Internacional e de Defesa do Estado) polícia secreta portuguesa, monitorava qualquer sinal de oposição proveniente de timorenses e a sua reputação era temível.<sup>63</sup> Esta situação suprimia a liberdade de expressão, a possibilidade de formar associações políticas ou de manter um debate político. Comparativamente à experiência subsequente com a Indonésia, o impacto das Forças Armadas na sociedade foi mínimo.

75. Quando o Movimento das Forças Armadas tomou o poder em Lisboa, a 25 de Abril de 1974, os timorenses rapidamente formaram partidos políticos (ver Capítulo 3: História do Conflito). A Comissão escutou depoimentos de dirigentes dos dois principais partidos políticos, a Fretilin e a UDT, que afirmaram terem recorrido à força e à violência durante as respectivas campanhas, e no esforço para adquirirem influência junto da comunidade.<sup>64</sup> Quando a UDT tomou o poder, a 11 de Agosto de 1975, fê-lo com armas da força policial. Quando a Fretilin respondeu, o factor decisivo para a sua vitória foi o apoio de membros timorenses das Forças Armadas portuguesas e as suas armas. Tanto a UDT como a Fretilin distribuíram indiscriminadamente armas aos seus membros civis, contribuindo grandemente para a escalada de violência durante o conflito interno.<sup>65</sup> Apesar do conflito armado interno ter sido relativamente breve, intensificou divisões já existentes e criou novas divisões que marcaram a sociedade timorense ao longo dos anos da ocupação indonésia. Estas divisões foram manipuladas pelos militares indonésios no seu esforço para esmagar a Resistência, que incluía estratégias de militarização da sociedade timorense.

#### Militarização indonésia de partidos políticos timorenses anterior à ocupação

76. A Comissão escutou o depoimento de Tomás Gonçalves, filho do dirigente da Apodeti, Guilherme Gonçalves, rei de Atsabe (Ermera), sobre a forma como os militares indonésios implementaram a estratégia de armar e treinar jovens filiados no partido, no final de 1974.<sup>66</sup> As *ABRI* designaram este grupo por *Partidários*. Em Outubro de 1974, Tomás Gonçalves viajou para Jacarta e encontrou-se com militares indonésios de alta patente. Estes encontros ocorreram pouco tempo depois do ministro dos Negócios Estrangeiros indonésio, Adam Malik, se encontrar com o representante dos negócios estrangeiros da Fretilin, José Ramos-Horta e garantir-lhe que a Indonésia respeitaria o direito de Timor-Leste à autodeterminação e independência. As *ABRI* iniciaram a elaboração da sua estratégia de preparar grupos coadjuvantes armados num momento em que Portugal tentava conduzir um processo ordeiro de descolonização.

77. Em Novembro de 1974, quando Tomás Gonçalves regressou, foram mobilizados 216 jovens de Atsabe (Ermera) e enviados para Timor Ocidental onde receberam treino militar básico e lhes foram entregues armas por operacionais das *ABRI*, incluindo, membros do Comando das Forças Especiais (*Kopassus*).<sup>67</sup> Alguns desses homens foram obrigados a participarem pelos dirigentes da Apodeti.<sup>68</sup> Tomás Gonçalves afirmou à Unidade de Crimes Graves, apoiada pela ONU, em Timor-Leste:

*Fui nomeado comandante supremo dos Partidários no dia 2 de Dezembro de 1974. Existia um comandante supremo, eu próprio, dois comandantes de companhia, oito comandantes de pelotão e 16 comandantes de equipa. Ao todo, éramos 216 combatentes. Eu estava sob o comando de Yunus [Yosfiah da Equipa Susi, um comando das Forças Especiais que fazia parte da Operasi Flamboyan realizada pela Indonésia].<sup>69</sup>*

78. Foram destacados cerca de 50 Partidários para cada uma das três equipas das Forças Especiais - *Susi, Umi e Tuti* – e colocados nas suas terras de origem.<sup>70</sup> Depois da tentativa de golpe da UDT, em 11 de Agosto de 1975, as *ABRI* iniciaram, juntamente com membros destas forças de Partidários, as incursões transfronteiriças a partir de Timor Ocidental. As três equipas conduziram incursões transfronteiriças ulteriores em meados de Setembro, ainda que de sucesso limitado.<sup>71</sup> Estas incursões envolveram o recrutamento forçado de timorenses para servirem nos Partidários<sup>72</sup> e o perpetrar de alguns assassinatos.<sup>73</sup>

79. Após a derrota na guerra civil, as forças armadas da UDT e os seus apoiantes recuaram até à fronteira e, no final de Setembro, para Timor Ocidental. Segundo o dirigente militar da UDT, João Carrascalão, mais de 500 dos 3.000 efectivos das tropas da UDT que atravessaram a fronteira estavam armados.<sup>74</sup> Estes efectivos foram absorvidos nas forças dos Partidários. As incursões transfronteiriças posteriores das *ABRI*, em meados de Outubro, envolveram um número mais elevado de Partidários e receberam melhor apoio da artilharia naval, possibilitando a captura de Batugadé, Balibó (Bobonaro) e de outras vilas na fronteira.<sup>75</sup> Segundo Tomás Gonçalves, no ataque estiveram envolvidos 216 Partidários da Apodeti, 450 efectivos indonésios e 350 homens sob o controlo de João Tavares.<sup>76</sup> Este último grupo era conhecido por *Halilintar*. O *Halilintar* ressurgiu em 1994 com a missão de suprimir o crescente movimento clandestino no distrito de Bobonaro e, em 1998/99, tornou-se num dos principais grupos de milícias. Para além de proporcionarem um valioso conhecimento local sobre Timor Português às unidades de comando indonésias, os Partidários constituíram uma parte vital da estratégia continuada de “negação plausível”. As *ABRI* criaram o mito de que os soldados indonésios envolvidos nestas operações eram meros voluntários, que prestavam apoio ao regresso dos timorenses para assumirem o controlo da sua pátria.<sup>77</sup> No entanto, Tomás Gonçalves afirmou à Comissão que a planificação e a implementação das operações foram dirigidas por militares indonésios e os Partidários timorenses utilizados como tropa de apoio, guias e fonte de informação.<sup>78</sup>

80. Aparentemente, alguns membros seleccionados dos Partidários participaram na invasão de Díli<sup>79</sup> e outros estiveram envolvidos no desembarque em Baucau, três dias mais tarde. Após a invasão, os Partidários participaram em ataques em regiões mais interiores. Ainda que, em geral, as *ABRI* tenham reorganizado a utilização que faziam dos grupos coadjuvantes timorenses, mantiveram algumas unidades de Partidários ao longo de todo o período de ocupação, como foi o caso de um grupo em Ermera que, em 1999, contava com 130 efectivos.<sup>80</sup>

### Constituição de batalhões de combate timorenses

81. Em 1976, com o envio de 60 Partidários para Java, as *ABRI* iniciaram a administração de treino militar formal a timorenses. Em Junho de 1977, foram enviados mais 400 timorenses, alguns dos quais já tinham servido como Partidários. A 1 de Outubro de 1977, estes homens terminaram a sua formação com o posto de cabo e, a 24 de Janeiro de 1978, o comandante militar de Timor Leste, coronel Dading Kalbuadi, constituiu formalmente o Batalhão de Infantaria 744/*Satya Yudha Bhakti*. O novo batalhão de 460 efectivos, estava subdividido em quatro companhias, sob o comando geral do major Yunus Yosfiah.<sup>81</sup> No início de 1977, em Tacitolu, a Oeste do aeroporto de Díli, estas tropas receberam treino para realizarem “raides” e foram então declaradas prontas para o combate. Um segundo grupo de mais de 500 recrutas timorenses recebeu treino em 1978 e constituíram o Batalhão 745/*Sampada Yudha Bhakti*, instituído em Setembro de 1978, sob o comando do major Theo Syafei. Os planos para a constituição de um terceiro batalhão, o 746, foram abandonados depois dos novos recrutas terem sido declarados inaptos.<sup>82</sup>

82. Os batalhões foram inicialmente constituídos com a intenção de serem inteiramente compostos por timorenses. No entanto, este objectivo nunca foi alcançado. Entre os soldados timorenses enquadravam-se soldados indonésios de Infantaria e das Forças Especiais e os oficiais eram indonésios, até ao nível de pelotão.<sup>83</sup> Durante a ocupação, os dois batalhões faziam parte da estrutura territorial permanente do Comando Militar Regional (*Korem*) em Timor Leste e

foram amplamente utilizados em operações de combate e em acções de segurança interna. Construíram uma reputação de grande brutalidade. O antigo Partidário Tomás Gonçalves descreveu os primórdios do Batalhão 744:

*Os Partidários só se tornaram perversos depois do [Batalhão] 744 ter sido formado pelo Yunus [Yosfiah] e depois de se tornarem membros do 744. O 744 incluía javaneses e comandos, de todos os tipos. Durante todo o período em que Yunus foi comandante do 744, verificavam-se constantes execuções extrajudiciais, massacres.<sup>84</sup>*

83. As *ABRI* também recrutaram timorenses para a estrutura territorial regular. Alguns efectivos haviam servido anteriormente no exército colonial português. Outros eram antigos membros de defesa civil (*Hansip*) recrutados pelas *ABRI* no programa de treino militar de três meses (ver ponto sobre *Milsas*, no presente Relatório). Em Julho de 1998, 6.097 timorenses serviam nas *ABRI*, dos quais 5.510 estavam no Exército e os restantes 569 na Polícia. A probabilidade de um timorense se tornar oficial ou sargento era bem menor do que a de um indonésio. Os dados demonstram que, em Julho de 1998, apenas 0,4% dos timorenses que serviam nas Forças Armadas indonésias eram oficiais, menos de 24% eram oficiais da classe de sargentos, e 76% eram cabos. Dos 17.834 efectivos indonésios das Forças Armadas em Timor Leste nessa altura, a proporção era muito diferente: 5,6% eram oficiais, 34,1% eram oficiais da classe de sargentos e apenas 60,4% eram cabos.<sup>85</sup>

#### Primeiros paramilitares, 1976/81

84. À partida, as Forças Armadas indonésias visaram o envolvimento de timorenses no conflito de Timor-Leste. Recrutaram efectivos timorenses para as Forças Armadas e recorreram a grupos paramilitares constituídos por timorenses, para a realização de operações clandestinas. No final da década de 1970, os militares indonésios mobilizaram timorenses, com o objectivo específico de lutarem contra a Fretilin/Falintil. Os paramilitares desempenhavam um papel diferente dos Partidários, que eram tratados mais como carregadores de bagagem ou pessoal de apoio de combate do que como tropas da linha da frente. Em geral, os paramilitares criados no final da década de 1970 e na década de 1980, tinham uma ligação próxima com o Comando das Forças Especiais (*Kopassandha*).

85. Em Setembro de 1976, foi formada uma das primeiras forças paramilitares quando o major-general Benny Murdani concedeu pessoalmente autorização ao capitão do Comando das Forças Especiais, A. M. Hendropriyono, para formar um pelotão especial em Manatuto, constituído por timorenses (*Peleton Khusus, Tonsus*). A unidade foi recrutada a partir de um núcleo inicial de membros da Apodeti em Laclubar (Manatuto) e liderada por João Branco, ex-membro das Falintil.\* Atingiu rapidamente uma dimensão superior à de um pelotão. A *Tonsus* estava bem armada e destacava timorenses para operações especiais de combate no Sector Central.<sup>86</sup> A *Tonsus* foi uma iniciativa de êxito, que reconhecia os timorenses enquanto iguais e não como inferiores. Apesar do seu sucesso, a unidade foi extinta em 1978 e as *ABRI* retomaram o recurso a timorenses para tarefas de pessoal auxiliar, como assistentes de logística e não como combatentes da linha da frente.<sup>87</sup>

86. No final da década de 1970, as *ABRI* recrutaram timorenses para diversas outras equipas. Um dos grupos, denominado Equipa Nuclear (*Tim Nuklir*), operava em Moro (Lautém),

---

\* Tomás Gonçalves (entrevistado pela SCU (Unidade de Crimes Graves) no dia 8 de Agosto de 2000) relatou que os homens de João Branco tinham sido treinados em Díli. [CAVR, Perfil comunitário de Pairara, Moro (Lautém), 28 de Março de 2003].

sob o comando do administrador subdistrital, Edmundo da Conceição da Silva.<sup>88</sup> No ataque ao Monte Kablaki, em Junho de 1977, estiveram envolvidos antigos elementos dos Partidários, conhecidos por voluntários do comando militar regional ou *Skadam (Sukarelawan Kodam)*. Esta designação parece ter implícita a sua incorporação formal na estrutura das *ABRI*.<sup>89</sup>

#### Paramilitares na década de 1980

87. Em 1979, as *ABRI* criaram a *Tim Morok* (Equipa Selvagem), em Manatuto, sob o comando de Filomeno Lopes.<sup>90</sup> Composta por ex-membros da Apodeti e da UDT, a Equipa *Morok* operou em Manatuto durante a década de 80. Uma segunda equipa, denominada Equipa *Asahan*, foi criada em 1980 pela secção de serviços de informação do Comando Militar do Distrito de Manatuto. Esta equipa foi colocada sob o comando de Domingos (“Apai”) da Silva e de António Doutel Sarmiento, mas só operou durante um ano.<sup>91</sup> Em 1981, coincidente com a Operação Segurança (*Operasi Keamanan*), foi formada uma terceira equipa denominada *Alap-alap*, utilizada essencialmente no apoio às tropas de combate.<sup>92</sup>

88. Na década de 1980, as *ABRI* criaram alguns grupos paramilitares bem treinados. Um dos primeiros grupos foi a Equipa Relâmpago (*Tim Railakan*), criado por volta de 1980 ou 1981 e operava em Baucau sob o comando de um cabo das *ABRI*, Julião Fraga, um timorense de Quelicai (Baucau).<sup>93</sup> A Equipa Relâmpago esteve envolvida em diversas tarefas, como a detenção, o interrogatório e a tortura de pessoas suspeitas de pertencerem à rede clandestina e participou em operações de busca das Falintil. Por volta de 1983, o grupo foi renomeado Equipa *Saka (Satuan Khusus Pusaka, Unidade Especial Tesouro de Família)*. Julião Fraga continuou a comandar o grupo até ao seu assassinato em Baucau, em 1995. A Equipa Relâmpago/*Saka* foi ocasionalmente vista a trabalhar directamente com a *Kopassus*<sup>94</sup> e actuava regularmente como intermediária na efectivação de detenções por ordem do Comando Militar Subdistrital (*Koramil*).<sup>95</sup> Em 1985, na mesma altura em que a denominação da Equipa Relâmpago foi alterada para *Saka*, estabelecia-se em Baucau um grupo paramilitar irmão, a Equipa *Sera*. Esta operava, principalmente, na área de Baucau-Vemasse-Venilale, sob o comando de Sera Malik, ex-dirigente das Falintil. A Equipa Alfa, um outro esquadrão paramilitar desta mesma época, foi criada em Lautém pelo capitão da unidade de Forças Especiais, Luhut Panjaitan, provavelmente em 1986.<sup>96</sup>

89. Os grupos paramilitares serviam diferentes finalidades, tais como a participação em ofensivas e em operações. Um depoente afirmou à CAVR:

*O major Sinaga formou a Equipa Papagaio (Tim Lorico), na aldeia de Oestico Loilubo (Vemasse, Baucau), a partir de ex-membros das Falintil. Utilizava-os em operações no mato e, depois de eles encontrarem um esconderijo das Falintil, as tropas das ABRI iam lá e disparavam...Depois de Sinaga ter saído de Timor Leste, os membros da Tim Lorico desapareceram um a um.*<sup>97</sup>

90. Os grupos paramilitares também desempenharam funções que reflectiam a sua proximidade com o Comando das Forças Especiais (*Kopassus*), como operações clandestinas e operavam como agentes dos serviços de informação. Estas equipas instituíram a tradição do relacionamento estreito entre as *ABRI*, em particular as Forças Especiais, e as unidades paramilitares timorenses. No caso de indivíduos-chave, estas relações foram frequentemente mantidas ao longo dos vários anos do conflito.<sup>98</sup>

## As forças de defesa civil

91. Uma das pedras angulares da ideologia militar indonésia é o conceito do Sistema de Defesa e Segurança de Todo o Povo (*Sistem Pertahanan Keamanan Rakyat Semesta*, conhecido como *Sishankamrata*), segundo o qual todo o civil tem um papel a desempenhar na defesa nacional.<sup>\*</sup> Teoricamente, os civis indonésios podem ser seleccionados para serem submetidos a treino militar básico, após o qual passam a ser designados Civis Treinados (*Rakyat Terlatih, Ratih*). A partir dos membros do grupo *Ratih*, pode ser realizada uma selecção ulterior para constituir (a) a Força de Defesa Civil (*Pertahanan Sipil, Hansip*), responsável pela protecção de civis em caso de desastre natural ou guerra, (b) a Força de Segurança Popular (*Keamanan Rakyat, Kamra*), responsável pela assistência à Polícia e (c) uma Força de Resistência Popular (*Perlawanan Rakyat, Wanra*), responsável pela assistência às Forças Armadas.<sup>†</sup> Apesar de todas estas três categorias estarem, teoricamente, sob a tutela do Departamento do Interior (*Departemen Dalam Negeri, Depdagri*), no caso de Timor Leste estes grupos operaram directamente sob o comando e controlo dos militares.<sup>99</sup>

92. O recrutamento de civis timorenses para servirem nas forças de defesa civil, em Timor Leste durante o conflito é um exemplo de como as *ABRI* adaptaram a sua estratégia padronizada ao território. Em Timor Leste, as *ABRI* utilizaram as forças de defesa civil para desempenhar um papel de segurança territorial convencional, mas também para realizar operações de combate, de vigilância e de recolha de informação. Na Indonésia, cabe ao Ministério do Interior a tutela das forças de defesa civil; contudo, em Timor Leste, logo nos primeiros anos do conflito, estas ficaram directamente sob o controlo e o comando dos militares indonésios; só na década de 1980 é que essa responsabilidade transitou para o Ministério do Interior.<sup>100</sup>

93. A utilização generalizada das forças de defesa civil timorenses teve um impacto dramático na vida dos timorenses, tendo transportado o conflito e os militares para o quotidiano da população. Ao terem as comunidades por base, os membros da defesa civil eram utilizados como elos de ligação entre a população civil e os militares. A recolha de informação era uma actividade invasiva e os membros das forças de defesa civil, em conjunto com os militares indonésios ou isoladamente, estiveram frequentemente envolvidos directamente na violação de direitos da população e, sob a protecção das *ABRI*, gozavam de alguma impunidade pelos seus actos. A Comissão recolheu inúmeros testemunhos e escutou muitos depoimentos sobre actos de violência cometidos por membros da comunidade que integravam as forças de defesa civil dos militares (ver, respectivamente, Subcapítulo 7.7: Violência Sexual, Subcapítulo 7.2: Mortes Ilícitas e Desaparecimentos Forçados e Subcapítulo 7.4: Prisão, Tortura e Maus-Tratos).

94. As primeiras unidades timorenses da *Hansip* (Defesa Civil) foram constituídas durante o segundo semestre de 1976, pouco depois da aprovação da lei de integração na Indonésia, em Julho de 1976.<sup>101</sup> Em meados de 1978, havia 5.897 *Hansip* em Timor Leste: os números variavam consoante as regiões, verificando-se os mais elevados em Baucau (700) e em Ainaro (665) e os mais reduzidos em Lautém (187).<sup>102</sup> Os *Hansip* eram regularmente utilizados como pessoal de apoio a combate, um papel tipicamente desempenhado na Indonésia por unidades da *Wanra* (*Perlawanan Rakyat*, Resistência Popular). Na Indonésia, as Forças da Defesa Civil (*Hansip*) eram uma instituição consolidada, cujos membros eram assalariados e o respectivo tempo de serviço contabilizado, enquanto os membros das *Wanra* não eram remunerados. No entanto, em Timor Leste, a distinção entre *Hansip* e *Wanra* nem sempre foi clara. Tal pode dever-se ao facto dos militares recorrerem à *Hansip* para o desempenho de tarefas da competência da *Wanra*, ou porque, entre 1978 e 1980, os membros da *Hansip* foram

<sup>\*</sup> Este conceito deriva da estratégia de guerrilha adoptada durante a revolução indonésia.

<sup>†</sup> Para uma visão geral deste sistema, ver o documento secreto do *Komando Resor Militer 164 Wira Dharma*, *Seksi-Intel*, "Rencana Penyusunan Kembali Rakyat Terlatih," assinado pelo major Willem da Costa, datado 10 de Setembro de 1982, p. 2; e Robert Lowry, *The Armed Forces of Indonesia* (St. Leonards, NSW: Allen e Unwin, 1996), p. 111.

reclassificados como *Wanra*. No essencial, os dois grupos desempenharam o mesmo papel. Em 1980, o número daqueles que eram oficialmente designados por *Wanra* atingiu os 6.500 mas, dois anos mais tarde diminuiria para 4.800.<sup>103</sup>

95. Em Timor Leste, a força de Civis Treinados (*Rakyat Terlatih, Ratih*) foi inicialmente formada em 1981 para prestar assistência à Operação Segurança (*Operasi Keamanan*). No ano seguinte, contava com 6.000 membros.<sup>104</sup> Esta rápida expansão coincidiu com o plano de conversão da *Hansip/Wanra* em *Ratih*, possivelmente para poupança de fundos dado a *Ratih* não ser remunerada. A Força de Segurança Popular (*Keamanan Rakyat, Kamra*) foi criada pela Polícia indonésia no início de 1981 e, em 1982, contava com 1.690 efectivos.<sup>105</sup> Em síntese, em 1982, encontravam-se cerca de 12.500 timorenses envolvidos nas diferentes organizações de defesa civil. Apesar da dificuldade em formular conclusões definitivas pela ausência de dados demográficos precisos relativos à população de Timor Leste em 1982, aquele número corresponde a cerca de 2,25% da população, valor superior à média nacional, de cerca de 2%.<sup>†</sup>

96. Durante 1981/82, o comando militar em Timor Leste despromoveu inúmeros membros da *Hansip* atribuindo-lhes o estatuto de *Ratih*. Nessa altura, as *ABRI* declararam que o objectivo era:

Desenvolver a consciência entre o povo timorense da necessidade de defender o Estado, de todos os civis de que têm o direito e o dever ilimitados de participar na defesa do Estado.<sup>106</sup>

97. As *ABRI* enfrentaram dificuldades em controlar as forças de defesa civil. Em 1983, muitos membros da *Hansip* desertaram para as *Falintil*<sup>107</sup>, parcialmente em consequência do menosprezo a que eram votados e, possivelmente, em resposta à perda de postos de trabalho resultante do plano de reduções de efectivos.<sup>108</sup>

98. As unidades de Defesa Civil enquadravam a sua acção no contexto da, já de si, extensa estrutura militar territorial, que a nível da aldeia incluía o Oficial, da classe de sargentos, para a Orientação da Aldeia (*Babinsa*), o Polícia de Orientação da Aldeia (*Binpolda*) e, por vezes, um pelotão do Batalhão 744 ou 745. As *ABRI* desenvolveram um grande esforço no recrutamento das unidades de defesa civil. Alguns membros aderiram voluntariamente, outros foram coagidos a aderir.<sup>109</sup> Em geral, os membros das unidades de defesa civil recebiam treino por um curto período de tempo, administrado pelo comando territorial local (*Kodim* ou *Koramil*) e, uma vez finalizado o treino, cumpriam o papel de apoio às acções de combate das *ABRI* e respectivos grupos de paramilitares:

As funções e tarefas das milícias são: patrulhar, identificar rastros deixados pela movimentação do inimigo (pode ser executado isoladamente, ou em conjunto com os Fuzileiros 5). As funções e tarefas da *Hansip* são: guarda de alguns postos do *TNI* (à noite), guiar as patrulhas e realizar actividades de apoio às milícias em combate.<sup>110</sup>

---

<sup>†</sup> Este cálculo baseia-se nos dados do recenseamento indonésio de 1981, que estima a população de Timor-Leste em 555.350 habitantes. Ver *Timor Timur dalam Angka, 1981* [Timor Leste em Números, 1981], Gabinete de Estatística, Província de Timor Leste, p. 25.

<sup>†</sup> Este número foi calculado tendo por base 4 milhões de membros das forças de defesa civil numa população de 200 milhões de habitantes em 1992. Ver Robert Lowry, *The Armed Forces of Indonesia*, p. 112.

99. Na maioria dos casos, os membros da *Hansip* receberiam ordens do comando militar local indonésio.<sup>111</sup> A Comissão constatou que as forças de defesa civil estiveram comprometidas num grande número de violações no decurso de operações militares.

#### “Militares em três meses”, *Milsas* 1989/92

100. Aparentemente, em 1989, depois de ter assumido o controlo das forças de defesa civil, sob tutela das *ABRI* desde o início da década de 1980, o Ministério do Interior não estava disponível para afectar recursos orçamentais suficientes para manter a *Hansip* e um grupo de reservistas conhecidos por Protecção da Sociedade (*Perlindungan Masyarakat, Linmas*), treinados para a prestação de serviços em caso de desastre ou emergência. Na altura, as *ABRI* lutavam com dificuldades para alcançar a quota prevista de 3.5% da população nacional enquadrada na defesa civil.<sup>112</sup> Como o número de membros nas unidades de defesa civil em Timor Leste excedia a média nacional, a medida de contenção orçamental é uma razão plausível para esta redução.<sup>113</sup> Em consequência, o Ministério do Interior optou por transferir um elevado número de efectivos da *Hansip* para o Exército. Este programa era designado por *Milsas*, abreviatura de *militarisasi*, ou por “três meses de treino militar”. Em 2000, a Comissão Indonésia de Direitos Humanos assinalou que:

Os *Milsas* – que os oficiais de patente mais elevada em Jacarta apelidavam, frequentemente, como os filhos regionais do *TNI* – apenas funcionaram em Timor Leste para aí apoiarem as operações do *TNI*.<sup>114</sup>

101. Em 1989, as *ABRI* enviaram cerca de 1.000 ex-membros da *Hansip* para Malang (Java Oriental) e para Bali, para participarem em cursos de treino com três meses de duração. Uma vez completado o curso, os ex-membros da *Hansip* integravam os quadros das *ABRI* e regressavam a Timor Leste, onde a maioria era colocada nos Comandos Militares Distritais (*Kodim*). Em 1992, foi seleccionado um segundo grupo de 1.000 ex-membros da *Hansip* e enviado para treino em Java e Bali. José Sales dos Santos explicou:

*Eu recebi treino militar nessa segunda leva, juntamente com 1.000 Hansip provenientes de todos os distritos. Setecentos foram enviados para serem treinados em Malang e 300 enviados para Bali. Passados três meses, cada um regressou para exercer funções no respectivo Kodim.*<sup>115</sup>

102. Entre 1989 e Agosto de 1991, o programa “*milsas*” reduziu em 50%, de 4.996 para 2.023, o número total de membros das forças de defesa civil que inclui membros da *Hansip*, da Força de Segurança Popular (*Kamra*) e da Resistência Popular (*Wanra*).<sup>116</sup>

#### Auxiliares de operações (*TBO*)

103. Os militares indonésios forçaram um elevado número de civis timorenses a servir como bagageiros, guias, cozinheiros e assistentes pessoais do Exército, em particular, no final da década de 1970 e início da década de 1980 durante o período de operações de maior intensidade. Um documento militar de 1982 afirma que se encontravam envolvidos 60.000 timorenses como pessoal de apoio.<sup>117</sup> Eram designados por “auxiliares de operações” (*Tenaga Bantuan Operasi, TBO*). Foram recrutadas inúmeras pessoas como *TBO* em 1981, durante uma operação que ficou conhecida por ‘Cerco de Pernas’ (Operação *Kikis*) (ver Capítulo 3: História do

<sup>111</sup> A Base de Dados de Violações de Direitos Humanos (HRVD) edificada pela CAVR contém uma lista de 784 actos perpetrados, entre 1975/79, pela *Hansip*. Ver, em particular, o Subcapítulo 7.7: Violência Sexual e o Subcapítulo 7.4: Prisão, Tortura e Maus-Tratos.

Conflito e Subcapítulo 7.3: Deslocação Forçada e Fome). O recurso à força durante o recrutamento é descrito no seguinte testemunho:

*Em 1979, Francisco Amaral recebeu a visita de três Hansip e foi levado para Uatu-Lari...foi interrogado por [membros d]a administração do subdistrito e do Batalhão 202 sobre o local onde fora escondido o equipamento (da Fretilin), que ele desconhecia...foi espancado até urinar e defecar e o sangue lhe sair pela boca e nariz. Depois deste episódio, uma companhia da marinha levou-o como auxiliar de operações (TBO).<sup>118</sup>*

104. Muitos jovens foram levados para exercerem as funções de auxiliar de operações (TBO). Eram destacados para uma unidade durante um período de tempo variável, por vezes apenas pelo período de duração de uma operação, outras vezes por períodos bem mais prolongados de tempo. O Administrador Apostólico Católico, D. Martinho da Costa Lopes, assinalou que este recrutamento forçado teve consequências desastrosas para o cidadão rural comum, que era levado do seu campo na época das sementeiras. Um relatório da Polícia, de 1978, apresenta uma avaliação cândida das consequências sociais do recrutamento forçado:

- i. Durante a recente *Operasi Gempur* no Sector Central, as pessoas foram forçadas a tornarem-se TBO. A implementação desta medida causou ansiedade entre a população, particularmente em Díli, que ficou muito silenciosa à noite (por) os pais temerem que os seus filhos sejam levados pelas ABRI. As actividades escolares e as de escutismo foram temporariamente interrompidas.<sup>119</sup>

105. O subcapítulo 7.8, Violações do Direito da Criança, expõe detalhadamente a experiência das crianças e dos adolescentes timorenses, levados pelos militares indonésios como auxiliares de operações. Muitos foram sujeitos a situações de combate e a severas marchas forçadas carregando equipamento militar pesado, e tinham de viver em campos militares com soldados adultos. Alfredo Alves recorda a sua experiência quando, aos 11 anos de idade, foi separado da sua mãe para desempenhar as funções de auxiliar de operações (TBO), e a intimidação e violência cometida pelos soldados indonésios contra um jovem timorense com a mesma função:

*Um dia, um dos TBO que transportava uma carga muito pesada recusou-se a aceitar o acréscimo de mais peso à sua carga. O soldado zangou-se. Quando regressaram à base, foram reunidos todos os soldados do pelotão e os TBO. O comandante disse que não é permitido a um TBO recusar a carregar coisas. Ele disse que o Exército tinha vindo ajudar e trazer a independência. Depois disso, foi chamado o TBO que havia recusado transportar a carga e, perante o olhar de todos os presentes, foi abatido a tiro. Disseram-nos que, se nós recusássemos a cumprir, teríamos o mesmo destino.<sup>120</sup>*

'Intel' — espões timorenses

106. Ao longo de todo o conflito militar, as unidades dos serviços militares de informação utilizaram espões e informadores timorenses na recolha de informação. A primeira utilização pelas ABRI de timorenses com funções de recolha de informação, foi anterior à invasão de Timor Leste, quando confiou às tropas dos Partidários a recolha de informação local e a função de

guias durante as primeiras incursões em Timor Leste. Segundo Tomás Gonçalves, os Partidários eram interrogados sobre informação política e geográfica relativa ao território português de Timor:

*Nessa altura, eles [os Indonésios] não comunicavam connosco. Chamavam-nos Partidários e os Partidários não comunicavam com eles...Quando me chamaram, perguntaram-me: "mais ou menos quantas armas é que eles têm em Timor? Quantas companhias existem? Há muitas pessoas que sabem usar uma arma? Eles sabem ser combatentes de guerrilha?"<sup>121</sup>*

107. Mais tarde, quando os civis se renderam em grande número e foram detidos pelas *ABRI* em campos de detenção ou em aldeia de reinstalação, a prioridade das *ABRI* era mantê-los afastados dos restantes membros das Falintil. No entanto, as *ABRI* necessitavam de fontes para os serviços de informação, para identificarem quem se encontrava próximo das forças de guerrilha. No final de 1981 e em Janeiro de 1982, o coronel Sahala Radjagukguk, comandante do Comando Militar Sub-regional (*Korem*) 164, emitiu um conjunto de ordens referentes às operações territoriais e à recolha de informação, ao papel dos *Babinsa* e à segurança urbana, incluindo as zonas de reinstalação.<sup>122</sup> Estas ordens indiciam que os militares reconheciam que continuava a existir uma forte resistência entre a população civil. Verificava-se a necessidade de concentrar esforços na destruição dos elos de ligação à resistência armada e do apoio que lhe era prestado. Para alcançar este objectivo, os documentos delineavam metas, como edificar uma sociedade em que as forças de segurança estivessem fortemente implantadas em todas as comunidades, detectar e confiar em informadores timorenses de forma a criar uma operação de recolha de informação poderosa, capaz de controlar a população civil e de restringir o contacto com as Falintil. A organização criada em Quelicai (Baucau) é disso exemplo:

*Nessa altura (1981), existia uma organização denominada 'Siliman' (Siguranca Sipil Masyarakat), formada pelo TNI-Koramil que tinha por objectivo espiar. Os seus membros eram residentes de Quelicai. Entre estes contavam-se (nomes listados)...A organização observava regularmente a movimentação dos depoentes e, se estes fossem vistos, o incidente era relatado ao Koramil.<sup>123</sup>*

108. No início da década de 1980, no seguimento das rendições mais significativas em 1978/79, uma parte considerável da população de Timor Leste foi forçada a confinar-se a campos de reinstalação. Estruturalmente, as *ABRI* projectaram a instalação de postos de defesa civil na imediação de cidades e vilas. Esperava-se que as tropas de defesa civil cumprissem o papel de intermediário entre a população e os militares, que a nível das aldeias eram habitualmente representados por um *Babinsa* ou por uma Equipa de Orientação da Aldeia (*Tim Pembina Desa*). As suas funções incluíam o desempenho de missões atribuídas pelos militares e monitorizar os seus concidadãos. Como apoio complementar, os membros da força Civis Treinados (*Ratih*) asseguravam a segurança interna:

*Civis do sexo masculino, armados com lanças e catanas podem, em caso de perigo, ser reunidos num determinado ponto da sua aldeia (dentro dos limites da vila).<sup>124</sup>*

109. Isto surgiu numa fase em que as *ABRI* desejavam utilizar mais timorenses como coadjuvantes de defesa e segurança, com vista a aproximar Timor Leste à doutrina das *ABRI* de

---

<sup>121</sup> A presença de postos de *Babinsa* em todas as aldeias de Timor Leste representa uma cobertura muito maior do que aquilo que é habitual na Indonésia e reflecte o objectivo das *ABRI* de alcançar um controlo apertado da população de Timor Leste.

“Defesa de Todo o Povo.” Num documento militar de Fevereiro de 1982, esse ideal é exposto nos seguintes termos:

*Com a segurança a ser estabelecida [as ABRI a adquirirem o controlo], as SATPUR (unidades de combate) reduzirão a sua dimensão enquanto a defesa civil (HANSIP-WANKAMRA) irá aumentar e desempenhar um papel mais importante na defesa e na segurança do seu território contra os elementos remanescentes do GPK e os extremistas.*<sup>125</sup>

110. Foram diversas as formas de recrutamento de informadores timorenses. Alguns ofereciam-se voluntariamente para ajudar as unidades de serviços de informação, outros recebiam subornos e outros ainda foram recrutados pela força da ameaça. Os militares tentavam com alguma frequência, ‘virar’ membros da resistência clandestina e ex-guerrilheiros das Falintil, de modo a trabalharem para a Força de Intervenção dos Serviços de Informação (*Satuan Tugas Intelijen*).

111. Perto do final da década de 1980, com a Resistência a desenvolver o movimento clandestino nas cidades e vilas, as *ABRI* necessitaram de assegurar uma capacidade local forte de recolha de informação para controlar esta rede crescente. A partir de então, a estratégia das *ABRI* foi alterada, deixando de estar focalizada na sublevação dos guerrilheiros para se concentrar no esforço de desmantelar a crescente resistência clandestina. Todas as unidades territoriais (por exemplo, os comandos regionais, distritais e subdistritais) contavam com funcionários dos serviços de informação e cada uma recrutava a sua própria rede de informadores. A unidade de serviços de informação mais notória era a Força de Intervenção dos Serviços de informação (*SGI, Satuan Tugas Intelijen*).<sup>\*</sup> Esta unidade foi inicialmente criada em 1976, sob a tutela do Comando Regional de Defesa e Segurança de Timor Leste (*Kodahankam*), tendo sido, posteriormente, transferida para as estruturas de comando que lhe sucederam.<sup>†</sup><sup>126</sup> Se bem que formalmente estivesse sob o controlo do Comando Militar Regional (*Korem*), em meados da década de 1990, o Comando das Forças Especiais (*Kopassus*) detinha o controlo generalizado sobre a Força de Intervenção dos Serviços de Informação.<sup>127</sup>

112. Os timorenses referiam-se aos informadores dos serviços de informação e aos espões como *mauhu*, “*mau*” de masculino e “*hu*” que significa soprar. O sistema de informadores e espões dos serviços de informação desempenhou um papel considerável no gerar de suspeição entre timorenses. Permitiu aos militares penetrarem a Resistência e semearem rumores e desinformação. Muitos timorenses foram forçados a desempenhar um perigoso papel duplo e viviam em risco permanente de serem alvo de suspeita por ambos os lados. Eram muitos os espões timorenses e a sua prevalência significava que os civis raramente sabiam quem era ou não era *mauhu*, quem deviam evitar e em quem podiam confiar. A incidência deste sistema semeou profunda desconfiança entre a população timorense, e os laços sociais e a coesão da sociedade foram as vítimas deste elemento infiltrado do conflito.

### Década de 1990 e a atenção sobre os jovens

113. No final da década de 1980, os jovens timorenses surgiram como um novo e importante elemento do movimento de resistência clandestina urbana. Este acontecimento foi

---

<sup>\*</sup> Normalmente, os militares abreviavam o nome completo de *Satuan Tugas Intelijen* para *Satgas Intel*, mas existem documentos militares, datados de 1992/93, em que o nome é abreviado para *SGI*. No entanto, a maioria dos timorenses conhecem a unidade por *SGI*.

<sup>†</sup> Em 1978, a Força de Intervenção dos Serviços de Informação foi transferida para a *Operasi Seroja*; em 1979, foi transferida para o Comando Militar Sub-regional 164; em 1984, para o Comando de Operações de Segurança; e, em 1990, foi transferida para o Comando de Implementação Operacional (*Kolakops*).

particularmente perturbante para o regime indonésio que investira grande esperança na nova geração de timorenses que fora educada no sistema indonésio.

114. No final da década de 1970 e início da década de 1980, a Polícia indonésia, na altura formalmente integrada nas Forças Armadas, promoveu o movimento de escuteiros indonésios (*Pramuka*) para instilar a disciplina nacionalista nos jovens timorenses. Este programa incluía treino de tipo militar, como marchar e a realização de exercícios, apoio à Cruz Vermelha Indonésia e a presença em cerimónias oficiais. Em Maio de 1978, os escuteiros contavam com cerca de 10.000 participantes, tendo alcançado os 22.455 em 1981.<sup>128</sup> Também foi encorajada a formação de grupos juvenis de artes marciais, que se constituíram. Recorrendo a exercícios físicos públicos e ao uso de uniformes, estes grupos mimavam o comportamento dos soldados.

115. Os estudantes do ensino superior também constituíram alvo das Forças Armadas indonésias. Na década de 1990, Timor Leste tinha uma universidade e um instituto politécnico, e foi instituído um regimento estudantil (*Resimen Mahasiswa, Menwa*) nesses recintos universitários. À semelhança dos regimentos de estudantes na Indonésia, eram uma via para as *ABRI* administrarem uma doutrinação adicional dos estudantes.<sup>129</sup> Em Timor Leste, o regimento estudantil tornou-se num meio para as *ABRI* infiltrarem as organizações estudantis e os grupos clandestinos activos nos recintos universitários. Os estudantes timorenses que iam estudar para Java ou para Bali eram obrigados a aderir à organização oficial de estudantes timorenses, a *Impettu (Ikatan Mahasiswa, Pemuda dan Pelajar Timor Timur, a Associação de Estudantes e Jovens de Timor Leste)*.<sup>130</sup> Muitos timorenses estavam sob a vigilância dos serviços de informação.

### Esquadrões de morte

116. No início da década de 1990 emergiu um novo estilo de forças paramilitares, conhecidas como *gangs* de *Ninjas*, enquanto parte integrante dos esforços das *ABRI* para controlarem a crescente resistência clandestina urbana. Estes grupos operavam à noite, vestidos de negro e cobriam a cabeça com capuzes negros.<sup>131</sup> Eram temidos pelo seu papel no crescendo de desaparecimentos de pessoas suspeitas de serem membros da Resistência. Eram, na realidade, esquadrões de morte.

117. Em 1995, emergiu um novo grupo, denominado Jovens Guardas em Defesa da Integração (*Gadapaksi*)<sup>†</sup>. Na essência, eram a continuação dos grupos *Ninjas* e mantinham a resistência clandestina por alvo principal. Este grupo tinha fortes ligações com o Comando das Forças Especiais (*Kopassus*), e foi fundado em Julho de 1995, pelo genro do Presidente Suharto, um oficial das Forças Especiais, coronel Prabowo.<sup>132</sup> Apesar de a organização ter sido criada oficialmente com o intuito de apoiar jovens timorenses em pequenas iniciativas empresarias, os seus membros desenvolveram rapidamente numa variedade de actividades ilegais ou semilegais de contrabando, jogo e extorsão a troco de protecção. Para além destas actividades, e à semelhança dos esquadrões *Ninja*, continuou a visar e a assediar os membros do movimento clandestino. Os Jovens Guardas evoluíram rapidamente; no início de 1996, contava com 1.100 membros. Em Abril de 1996, anunciaram planos para recrutar 1.200 membros por ano e, em Maio desse mesmo ano, 600 membros foram enviados para Java, para serem treinados pelo Comando das Forças Especiais<sup>133</sup>. Apesar das ligações visíveis às Forças Especiais, dois anos após a sua criação, o chefe dos Jovens Guardas (*Gadapaksi*), Marçal de Almeida, lamentou o facto de a sua organização ter a reputação de estar repleta de espões (*mauhu*). A emergência dos Jovens Guardas coincidiu com a supremacia do Comando das Forças Especiais (*Kopassus*) sobre o Comando Militar Estratégico (*Kostrad*) em Timor Leste. Em

<sup>†</sup> O comportamento dos grupos de *Ninjas* era em tudo semelhante aos 'assassinatos misteriosos' *Petrus* em Java, no início da década de 1980, ainda que servissem objectivos distintos. Tendo por mentor o general Murdani, os perpetradores dos 'assassinatos misteriosos' *Petrus* tinham por alvo criminosos e abandonavam os corpos para exposição pública.

<sup>†</sup> Por vezes soletrado como '*Gardapaksi*'.

simultâneo com o ascendente das Forças Especiais, foi operada uma mudança no sentido de realizar operações de natureza psicológica com o objectivo de infiltrar, intimidar e destruir a resistência clandestina. Os Jovens Guardas eram um elemento de linha da frente nesta estratégia. Em 1995, os diferentes grupos paramilitares de Timor Leste receberam treino em Aileu, instruído pelo Comando das Forças Especiais. Os Jovens Guardas perduraram até à sua substituição por diversos grupos de milícias, em 1998/99.

#### Milícias, 1998/99

118. Muitas das milícias que emergiram em 1998/99 estavam enraizadas em grupos constituídos numa fase anterior à ocupação. O quadro em baixo esquematiza a história das milícias timorenses, incluindo o nome dos dirigentes timorenses e o sector e distrito de actuação, fundadas de 1975 a 1999.

**Table 2 - Milícias em Timor Leste, 1975/99**

<b>Sector A: Leste</b>				
Comandante: Joanico Césarino Belo, Sargento do Comando de Forças Especiais ( <i>Kopassus</i> )				

Distrito	Nome	Dirigente em 1999	Data da fundação	Antecedentes/ligações
Lautém	<i>Jati Merah Putih</i> (Verdadeiro para com o Vermelho e Branco)	José da Conceição	1985	A Equipa Alfa foi originalmente criada pelas Forças Especiais em 1985; renomeada <i>JMP</i> em 1999.
Viqueque	<i>Makikit</i> (Águia) <i>59/75 Junior/Naga Merah</i> (Dragão Vermelho)	Afonso Pinto ( <i>Lafaek</i> ) Álvaro de Jesus	1983 1999	Patrocinada pelas Forças Especiais Tem raízes na rebelião de 1959 em Viqueque.
Baucau	<i>Saka</i>  <i>Sera</i>  <i>Forum Komunikasi Partisan</i> (Fórum de Comunicação dos Partidários)	Joanico C. Belo (Forças Especiais)  Sera Malik  António Moniz	1983  1986  1999	Formada pelas Forças Especiais, a partir de ex-membros das Falintil e antigos paramilitares de Baucau, Railakan, 1959/75 Constituída pelas Forças Especiais, do mesmo modo que <i>Saka</i> Reestruturada a partir de antigos membros dos Partidários de 1975
Manatuto	<i>Mahadomi</i> (Manatuto Ama a Integração)  <i>Morok</i> (Selvagem)	Aleixo de Carvalho  Filomeno Lopes da Cruz (Abril de 1999: Tomás de Aquino Kalla)	1999  (cerca) 1995	O fundador e conselheiro foi Vidal Doutel, administrador distrital ( <i>Bupati</i> ) e membro das Forças Especiais

<b>Sector B: Central</b>				
Comandante: Eurico Guterres, antigo líder do grupo <i>ninja</i> dos Jovens Guardas, Díli, início da década de 1990.				

Distrito	Nome	Dirigente em 1999	Data da	Antecedentes/ligações
----------	------	-------------------	---------	-----------------------

			fundação	
Díli	<i>Aitarak</i> (Espinho)	Eurico Guterres	1999	Milícia de Jovens Guardas com base em Díli; início da década de 1990; treinados pelas Forças Especiais
Liquiça	<i>BMP</i> (Ferro Vermelho e Branco)	Manuel de Sousa	27 de Dezembro de 1998	Ligação directa com os militares – com base no Comando Militar Subdistrital ( <i>Koramil</i> ) de Maubara
Ermera	<i>DMI</i> (Sangue Vermelho pela Integração)  <i>Ramelau</i> (nome de uma montanha proeminente no Sector Central)  <i>Naga Merah</i> (Dragão Vermelho)  Equipa <i>Pancasila</i> (Cinco Princípios Básicos)	Miguel Babo  Manuel de Sousa	Abril de 1999	Herança dos Partidários e da Resistência Popular ( <i>Wanra</i> )

### Sector C: Sudoeste

Comandante: Câncio Lopes de Carvalho

Distrito	Nome	Dirigente em 1999	Data da fundação	Antecedentes/ligações
Ainaro	<i>Mahidi</i> (Vida ou Morte - Integração na Indonésia)	Câncio Lopes de Carvalho	17 de Dezembro de 1998	Comandante Militar de Ainaro
Manufahi	<i>Ablai</i> (Eu luto para executar o mandato da integração)	Nazário Corte Real	27 de Março de 1999	Ligações com as Forças Especiais
Covalima	<i>Laksaur</i> (uma espécie de ave)	Olívio Mendonça Moruk		Administrador distrital ( <i>Bupati</i> ) e comandante militar de Covalima
Aileu	<i>AHI</i> (Eu Vivo pela Integração)	Horário Araújo	27 de Março de 1999	Formada e apoiada pela administração distrital

### Sector D: Oeste

Comandante: João Tavares, antigo líder do grupo paramilitar *Halilintar*, integrou as operações clandestinas anteriores à invasão em 1975

Distrito	Nome	Líder timorense	Data da fundação	Enquadramentos/ligações
Bobonaro	<i>Halilintar</i> (Trovão)  <i>Dadurus Merah Putih</i> (Tornado Vermelho e Branco); <i>Guntur</i> (Trovão); <i>ARMUI</i> (Estou Disposto a Morrer pela Indonésia); <i>Kaer Metin Merah Putih</i> (Suster o Vermelho e o	João Tavares  Natalino Monteiro	1975; reestruturada em 1994	Ligações militares de longa duração através da <i>Halilintar</i> .

	Branco); <i>Harimau Merah Putih</i> (Tigre Vermelho e Branco); <i>Saka Loromonu</i> (Saka Ocidental); <i>Firmi Merah Putih</i> (Verdadeiro Crente no Vermelho e Branco)			
Oecusse	<i>Sakunar</i> (Escorpião)	Simão Lopes	Abril de 1999	Ligação com as Forças Especiais

Fonte: Pesquisa e compilação da CAVR

### Formação de milícias

119. As Forças Armadas indonésias começaram a mobilizar grupos de milícias em todo o território de Timor Leste entre meados e finais de 1998. As milícias foram formadas após a queda de Suharto, em Maio de 1998, em resposta directa à nova liberdade dos timorenses fazerem campanha pela independência, e do anúncio, um mês mais tarde, pelo seu sucessor, B. J. Habibie, de que Timor Leste podia optar por uma autonomia alargada. Em Janeiro de 1999, quando Habibie foi mais longe e ofereceu a Timor Leste a opção entre a autonomia e a independência, os grupos de milícias proliferaram em todos os distritos.

120. A formação das milícias foi, em muitos aspectos, o culminar da estratégia de militarização anteriormente descrita. Ao criarem as milícias, as Forças Armadas indonésias dependeram grandemente na diversidade de forças coadjuvantes constituídas por timorenses, que tinham sido envolvidas ao longo dos anos, desde 1975. Várias milícias, como a Equipa *Saka* e a Equipa *Sera* em Baucau, a Equipa Alfa em Lautém e a Equipa *Makikit* em Viqueque, já existiam há uma década ou mais. A *Halilintar*, em Bobonaro, tinha por origem uma unidade dos Partidários dos meses que antecederam a invasão de 1975 e, tendo permanecido inactiva durante vários anos, foi reactivada em 1994 para apoiar os militares indonésios na sua campanha contra o crescente movimento clandestino no distrito. Outras eram descendentes de grupos de paramilitares anteriores. A liderança da milícia *Mahidi* em Ainaro, também dirigira os “voluntários” que aterrorizaram Ainaro no início da década de 1990.

121. Outras milícias recrutaram a sua liderança entre membros de forças coadjuvantes oficialmente patrocinadas, como a Resistência Popular (*Wanra*), a Defesa Civil (*Hansip*) e os Jovens Guardas em Defesa da Integração (*Gadapaksi*). Um documento militar, datado de Abril de 1998, revela a existência de 12 equipas paramilitares, que então cobriam todos os distritos de Timor Leste, à excepção de Díli e de Oecusse. Do documento resulta claro que estas equipas, que incluíam a *Saka*, a *Sera*, a *Alfa*, a *Makikit* (Águia), a *Halilintar* (Trovão) e a *Morok* (Selvagem) – que mantiveram o nome quando se transformaram em milícias – faziam parte da estrutura territorial.<sup>134</sup> A rapidez com que as milícias foram mobilizadas em 1999, ficou a dever-se essencialmente à sua capacidade de recorrer às estruturas existentes. Os antecedentes dos principais grupos de milícias estão sintetizados no Quadro 2.

122. Todo o período que antecedeu e sucedeu a Consulta Popular decorreu num contexto de violência. A maior parte desta violência foi perpetrada por grupos de milícias com as tropas do TNI a desempenharem um papel de apoio ou de envolvimento directo. O papel das Forças Armadas indonésias no planeamento e na instrumentalização desta violência encontra-se bem documentado. As investigações conduzidas pela Comissão Indonésia de Direitos Humanos (*Komnas HAM*), pela Comissão Internacional de Inquérito sobre Timor Leste (*ICIET*), patrocinada pela ONU na sequência imediata da violência, pela Unidade de Crimes Graves patrocinada pela ONU durante as missões da UNTAET e da UNMISSET e ainda os testemunhos e declarações recebidos e a pesquisa realizada pela própria CAVR, conduzem à conclusão irrefutável de que os militares indonésios foram claramente cúmplices em todos os aspectos da violência, desde a

formação inicial dos grupos de milícias até à instigação da fase final e mais generalizada da violência, em Setembro e Outubro de 1999.

123. Além das provas históricas já citadas, existe um elevado número de outras provas que indicam que as milícias foram criadas, apoiadas e controladas pelo Exército Nacional Indonésio (*TNI*). Estas provas são objecto da síntese seguinte.

### **O envolvimento do Exército Nacional Indonésio (*TNI*) na formação das milícias**

124. No planeamento, formação e treino das milícias estiveram envolvidos oficiais de elevada patente do Exército indonésio. Em Fevereiro de 1999, Tomás Gonçalves, antigo dirigente dos Partidários, que afirma ter-lhe sido oferecida uma posição de relevo na estrutura das milícias que recusou, falou aos meios de comunicação social internacionais. Ele descreveu o papel desempenhado por elementos militares chave na formação das milícias, tendo nomeado o coronel Tono Suratman, comandante do Comando Militar Sub-regional (*Korem*) e o major general Adam Damiri, comandante do Comando Militar Regional IX *Udayana*, (*Kodam*), e apontado o papel proeminente desempenhado pela Força de Intervenção Conjunta dos Serviços de Informação (*SIGI*), dominada pelas Forças Especiais (*Kopassus*).<sup>† 135</sup> Tomás Gonçalves afirmou:

*A ordem foi dirigida pelo comandante regional, [major-general] Adam Damiri, ao comandante de Timor Leste e comandante das Forças Especiais, Yayat Sudrajat - para liquidarem todo o CNRT, todas as que fossem a favor da independência, pais, filhos, filhas e netos. O comandante Sudrajat prometeu uma remuneração no valor de 200.000 rupias a quem se dispusesse a servir nas milícias.*<sup>136</sup>

125. Na pronúncia de acusação emitida pela Unidade de Crimes Graves contra o general Wiranto e outros, o Procurador-Geral Adjunto para os Crimes Graves descreve um conjunto de reuniões onde oficiais de elevada patente planearam a formação e o recrutamento de milícias:

---

<sup>†</sup> A síntese da Comissão relativa à prova de existência de ligações entre as milícias e o *TNI* apoia-se essencialmente em Geoffrey Robinson, *East Timor 1999: Crimes Against Humanity, A Report Commissioned by OHCHR* [Timor Leste 1999: Crimes Contra a Humanidade, Relatório apresentado a pedido do Gabinete do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos], submetido à CAVR, Julho de 2003. pp. 82-129.

<sup>†</sup> Em 1993, a Força de Intervenção Conjunta dos Serviços de Informação (*SIGI*) foi renomeada Força de Intervenção dos Serviços de Informação (*Satuan Tugas Intelijen*). No entanto, continuou a ser generalizadamente referida como *SIGI* (ver o ponto intitulado As Forças Armadas indonésias e o seu papel em Timor-Leste no presente capítulo). Em 1999, os seus efectivos pertenciam a uma unidade das Forças Especiais denominada Força de Intervenção Três Terras (*Tribuana*), sob o comando do tenente-coronel Yayat Sudrajat. O Comando das Forças Especiais (*Kopassus*) desempenhara um papel dominante na estrutura militar indonésia em Timor-Leste desde meados da década de 1990.

Alguns oficiais de elevada patente com antecedentes no Comando das Forças Especiais (*Kopassus*) e que haviam cumprido comissões de serviço em Timor-Leste, desempenharam papéis influentes durante a Consulta Popular. Entre estes inclui-se o oficial superior dos serviços de informação, major-general Zacky Anwar Makarim, que era o principal representante militar oficial da força de intervenção indonésia nomeada para os contactos com a UNAMET. Admite-se que durante este período, tenha desempenhado um papel-chave no desenvolvimento das milícias. Além do tenente-coronel Sudrajat, também o coronel Tono Suratman, comandante militar sub-regional (*Korem*) estivera previamente na *Kopassus*. O seu superior imediato, o major-general Adam Damiri, comandante da divisão regional *Udayana* sediada em Bali, também era membro da *Kopassus*. A nível do Governo indonésio, o general na reserva Feisal Tanjung, ministro Coordenador para os Assuntos Políticos e a Segurança, foi outra figura-chave no desenvolvimento da política relativa a Timor-Leste e era um de quatro ministros com historial na *Kopassus*. Yunus Yosfiah, ministro da Informação, era igualmente membro do governo cujo vasto envolvimento com Timor-Leste datava do seu comando do *Tim Susi* anterior à invasão. (Robinson, pp. 28-29).

1. Em Agosto de 1998, ou próximo dessa data, [o comandante da Região IX *Udayana*, major-general] Adam Rachmat Damiri organizou a deslocação de um dirigente timorense pró-integração a Denpasar, em Bali, para participar numa reunião. Nessa reunião, Damiri instruiu o dirigente timorense para estabelecer um grupo que promovesse a integração.
2. Em Agosto de 1998, ou próximo dessa data, Damiri deslocou-se a Díli para reunir com comandantes do *TNI* e dirigentes timorenses pró-integracionistas. O coronel Suhartono Suratman [Comandante do Comando Militar Sub-regional (*Korem*) 164] esteve presente na reunião. Damiri constatou perante o grupo que a atenção internacional estava centrada em Timor Leste e que esse facto constituía um problema para a Indonésia. Disse-lhes que precisavam de elaborar um plano com vista à criação de organizações que disseminassem um sentimento pró-indonésio por todo o Timor Leste. Disse-lhes ainda que teriam de formar uma força de defesa civil sólida, baseada em exemplos previamente apoiados pelo *TNI* e que essa força tinha de expandir-se e desenvolver para proteger a integração.
3. Em Novembro de 1998, ou próximo dessa data, Damiri deslocou-se a Timor Leste. Durante a visita voltou a reunir em Díli com dirigentes timorenses pró-Indonésia, incluindo indivíduos que mais tarde se tornaram dirigentes de milícias. Damiri instou-os a juntarem-se e a apoiarem o *TNI* a combater o grupo pró-independência Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (Fretilin). Durante esse encontro com dirigentes pró-Indonésia, Damiri elogiou o futuro líder das milícias, Eurico Guterres, por ser um jovem disposto a lutar pela integração e afirmou-se disposto a entregar 50 milhões de rupias a Guterres para iniciar o seu trabalho.
4. Em Novembro de 1998, ou próximo dessa data, Suratman reuniu com dirigentes timorenses pró-indonésios, no seu quartel-general em Díli. Yayat Sudrajat [tenente-coronel, comandante da *Tribuna*] esteve presente na reunião. Suratman afirmou ao grupo que queria que o futuro dirigente das milícias, Eurico Guterres, formasse uma nova organização para defender a integração, semelhante à organização pró-Indonésia Jovens Guardas em Defesa da Integração (*Gadapaksi*).
5. No início de 1999, o [major-general] Zacky Anwar Makarim [responsável pela agência de serviços de informação das Forças Armadas, *BIA*, até Janeiro de 1999] recebeu no seu escritório em Jacarta os membros fundadores da organização pró-Indonésia Frente Popular de Timor Leste [*Barisan Rakyat Timor Timur, BRTT*]. Durante a reunião, afirmou que seria necessário recorrer à guerrilha para suplantar os apoiantes da independência se a opção pela autonomia fosse derrotada no escrutínio.
6. Em Fevereiro de 1999, ou próximo dessa data, Damiri encontrou-se com dirigentes timorenses pró-Indonésia no quartel-general do Comando Militar Regional IX, em Denpasar, Bali. Damiri afirmou aos presentes que o *TNI* estava disposto a apoiar secretamente as forças pró-indonésias. Explicou o secretismo como forma de evitar o escrutínio e a crítica internacionais. Damiri pediu aos homens que juntassem os timorenses que tivessem servido no *TNI*. Disse-lhes ainda que iriam reunir com Suratman para receberem instruções suplementares.
7. Em Fevereiro de 1999, ou próximo dessa data, Suratman encontrou-se com um dirigente pró-indonésio em Díli. Disse-lhe que, por o *TNI* se encontrar sob a alçada de um regime reformista, não poderia participar abertamente em operações contra o movimento independentista. Suratman pediu ao dirigente pró-indonésio que formasse um grupo de milícias. Suratman afirmou ainda que o *TNI* estava disposto a fornecer qualquer tipo de apoio necessário aos grupos de milícias.

8. Em Fevereiro de 1999, ou próximo dessa data, Sudrajat reuniu-se com quadros do *TNI* e dirigentes timorenses pró-indonésios na sede da Força de Intervenção dos Serviços de Informação, em Díli. Sudrajat informou o grupo que a Força de Intervenção dos Serviços de Informação dispunha de uma lista de apoiantes da independência que iriam ser mortos. Declarou que a Força de Intervenção dos Serviços de Informação e os grupos pró-indonésios iriam cooperar na execução dessas mortes. Disse que as Forças Especiais (*Kopassus*), disfarçados de arruaceiros, iriam iniciar o assassinato dos apoiantes do movimento independentista.
9. Em Março de 1999, ou próximo dessa data, [o assistente de operações do chefe do Estado-Maior do Exército, major-general] Kiki Syahnakri encontrou-se com dirigentes timorenses pró-indonésios, no quartel-general do *TNI* em Jacarta. Syahnakri disse ao grupo que o *TNI* iria apoiar o seu esforço pró-indonésio e que Makarim era responsável pela coordenação da actividade a anteceder a Consulta Popular. Syahnakri informou que haviam sido enviadas armas de fogo para Timor Leste e que, assim que os homens regressassem a Díli, deveriam contactar Suratman, para se organizar a distribuição das mesmas.
10. No início de 1999 [o governador, Abílio] Soares encorajou os Administradores Distritais [*Bupati*] a formarem grupos de milícias nos respectivos distritos. Alguns destes administradores distritais tornaram-se dirigentes de milícias.<sup>137</sup>

126. Um dos aspectos do papel do *TNI* na criação das milícias foi o seu envolvimento directo no recrutamento. No início de 1999, o tenente-coronel Supardi, na altura chefe do Estado-Maior do *Korem*, foi citado como tendo afirmado que o *TNI* teria recrutado 1.200 milícias e que o recrutamento continuaria até Março.<sup>138</sup> Para além do recurso ao incentivo financeiro de 200.000 rupias para encorajar o recrutamento, o *TNI* recorreu a ameaças e à coacção (ver nos pontos seguintes). Foi definido o objectivo de recrutamento de dez homens por aldeia, em cada distrito, para as milícias.<sup>139</sup> Acresce que, o treino das milícias foi realizado segundo regras definidas em instruções e relatórios emitidos por oficiais superiores a todos os níveis da hierarquia até à estrutura de comando regional.<sup>140</sup>

### **Endosso do *TNI* às milícias**

127. Foi conferido um estatuto oficial às milícias por membros do *TNI* e da administração indonésia. Faziam-no, por exemplo, ao estarem presentes em cerimónias de apresentação de milícias e comícios por todo o território de Timor Leste. O comandante do Comando Militar Sub-regional (*Korem*), coronel Tono Suratman, reuniu com e deu “orientações” a membros da milícia Ferro Vermelho e Branco (*BMP*), no quartel-general do Comando Militar Distrital (*Kodim*) 1638, no dia 16 de Abril de 1999, dez dias após a ocorrência do massacre de civis na Igreja de Liquiça e um dia antes da violência generalizada provocada pelas milícias em Díli, em que a *BMP* também participou.<sup>141</sup> Mais tarde, no dia 8 de Maio de 1999, o coronel Suratman, comandante do Comando Militar Sub-regional de Timor Leste, esteve presente em Manatuto na inauguração da milícia Manatuto Ama a Integração (*Mahadomi*). Ele e outros, nomeadamente o governador, Abílio Soares, o administrador do distrito de Díli, Domingos Soares e o major-general Kiki Syahnakri, também estiveram presentes no comício do dia 17 de Abril de 1999, quando Eurico Guterres falou às milícias e encorajou-as a matarem “os que traíram a integração”. No final do comício, as milícias dispersaram e espalharam a violência em Díli. Entre os seus alvos contava-se a casa de Manuel Carrascalão, onde várias centenas de pessoas procuraram refúgio para escapar à violência das milícias nos seus distritos. As milícias mataram 12 pessoas na casa.<sup>142</sup>

128. A acrescentar a estas demonstrações de apoio, as autoridades indonésias endossaram oficialmente as milícias, tratando-as como parte formal da estrutura militar das forças coadjuvantes. Nas comunicações oficiais, os grupos de milícias eram regularmente referenciados como parte dos grupos de defesa civil.<sup>143</sup> A partir de Abril 1999, os grupos de

<sup>137</sup> Taxa de câmbio à data: 200.000 RP = 26,66 USD.

milícias também foram oficialmente reconhecidos como organizações voluntárias de segurança civil (*Pam Swakarsa*).<sup>144</sup>

### **Participação do TNI nas actividades das milícias**

129. A ligação estreita entre o TNI e as milícias fica claramente demonstrada na sobreposição da filiação dos seus efectivos. Muitos dos membros das milícias estavam simultaneamente alistados como soldados do TNI, facto este que pode ser comprovado por documentos oficiais indonésios, militares e governamentais.<sup>145</sup> Pelo menos um grupo de milícias (*Tim Saka*) esteve plenamente integrado na estrutura do TNI durante vários anos com o estatuto de “companhia especial”.<sup>146</sup> Acresce que, os líderes das milícias eram tratados como fazendo parte integrante do aparelho de segurança oficial e eram convidados para reuniões com as autoridades militares, policiais e governamentais.<sup>147</sup>

### **Prestação de treino, apoio operacional e fornecimento de armas**

130. O TNI também prestou treino, apoio operacional e forneceu armas às milícias. O papel do TNI no treino das milícias foi confirmado por numerosas fontes, incluindo por documentos indonésios, telegramas e, pelo menos, uma declaração aos meios de comunicação social, feita pelo tenente-coronel Supardi, chefe do Estado-Maior do Comando Militar Sub-regional nos meses iniciais de 1999.<sup>148</sup> O TNI forneceu armas e controlou a sua utilização.<sup>149</sup> Existem numerosas provas documentais mas também pela posse, por parte das milícias, de armas modernas do tipo das utilizadas pela polícia e pelos militares indonésios.<sup>150</sup> O próprio general Wiranto reconheceu aos investigadores que:

*Algumas vezes eram-lhes fornecidas armas, mas isso não significa que [as milícias] levassem armas para onde quer que fossem. As armas encontravam-se armazenadas no quartel militar subdistrital.*<sup>151</sup>

131. A Procuradora-Geral Adjunta para os Crimes Graves fez as seguintes alegações na pronúncia de acusação emitida contra o general Wiranto e outros:

11. Em Março de 1999, ou próximo dessa data, [o governador] Abílio Soares realizou uma reunião no seu gabinete, em Díli. O coronel Suhartono Suratman [comandante do Comando Militar Sub-regional 164] e o tenente-coronel Yayat Sudrajat [comandante da Força de Intervenção *Tribuana* das Forças Especiais] estiveram presentes nessa reunião. Soares disse a um grupo de dirigentes timorenses pró-indonésios que os apoiantes da independência que procuraram protecção junto de padres e de freiras eram comunistas e tinham de ser mortos. Na mesma reunião, informou o grupo que o TNI iria fornecer armas às forças pró-indonésias e que, se o TNI não fornecesse armas em quantidade suficiente, ele próprio o faria. Comprometeu-se ainda em financiar a organização pró-Indonésia *BRTT*.
12. Em Março de 1999, ou próximo dessa data, Sudrajat e outros membros do TNI entregaram um elevado número de armas de fogo a um dirigente timorense pró-indonésio. Sudrajat pediu ao dirigente timorense que entregasse as armas aos grupos de milícias pró-indonésios.
13. Em Abril de 1999, ou próximo dessa data, o major-general Zacky Anwar Makarim [o responsável pela Agência de Serviços de Informação das Forças Armadas, *BIA*], disse a comandantes do TNI e a dirigentes timorenses pró-indonésios que eles tinham de trabalhar arduamente pela autonomia, porque, se a autonomia perdesse, iria correr mais sangue. Afirmou aos dirigentes timorenses pró-indonésios a possibilidade de utilizarem armas de fogo automáticas e instruiu Suratman para tratar da recolha e distribuição das armas de fogo.

14. Em Abril de 1999, ou próximo dessa data, Suratman, depois de ter recebido as ordens de Makarim para fornecer armas de fogo automáticas a dirigentes timorenses pró-indonésios, ordenou ao seu subordinado, Sudrajat, que se encarregasse da recolha e distribuição das armas de fogo.<sup>152</sup>

132. O *TNI* também prestou apoio operacional às milícias. Por vezes, esse apoio consistiu na utilização pelas milícias de bases e postos do *TNI*. Para as milícias activadas antes de 1999, a utilização de bases do *TNI* não era senão a continuidade de uma relação de longa data. Exemplo disso foi a utilização da base das Forças Especiais (*Kopassus*) em Lospalos pela Equipa *Alfa*.

### **Operações conjuntas *TNI*-milícias**

133. As operações conjuntas envolviam habitualmente a presença de tropas do *TNI* durante os ataques perpetrados pelas milícias; as tropas do *TNI* tomavam posição atrás das milícias e apenas disparavam para as defender.<sup>153</sup> Exemplo destas operações das milícias na presença de tropas do *TNI*, foi o Massacre na Igreja de Liquiça, em Abril 1999. A participação de membros do *TNI* tornou-se menos frequente após a chegada da UNAMET em Junho de 1999, apesar de se ter continuado a fazer sentir nas semanas que antecederam o escrutínio, incluindo em momentos de maior visibilidade como o ataque à sede da UNAMET em Maliana (Bobonaro), a 29 de Junho de 1999. As operações conjuntas generalizadas recomeçaram em Setembro de 1999, pouco depois do referendo de 30 de Agosto logo que os funcionários internacionais foram forçados a fugir dos distritos, estarem sob cerco na sede da UNAMET em Díli, ou terem deixado o país.<sup>154</sup>

### **Disponibilização de apoio financeiro e material pelo *TNI* e outras agências**

134. Por último, existem provas substanciais que indiciam a disponibilização de financiamento e de recursos às milícias pelas autoridades civis e militares indonésias. Estima-se que o montante canalizado para as milícias, através da administração civil indonésia atinja cerca de 5,2 milhões USD.<sup>155</sup> Foram elaborados orçamentos padronizados por distrito para a “socialização da autonomia”, que continham a afectação de fundos para as milícias e foram submetidos à aprovação do governador. Foram canalizados fundos adicionais através de outros sectores do Governo indonésio e do *TNI*. Existem igualmente provas de que grupos políticos pró-integracionistas, como o Fórum Unido para a Democracia e Justiça (*Forum Persatuan Demokrasi dan Keadilan, FPDK*) e a Frente Popular de Timor Leste (*Barisan Rakyat Timor Timur, BRTT*) – ambos com fortes ligações à administração civil (ver, mais à frente, Administração civil) – serviram de via para a canalização de fundos do governo e dos militares para as milícias.<sup>156</sup> O Fórum Unido era presidido por Domingos Soares, o administrador distrital (*Bupati*) de Díli, enquanto a Frente Popular era presidida por Francisco Lopes da Cruz, o antigo presidente da UDT que fora vice-governador de Timor Leste nos anos iniciais da ocupação e que, até 1999, foi embaixador itinerante com a função de promover internacionalmente a posição da Indonésia relativamente a Timor Leste.<sup>157</sup>

135. Estas ligações de proximidade entre as milícias, o *TNI* e a autoridade civil indonésia, levaram a Comissão de Inquérito da ONU a declarar no seu relatório que:

15. Existem igualmente provas em como o Exército indonésio, as autoridades civis em Timor Leste, e algumas autoridades em Jacarta, prosseguiram uma política de envolvimento das milícias, para influenciar o resultado da Consulta. A abordagem adoptada visava causar a impressão de que os timorenses lutavam entre si.

---

<sup>152</sup> Nos arquivos da CAVR encontram-se diversos orçamentos.

16. Existem provas de que a política de envolvimento das milícias era implementada pela *Kopassus* (Unidade de Comando das Forças Especiais do TNI) e por outras agências de serviços de informação do Exército indonésio. A política manifestava-se activamente sob a forma de recrutamento, financiamento, armamento e instrução e de provisão logística para apoiar as milícias nos ataques de intimidação e terror.
17. Existem provas que demonstram que, em certos casos, efectivos do Exército indonésio, para além de dirigirem as milícias, estiveram directamente envolvidos em ataques de intimidação e terror. A intimidação, o terror, a destruição de propriedade, a deslocação e a evacuação das pessoas não teriam sido possíveis sem o envolvimento activo do Exército indonésio e o conhecimento e a aprovação da chefia do comando militar.
18. A Polícia indonésia, responsável pela segurança segundo o estipulado no acordo de 5 de Maio, esteve aparentemente envolvida em actos de intimidação e terror e, em outros casos, manteve-se passiva sem nada ter feito para os evitar.
19. A Comissão é de opinião que, em última análise, o Exército indonésio foi responsável pela intimidação, terror, assassínios e outros actos de violência infligidos ao povo de Timor Leste antes e após a Consulta Popular. Acresce que, as provas coligidas até à data indicam que determinados indivíduos estiveram directamente envolvidos na violação de direitos humanos.<sup>158</sup>

#### **As consequências da cooperação milícias-TNI**

136. Ian Martin, o Representante Especial do Secretário-Geral da ONU durante a UNAMET, disse à Comissão:

*[O] Procurador Adjunto para os Crimes Graves, nomeado pela ONU, encontrou provas suficientes para acusar a liderança de topo do TNI por crimes contra a humanidade...Na minha opinião, não existe qualquer dúvida de que a destruição de Timor Leste não foi um mero resultado de uma resposta emocional das milícias ou um motim de timorenses no seio do TNI: foi uma operação planeada e coordenada sob a direcção do TNI.*<sup>159</sup>

137. Os acontecimentos violentos de 1999 são abordados noutros pontos do presente relatório (ver Capítulo 3: A História do Conflito, Subcapítulo 7.2: Mortes Ilícitas e Desaparecimentos Forçados, Subcapítulo 7.3: Deslocação Forçada e Fome, Subcapítulo 7.4: Prisão, Tortura e Maus-tratos, Subcapítulo 7.7: Violência Sexual). Para efeitos do presente capítulo, é importante assinalar a estreita relação existente entre o TNI e os grupos de milícias timorenses, assim como o domínio exercido pelo TNI sobre a administração civil e a Polícia nacional em Timor Leste. Quando a ONU entrou em Timor Leste, em Maio de 1999, as milícias apoiadas pelo TNI aterrorizavam a população, sem que houvesse qualquer intervenção por parte da Polícia indonésia.<sup>160</sup>

138. As autoridades indonésias garantiam que estes grupos de milícias eram expressões espontâneas do apoio local à integração e que a violência era o resultado do conflito entre timorenses pró-independência e pró-integração. Mas nada foi feito para controlar esta ameaça. Os responsáveis pelos massacres ocorridos em Liquiça e em Díli, em Abril de 1999, não foram perseguidos, nem levados à justiça. O suposto desarmamento das milícias, em Agosto de 1999, destinava-se, claramente, a criar a impressão de que as milícias estavam a reciprocamente a decisão das Falintil de se acantonarem (ver Capítulo 3: História do Conflito).

---

<sup>158</sup> Em resultado das conversações entre a Indonésia e Portugal, em Nova Iorque no dia 5 de Maio de 1999, os dois governos confiaram ao Secretário-Geral da ONU a organização e condução de uma "Consulta Popular", destinada a determinar se os timorenses aceitavam ou rejeitavam a autonomia especial de Timor Leste na República Unitária da Indonésia. A Força de Polícia Nacional da Indonésia foi incumbida de manter a segurança durante a Consulta Popular.

139. Quando explodiu a violência generalizada após o escrutínio, o *TNI* tentou criar a imagem de que a violência espontânea fora provocada pelo choque e pela ira perante o resultado pró-independência. No entanto, a implementação rápida e a extensão generalizada da violência e da destruição foram indiciadoras de uma operação bem planeada e com abundância de recursos, que contava com um apoio logístico sofisticado.<sup>161</sup> Apesar das milícias serem a linha de frente destas actividades eram, em muitos casos, apoiadas directamente pelos militares e pela polícia.<sup>162</sup> Efectivamente, estavam a implementar um plano do *TNI*. Na realidade, a ameaça de destruição de Timor Leste pelas milícias, caso a independência fosse escolhida, já tinha sido pressagiada pelo coronel Suratman, comandante militar de Timor Leste, vários meses antes da Consulta Popular, quando, numa entrevista a um canal televisivo australiano, afirmou:

*Quero transmitir a seguinte mensagem: se o lado pró-independência vencer, não vai ser só o Governo da Indonésia a lidar com as consequências. A ONU e a Austrália também vão ter de resolver o problema e bem, pois, se isso acontecer, não haverá vencedores. Tudo será destruído. Timor Leste vai deixar de existir tal como é agora. Será muito pior do que há 23 anos atrás.*<sup>163</sup>

140. Ao longo do período que antecedeu o referendo, a população civil timorense foi aterrorizada e não podia contar com a polícia nem com a administração civil para fazerem respeitar o Estado de direito e restaurarem a lei e a ordem. Em vez disso, os militares e a polícia, cuja tarefa era a de proteger a população, permitiram e apoiaram essa violência e intimidação. Nos dias que se seguiram à Consulta Popular\* e com a retirada da ONU e dos observadores internacionais, a cooperação entre as milícias e o *TNI* tornou-se visível quando ambos participaram na retirada de grande parte da população civil para Timor Ocidental e para outras partes da Indonésia.<sup>164</sup> Durante este processo, os militares indonésios, a polícia e as milícias timorenses perpetraram homicídios, actos de violência sexual e outros abusos contra civis.

#### 4.4. Administração civil

##### O Governo provisório de Timor Leste

141. No dia 18 de Dezembro de 1975, pouco tempo depois da invasão em larga escala de Timor-Leste, a Indonésia nomeou o Governo Provisório de Timor Leste (*Pemerintah Sementara Timor Timur, PSTT*).<sup>†</sup> Quase todos os lugares no governo foram ocupados por timorenses apoiantes da integração na Indonésia, que eram, maioritariamente, membros da Apodeti e da UDT. Os membros do Governo Provisório foram empossados em Díli, enquanto decorriam ferozes combates à medida que a invasão avançava para o interior. Durante os sete meses da sua existência, o Governo Provisório esteve destituído de poder para tomar decisões autónomas perante o domínio militar indonésio. O antigo governador Mário Viegas Carrascalão afirmou à Comissão:

---

\* Doze Oficiais de Ligação das Nações Unidas permaneceram na Embaixada Australiana em Díli, após a evacuação da UNAMET, a 14 de Setembro de 1999. Receberam protecção das tropas do Comando da Reserva Estratégica do Exército (*Kostrad*).

† Neste capítulo do Relatório, na versão inglesa utiliza-se o termo “Timor Leste” (East Timor) para representar a designação administrativa indonésia de *Timor Timur* para o território. Assim, Timor-Leste é utilizado para descrever o território, numa altura em que não estava sob administração indonésia.

*Eu não posso afirmar que o PSTT [o Governo Provisório de Timor Leste] fosse realmente um governo. O presidente executivo era Arnaldo de Araújo e Lopes da Cruz o seu adjunto. O presidente da Assembleia Popular era Guilherme Gonçalves. A Assembleia Popular iniciara as suas funções...reuniu-se aqui uma vez, em Maio de 1976, apenas para se debruçar sobre um ponto da sua “agenda”, que era a Integração Sem Referendo.<sup>165</sup>*

142. Quando o Conselho Representativo Popular (DPR) indonésio aprovou a Lei nº 7/76 e o Presidente Suharto a promulgou a 17 de Julho de 1976, a Indonésia declarou o processo de integração de Timor Leste formalmente concluído. A Lei estipulava a formação de um governo provincial. Para a implementar, o governo indonésio aprovou o Decreto Governamental nº 19/1976 no dia 30 de Julho de 1976, que estipulava a estrutura governamental para Timor Leste, aos níveis provincial e distrital. Este decreto transpunha a estrutura padronizada do governo civil indonésio para Timor Leste. Contudo, para além de algumas pequenas modificações, foi mantida em Timor Leste a estrutura da administração civil portuguesa: os concelhos passaram a *kabupaten* (distritos), os postos passaram a *kecamatan* (subdistritos), os sucos passaram a *desas* (vilas) e as aldeias passaram a *kampungs* (aldeias). Em resultado desta política, foram constituídas mais unidades administrativas ao nível do distrito e do subdistrito, pelo que a presença civil administrativa era mais alargada em Timor Leste do que na Indonésia. Além disso, tal como na Indonésia, os militares indonésios (ABRI) em Timor Leste formaram uma estrutura de comando territorial paralela à administração civil, o que resultou numa presença mais marcante a nível local do que era habitual na Indonésia.

**Table 3 - Estrutura administrativa indonésia, com as designações equivalentes portuguesas e militares indonésias**

Nível	Termo indonésio	Posto Administrativo	Equivalente português	Comando militar paralelo
Província	<i>Propinsi</i>	Governador ( <i>Gubernur</i> )	Território	Comando militar Sub-regional ( <i>Korem</i> )
Distrito (13)	<i>Kabupaten</i>	Administrador distrital ( <i>Bupati</i> ) e secretário	Concelhos	Comando militar distrital ( <i>Kodim</i> )
Subdistrito (62)	<i>Kecamatan</i>	Administrador subdistrital ( <i>Camat</i> ) e Assistente subdistrital	Postos administrativos	Comando militar subdistrital ( <i>Koramil</i> )
Aldeia (442)	<i>Kelurahan/Desa</i>	Chefe de aldeia ( <i>kepala desa</i> )	Suco/Aldeia	Oficial da classe de sargento ou equipa de orientação ( <i>Babinsa</i> )
Povoação	<i>Kampung/dusun RW (rukun warga) RT (rukun tetangga)</i>	Chefe de aldeia ( <i>Kepala kampung</i> )	Aldeia/Povoação	-
Bairro	<i>RT/RW</i>	Chefe de bairro ( <i>Kepala RT</i> )	Bairro	

Fonte: Documentação e pesquisa da CAVR; Arquivo da CAVR

## O cargo de Governador\*

143. Durante o regime da Nova Ordem de Suharto, o governador de uma província indonésia era nomeado pelo presidente para cumprir um mandato de cinco anos e a sua nomeação aprovada pelo Conselho Representativo Popular (*DPR*).<sup>†</sup> Foram nomeados oficiais militares, no activo ou na reserva, para o lugar de governador de muitas províncias indonésias. Em Timor Leste, durante toda a ocupação, a Indonésia nomeou civis timorenses para o cargo de governador.

144. No dia 4 de Agosto de 1976, Jacarta nomeou Arnaldo dos Reis Araújo, dirigente da Apodeti, como seu primeiro governador, fazendo assim surgir a nova província de Timor Leste (*Timor Timur*). Francisco Lopes da Cruz, dirigente da UDT, foi nomeado governador adjunto. Araújo foi substituído em 1978, depois de ter criticado abertamente a Indonésia.<sup>166</sup> Em Setembro de 1980, numa entrevista a um jornalista indonésio, afirmou:

*O governo demonstra estar atento [a Timor Leste], mas infelizmente, essa atenção não é dirigida para os timorenses. É como durante o período colonial português: vinha dinheiro de Portugal destinado ao povo timorense apenas para ser levado de volta, por indivíduos enviados para Timor por Portugal.*

145. Ele aconselhou o Governo Indonésio a:

*Normalizar a situação tão rapidamente quanto possível e pôr fim à situação de terror, ao poder descontrolado, à arbitrariedade, à justiça pelas próprias mãos, à ilegalidade, aos monopólios económicos, etc....em tudo semelhante ao tempo do colonialismo português.*<sup>167</sup>

146. O substituto de Araújo, Guilherme Maria Gonçalves, era um membro da presidência da Apodeti, um dos signatários da Declaração de Balibó e *liurai*. Fora um apoiante notório da anexação indonésia e disponibilizara muitos homens para a formação das unidades de Partidários timorenses que acompanharam as forças invasoras. O seu mandato como governador terminou em 1982, após uma disputa com o coronel Paul Kalangi, que era Secretário Administrativo Regional (*Sekretaris Wilayah Daerah, Sekwilda*), relativa à afectação dos impostos sobre o café, colectados pelo governo local.<sup>168</sup>

147. No decurso destes anos iniciais, a administração civil enfrentou muitos problemas. Dispunha de poucos funcionários, a comunicação era difícil devido à compreensão limitada do indonésio por parte dos timorenses e, ao nível da liderança, verificavam-se disputas entre os membros da Apodeti e da UDT que trabalhavam com a Indonésia. Num relatório da Polícia indonésia, datado de Março de 1983, constata-se que:

---

\* Os governadores de Timor Leste entre 1976/99 foram: Arnaldo dos Reis Araújo, 1976/78, da Apodeti; Guilherme Maria Gonçalves, 1978/82, da Apodeti; Mário Viegas Carrascalão, 1982/87 e 1987/92, da UDT; Abílio José Osório Soares, 1992/97 e 1997/99, da Apodeti.

† O governador, enquanto executivo e presidente do Conselho Representativo Popular Provincial (*DPRD*), é, formalmente, a autoridade máxima numa província indonésia.

Desde a constituição do *PSTT* [Governo Provisório de Timor Leste] que os indonésios deram prioridade a antigos membros do partido Apodeti nas nomeações para cargos governamentais locais [quer fosse para governador ou para administradores distritais ou subdistritais], enquanto os membros do partido UDT se tinham de contentar em serem seus assistentes ou adjuntos. No entanto, muitos dos membros da UDT que tinham ocupado cargos administrativos anteriormente, tinham dificuldades no relacionamento com os seus superiores. Esta situação resulta numa administração local desordenada.<sup>169</sup>

148. Para além disso, a Indonésia considerava a administração civil de importância secundária nos anos iniciais da ocupação, altura em que as *ABRI* mantinham um combate intenso contra as tropas da Fretilin.

149. O terceiro governador, Mário Viegas Carrascalão, um dos fundadores da UDT, foi nomeado a 18 de Setembro de 1982. Cumpriu dois mandatos consecutivos, até Junho de 1992. Carrascalão era um de poucos timorenses com diploma universitário e fizera parte da delegação da Indonésia na ONU entre 1980/82.<sup>170</sup> Ele afirmou à Comissão que foi nomeado após instruções emitidas pelo general Murdani.<sup>171</sup> Durante o período em que Carrascalão desempenhou o cargo de governador, Timor Leste passou por uma fase de 'normalização' dentro o sistema indonésio. A administração foi reforçada e Timor Leste atingiu o nível da maioria das províncias indonésias. No final de 1988, o Presidente Suharto assinou o Decreto Presidencial nº 62/1988, que marcou o fim do encerramento do território e a normalização do seu estatuto de província.<sup>172</sup> Mário Carrascalão afirmou à Comissão que só depois desta decisão é que os militares aliviaram o controlo que exerciam no território.<sup>173</sup>

150. Depois de cumprir dois mandatos de cinco anos, Carrascalão foi substituído por Abílio Osório Soares, em 1992, um vulto de menor importância<sup>†</sup> da Apodeti.<sup>174</sup> A candidatura de Soares foi apoiada pelo tenente-coronel Prabowo, genro do Presidente Suharto, da *Kopassus*, unidade que à data estava profundamente envolvida em Timor Leste.<sup>175</sup> Abílio Soares foi governador até ao final da ocupação indonésia.

151. O antigo presidente da UDT, Francisco Lopes da Cruz, permaneceu vice-governador até 1982. Foi substituído pelo brigadeiro general A. B. Saridjo, que ocupou o cargo até 1993.<sup>176</sup> O sucessor deste foi um outro oficial militar, o tenente-coronel J. Haribowo, que ocupou o cargo até 1999. Os dois últimos governadores adjuntos foram antigos Secretários Administrativos Regionais (*Sekwilda*).

152. Em 1987, Timor Leste estava dividido em três distritos administrativos: o oriental, com sede em Baucau, o central, com sede em Gleno e o ocidental, com sede em Maliana (Bobonaro).<sup>‡</sup> Cada um era administrado por um governador adjunto que, normalmente, era um oficial militar.<sup>177</sup>

### **Secretário administrativo regional (*Sekwilda*)**

153. Oficialmente, o segundo cargo no comando executivo da província era o de Secretário Administrativo Regional (*Sekretaris Wilayah Daerah, Sekwilda*). Na realidade, à semelhança

---

<sup>†</sup> Mário Carrascalão afirmou à Comissão, durante a Audiência Pública Nacional 'Mulheres e o Conflito', em Abril de 2003, que se demitiu do cargo de Governador depois do massacre no cemitério de Santa Cruz, em Novembro de 1991. Na realidade, coincidiu com o final do seu segundo mandato.

<sup>‡</sup> Abílio Soares era o irmão mais novo de José Osório Soares, um vulto de destaque da Apodeti, que foi executado quando esteve detido preventivamente pela Fretilin, em Janeiro de 1976, na costa Sul de Timor-Leste.

<sup>‡</sup> Estas divisões variavam consoante as cinco divisões militares.

daquilo que acontecia nas províncias indonésias, esta era uma posição de influência, uma vez que o Secretário Administrativo Regional detinha o controlo sobre o orçamento da província. Esta era uma posição de nomeação formal do ministro do Interior. De início o cargo foi ocupado por timorenses ainda que todos os nomeados, à excepção de um, fossem oficiais militares. O Secretário Administrativo Regional chefiava um secretariado responsável pelo processamento dos projectos.<sup>178</sup> Ao nível distrital também existia um cargo semelhante.

### Conselho Representativo do Povo

154. O Conselho Representativo Popular é a ala legislativa aos vários níveis de representação administrativa estatal indonésia. Existe ao nível nacional (*DPR*), ao nível de província (*DPRD* Nível I) e ao nível de distrito (*DPRD* Nível II). Teoricamente, o presidente do *DPRD* I é, juntamente com o governador, a autoridade máxima na província. Na altura da ocupação de Timor Leste pela Indonésia, 80% dos lugares do Conselho, em cada um dos níveis, eram contestados pelos três partidos políticos autorizados pelo Estado.<sup>†</sup> Às *ABRI* eram automaticamente atribuídos os restantes 20% dos lugares disponíveis.

155. O primeiro *DPRD* em Timor Leste foi constituído através do Decreto-lei I/AD, 1976, de 4 de Agosto de 1976, e Guilherme Gonçalves foi o seu primeiro presidente. Era composto por trinta elementos, nenhum dos quais eleito. Foram igualmente constituídos *DPRD* a nível distrital. O antigo administrador-adjunto do distrito de Viqueque (*Wakil Bupati*), Armindo Soares Mariano, afirmou à Comissão que no início de 1976, o único critério de selecção para se tornar membro do Conselho era através de nomeação, e respectiva aprovação, pelo grupo de Deliberação da Liderança Regional<sup>‡</sup> (*Musyawah Pimpinan Daerah*, *Muspida*), que era composto pelo administrador e pelo comandante militar distritais. Ele acrescentou:

*Na altura, eles [Muspida] nomeavam os membros directamente, porque não existia ainda qualquer instituição parlamentar, ainda não tinham sido efectuadas eleições gerais. Os membros também eram nomeados o nível distrital. Apesar de existir uma instituição legislativa, eles foram todos nomeados...todos...esta pessoa vinha desta aldeia e deste subdistrito. Digamos que na altura, precisavam de 20 pessoas para o DPRD em Viqueque, então, essas 20 pessoas eram escolhidas nos cinco subdistritos, quatro de cada um, e eram dirigentes informais, liurai locais ou filhos de liurai com alguma notoriedade. Portanto, eles eram nomeados e ocupavam o seu lugar.<sup>179</sup>*

156. Não existe qualquer registo de que o *DPRD* tenha prestado atenção à situação de extrema dificuldade enfrentada pelo povo de Timor Leste durante o surto de fome de 1979/80.<sup>180</sup> No entanto, em 1981, a exploração económica de Timor Leste levada a cabo por oficiais indonésios inspirou os membros do Parlamento local a enviarem um relatório ao Presidente Suharto.<sup>181</sup> O relatório, assinado pelos membros do Parlamento mais jovens e os mais idosos, expressava a decepção sentida relativamente ao regime económico instalado pela potência ocupante e ao impacto que se reflectia sobre o timorense comum:

---

<sup>\*</sup> Secretários Administrativos Regionais em Timor Leste: José Bonifácio dos Reis Araújo (1976), J. R. Sinaga ( *ABRI*), A. Paul Kalangi (*ABRI*, 1980), Drs. A. B. Saridjo (*ABRI*), António Freitas Parada, Johannes Haribowo (*ABRI*), Dr. Radjakarina Brahmana (*ABRI*, 1993/99).

<sup>†</sup> *Golkar*, *PDI* (Partido Democrático Indonésio), *PPP* (Partido Unido para o Desenvolvimento).

<sup>‡</sup> Do ponto de vista teórico, a *Muspida* era um mecanismo de intercâmbio de consultas para permitir a coordenação entre a administração civil, por um lado e a polícia territorial local e os comandos militares, por outro. Na prática, era dominada pelos militares.

*A situação económica da população de Timor Leste passa pela fase mais trágica desde o início da guerra civil...Foi recebido um montante considerável de ajuda destinada a construir a economia...mas o povo de Timor Leste não sentiu qualquer benefício proveniente dos bens agrícolas que produz, tal como café, sândalo, noz molucana, madeira, copra e outros produtos. A PT Denok é uma empresa especial, que se encontra instalada em Timor Leste para absorver os principais produtos económicos da província, a troco dos serviços prestados ao Governo da Indonésia...Cinco anos após a integração, a maioria da população ainda não consegue usufruir de condições estáveis de vida.<sup>182</sup>*

157. O relatório também lastimava o uso indevido de fundos para o desenvolvimento por parte de oficiais militares que ocupavam posições de responsabilidade na administração civil. O relatório acusava o coronel Paul Kalangi, secretário administrativo regional e o capitão A. Azis Hasyam, o vice-secretário, de pilharem os fundos de desenvolvimento afectados pelo governo central de Jacarta. Os membros do *DPRD* reivindicavam ter conhecimento de despesas no montante de “centenas de milhões de rupias”, que consideravam “totalmente fictícias”. O relatório alegava ainda que os medicamentos enviados para efeitos de assistência podiam ser encontrados à venda em lojas de Díli, enquanto os hospitais continuavam a enfrentar carências. Por último, os membros queixavam-se de que, para conseguir emprego no governo da “província”, a maior entidade empregadora no território, o candidato tinha de se tornar cidadão indonésio. Desta forma, o emprego na função pública só estava, de facto, disponível, a apoiantes da ocupação. Os parlamentares que redigiram o relatório foram posteriormente presos, o que constitui uma manifestação da forma como a ocupação militar lidava com questões relacionadas com direitos humanos ou com as mais ligeiras expressões de dissidência.<sup>183</sup>

158. Na Indonésia, as eleições gerais realizam-se de cinco em cinco anos. A primeira eleição nacional em Timor Leste foi realizada em 1982. Votaram 311.375 timorenses. Os resultados foram claramente fraudulentos e, inicialmente, revelavam mais de 100% dos votos expressos no partido do governo, o *Golkar* (ver Capítulo 3: História do Conflito). Em resultado das eleições gerais, 36 indivíduos iniciaram funções no *DPRD* Nível I, oito membros dos quais representavam Timor Leste no *DPR* nacional. Nos anos mais tardios, verificou-se a emergência de algum pluralismo dentro dos limites bem definidos da Nova Ordem. Em 1995, o *DPRD* I de Timor Leste tinha aumentado o seu número de lugares para 45. Nas eleições desse ano, o *Golkar* ocupou 20 lugares, o *PDI* cinco, o *PPP* dois e às *ABRI* ocuparam os nove que lhe estavam reservados.

**Table 4 - Composição da Assembleia Provincial de Timor Leste por grupo, 1980/97**

Ano	<i>PPP</i>	<i>Golkar</i>	<i>PDI</i>	<i>ABRI</i>	Não- <i>ABRI</i>	Total Membros da Assembleia
1980	0	25	0	0	0	25
1981	0	24	0	0	0	24
1982*	0	32	0	4	0	36
1987*	0	34	2	9	0	45
1988	0	34	2	9	0	45
1989	0	33	2	9	0	44
1990	0	34	2	9	0	45
1991	0	34	2	9	0	45
1992*	2	29	5	9	0	45
1997*	1	30	5	9	0	45

\* Esta discriminação sistemática no emprego é equiparável à exigência da Nova Ordem de que todos os funcionários do governo fossem membros do partido *Golkar*, que jurassem proteger os ideais da *Pancasila*.

\*Ano de eleições gerais

Fonte: Parlamento Provincial de Timor Leste

### **Organismos administrativos governamentais: o programa nacional a nível provincial**

159. A administração governamental indonésia, durante a Nova Ordem era extremamente centralizada. A maior parte das decisões de políticas a adoptar eram tomadas em Jacarta, enquanto componente de um sistema de planeamento nacional estruturado. A Indonésia implementava planos quinquenais (*Rencana Pembangunan Lima Tahun, Repelita*) como base da sua política fiscal e de desenvolvimento. Os ministérios, os departamentos do governo e os serviços sediados em Jacarta implementavam as políticas através das estruturas administrativas correspondentes ao nível provincial. Foram necessários vários anos até que esta estrutura estivesse operacional em Timor Leste, dado que a atenção principal da Indonésia concentrava-se nas operações militares. O governo também tinha de seleccionar e formar os funcionários governamentais. Timor Leste foi controlado pelos militares desde o início da ocupação indonésia. Durante os anos iniciais da ocupação, o Departamento de Defesa e Segurança instituiu as equipas que administravam directamente Timor Leste. Timor Leste foi transferido para a tutela do Ministério do Interior em 1978, e a administração iniciou um funcionamento em conformidade com a prática corrente na Indonésia. Contudo, eram os militares que detinham o controlo último sobre a administração. Os militares detinham posições chave na administração civil e exerciam o eficaz poder de veto sobre as nomeações. Esta situação proporcionava-lhes um poder imenso, principalmente sobre a economia da província, mas também sobre a definição política local.

160. Depois da integração formal ter sido concretizada em Julho de 1976, os militares indonésios deram início à implementação de normas em consonância com aquelas que vigoravam nas estruturas indonésias. A 14 de Agosto de 1976, o Ministério da Defesa e Segurança considerou Timor Leste local de operação militar interna, ao criar o Comando Regional de Defesa e Segurança de Timor Leste (*Kodahankam Timor Timur*), sob a tutela do Ministério da Defesa e Segurança.<sup>184</sup> Documentos do ministério afirmavam:

*O Comando Regional de Defesa e Segurança de Timor Leste foi estabelecido com o objectivo de criar os pilares para a Orientação e o Desenvolvimento da Defesa e da Segurança em Timor Leste durante o "período de transição" que se prolongará até ao final do Segundo Plano de Desenvolvimento [em Abril de 1979], juntamente com a implementação da Orientação e do Desenvolvimento da Política Nacional de Defesa e Segurança.*<sup>185</sup>

161. A componente do presente capítulo que incide sobre as *ABRI* aborda este processo em maior detalhe. Os militares estabeleceram uma estrutura territorial que introduziu o sistema de comandos e de postos militares e policiais, em paralelo com a administração civil até ao nível de aldeia.

162. Durante os primeiros anos da ocupação indonésia, Jacarta administrou Timor Leste directamente. Em 1976/77, a Equipa de Coordenação Central para a Educação e a Cultura (*Tim Koordinasi Pusat Pendidikan dan Kebudayaan*) era responsável pela programação e coordenação educativas. Esta equipa reflectia a atenção precoce prestada pelo regime ocupante ao ensino da língua, como forma de assimilar os timorenses no Estado indonésio.<sup>186</sup> No terreno,

---

<sup>184</sup>Mesmo depois da sua administração estar em consonância com as práticas comuns da Indonésia, Timor Leste continuou a ser um caso especial. Timor Leste recebia um orçamento especial, directamente do governo central e fundos especiais avultados através de instrução presidencial (*Instruksi Presiden, Inpres*). Para além disso, no orçamento nacional existia uma rubrica especial para Timor Leste (rubrica 16 do orçamento).

em Timor Leste, este organismo funcionava através de uma Equipa de Apoio à Educação e Cultura (*Tim Pendamping Pendidikan dan Kebudayaan*).

163. Em 1978, tinha já sido empossada uma equipa com representação mais alargada para se encarregar da administração. Tratava-se da Equipa Central para a Implementação do Desenvolvimento (*Tim Pelaksana Pembangunan Pusat, TPPP*). Os seus quadros provinham de organismos governamentais sediados em Jacarta, e era presidida pelo general Murdani. Funcionava através da Equipa Regional para a Implementação do Desenvolvimento (*Tim Pelaksana Pembangunan Daerah, TPPD*), formalmente encabeçada pelo governador, mas que, na realidade, encontrava-se sob controlo do então secretário administrativo regional, o coronel Paul Kalangi.<sup>187</sup> A maioria dos sectores da administração, como segurança e ordem, assuntos políticos, informação, comunicação, controlo da população e centros de reinstalação, trabalho, reagrupamento familiar e religião, encontrava-se sob supervisão directa do *TPPP*, em Jacarta. O governo local detinha a responsabilidade por apenas cinco sectores: a educação básica, a saúde, as obras públicas, a agricultura e a segurança social.<sup>188</sup>

164. Após 1978, quando o controlo administrativo de Timor Leste foi formalmente transferido do Ministério da Defesa para o Ministério do Interior, a Indonésia criou um maior número de unidades administrativas. Centrou a sua atenção sobre a educação e a informação pública. A primeira unidade governamental a operar foi a delegação educativa provisória, inaugurada em 1978. Para além da educação, a atenção era centrada igualmente sobre a informação e, em 1978, o Departamento de Informação de Timor instalou um retransmissor de televisão em Marabia, nas montanhas a sul, na periferia de Díli. Este departamento atribuiu prioridade à distribuição de aparelhos de televisão em todo o território de Timor Leste, para assegurar o visionamento das emissões.<sup>189</sup>

165. O Conselho Provisório Regional para o Planeamento e Desenvolvimento (*Badan Perencanaan Pembangunan Daerah, Bappeda*) iniciou funções ainda no final da década de 1970. Os seus objectivos visavam a criação de infra-estruturas, principalmente a construção de edifícios para escolas de educação básica e na formação de professores. Em 1979, foi constituído o Departamento de Educação, pelo que este sector ganhou autonomia perante o Gabinete Regional do Departamento para a Educação e Cultura da Província de Timor Leste (*Kantor Wilayah Departemen Pendidikan dan Kebudayaan Propinsi Timor Timur*).<sup>190</sup> Quando o terceiro plano quinquenal nacional foi iniciado, em Abril de 1979, Timor Leste foi parcialmente incorporado no mecanismo de planeamento nacional. No início do quarto plano quinquenal nacional, em 1984, Timor Leste passou a constituir parte integrante no processo de planeamento e implementação das políticas indonésias.

166. No início da década de 1980, a Indonésia desenvolveu estruturas administrativas convencionais em Timor Leste. Estabeleceu as duas unidades-tipo normalmente existentes ao nível provincial – as delegações regionais (*kantor wilayah, kanwil*) dos departamentos do governo central sediados em Jacarta e as unidades operacionais (*dinas*), administradas directamente pelo governo provincial. As delegações e agências regionais são unidades importantes do sistema indonésio de governação na dependência vertical dos departamentos nacionais, e são responsáveis pela implementação directa de políticas, por exemplo tributação e políticas industriais.<sup>191</sup> Em Timor Leste, estas agências eram, na sua maioria, dirigidas por oficiais militares destacados na administração civil (*karyawan*)<sup>†</sup> e o seu quadro de funcionários

---

<sup>†</sup> As delegações e agências governamentais enquadradas numa estrutura “vertical”, sob a tutela de ministérios do governo central, incluíam sectores como Minas e Energia, Agricultura, Cooperativas, Educação e Cultura, Indústria, Transmigração, Comércio, Saúde, Florestas, Transportes, Informação, Obras Públicas, Assuntos Sociais, Emprego, Desenvolvimento Rural, Ideologia do Estado e Planeamento Familiar (*BKKBN*). Outras delegações incluíam Logística Regional, o Conselho Regional para o Planeamento e Desenvolvimento (*Bappeda*), o Gabinete do Inspector Provincial, Estatística e os Assuntos Sociais e Políticos.

<sup>†</sup> Os oficiais *karyawan* eram oficiais militares activos, destacados na administração civil no contexto da doutrina de ‘função dupla’ das *ABRI*, que lhes atribuía um papel na política e no desenvolvimento, assim como na defesa (Ver ponto 4.3: Militarização da sociedade timorense). No final da ocupação, os *karyawan* detinham 140 posições-chave no governo

preenchido essencialmente por não timorenses.<sup>192</sup> Entre estas instituições regionais contava-se o poderoso Conselho Regional para o Planeamento e Desenvolvimento (*Badan Perencanaan Pembangunan Daerah, Bappeda*). Sendo a instituição primordialmente responsável pela coordenação de projectos governamentais, este Conselho atribuía projectos lucrativos a empresas, aos militares e a funcionários do governo.<sup>193</sup>

167. O outro grupo de organismos administrados directamente pelo governo provincial era constituído por unidades operacionais denominadas *dinas*,<sup>\*</sup> algumas das quais dispunham de delegações a nível distrital. Contavam com uma proporção mais significativa de quadros timorenses que, em alguns casos, atingia os 60% do total de funcionários.<sup>194</sup> Apesar da responsabilidade administrativa provincial por estas unidades operacionais, a elevada sobreposição entre as delegações provinciais e as delegações regionais dos departamentos centrais implicava que, na generalidade, o governo local era apenas “uma mera extensão do governo central”.<sup>195</sup>

### Administração distrital e subdistrital

168. A administração a nível distrital era chefiada por um administrador distrital (*Bupati*), nomeado pelo governador. O administrador distrital era responsável pela coordenação dos subdistritos (*kecamatan*) dentro de cada distrito. A escassa densidade populacional de Timor Leste, acrescida de um número elevado de divisões administrativas distritais e subdistritais, fazia deste território uma província com uma estrutura administrativa excessiva.

169. A administração governamental ao nível do distrito consistia, principalmente, em delegações de *dinas*. Por exemplo, existia uma *dinas* para cada unidade administrativa local - funcionários, serviços públicos e infra-estruturas. Entre as *dinas* ao nível distrital existia uma proporção relativamente elevada de funcionários timorenses, cerca de 60%, apesar da maioria ocupar cargos subalternos.<sup>196</sup> Depois de, em 1987, Timor Leste ter sido subdividido em três regiões administrativas, foi nomeado um governador-adjunto por região que coordenava os administradores distritais.

170. Nos anos iniciais da ocupação, os candidatos com as qualificações necessárias para o funcionalismo público eram escassos o que afectou as nomeações para inúmeros cargos. O relato do ex-administrador distrital de Lautém durante os anos iniciais da ocupação indicia as dificuldades enfrentadas pelos militares ao estruturarem a administração:

*Os funcionários públicos do período português foram imediatamente nomeados. As nomeações tinham de ser aprovadas pelas ABRI...Aqueles de entre nós que tinham descido [das montanhas] numa fase inicial e que tinham sido funcionários públicos, foram imediatamente nomeados, independentemente de serem da Fretilin, da Apodeti ou da UDT...eram nomeados...Mas todos os subdistritos tinham um Camat [administrador subdistrital]. Havia quadros do governo central para nos ajudarem. Também pertenciam às ABRI...e ajudavam-nos porque não falávamos indonésio.*<sup>197</sup>

---

de Timor Leste, incluindo a chefia de 19 departamentos administrativos provinciais, o cargo de vice-governador e dois postos de governador-adjunto. O secretário administrativo regional (*Sekwilda*), o chefe dos Assuntos Sociais e Políticos (*Kakansospol*) e o director regional do Conselho Regional para o Planeamento e Desenvolvimento (*Bappeda*) eram militares. Ao nível distrital, os militares controlavam 64 posições, incluindo 3 das 13 administrações distritais (*Bupati*). Ver os documentos militares apreendidos, datados 1998, *Rekapitulasi Karyawan ABRI yang bertugas di eksekutif + legislative*, pp. 16-17.

<sup>\*</sup> As unidades *dinas* incluíam Agricultura, Pecuária, Educação e a Cultura, Pescas, Florestas, Rendimento Local, Minas, Plantações, Saúde Pública, Obras Públicas, Estradas e Tráfego Rodoviário, Assuntos Sociais e Turismo.

171. À exceção de um, os primeiros administradores distritais eram todos membros ou simpatizantes da Apodeti ou da UDT. Alguns, como Cláudio Vieira, eram ex-membros dos Partidários. As nomeações parecem ter sido efectuadas com base num misto de desespero para encontrar pessoal qualificado com a preocupação militar de controlo e obediência. As decisões quanto a outras nomeações-chave, como a de administrador subdistrital (*camat*), eram tomadas pelo administrador distrital juntamente com o grupo de Deliberação Regional de Liderança (*Musyawah Pimpinan Daerah, Muspida*).<sup>198</sup> O ex-administrador adjunto do distrito de Viqueque, Armindo Soares Mariano, descreveu o processo à Comissão:

*Era o Bupati [administrador distrital], juntamente com o Muspida [grupo de deliberação regional de liderança], que submetia a recomendação. Nessa altura, não era aplicado qualquer critério. Por isso, o Bupati submetia o nome. Era a sua sugestão pessoal e era assinada pelo Dandim [comandante militar distrital], que era o presidente do Muspida. O Bupati também a assinava. Depois, o nome era remetido para o nível provincial e a nomeação era feita por Decreto Governamental.*<sup>199</sup>

172. Os oficiais militares ocuparam alguns dos cargos de administrador distrital ao longo de todo o período da ocupação indonésia, apesar de os timorenses serem tendencialmente nomeados para este cargo, assim como para o de governador.

---

<sup>198</sup> Ao nível distrital, o administrador distrital (*bupati*), o comandante militar subregional (*danrem*) e o chefe da polícia (*kapolres*) formavam a Deliberação de Liderança Regional (*Muspida*).

**Table 5 - Administradores distritais por origem e filiação, 1976/99**

Distrito	Datas	Administrador distrital	Partido	Distrito origem	Origem étnica
Aileu	Maio 1976/89	Abel dos Santos F.	UDT	-	Timorense
	1989/94	Fernão Verdial	-	Ainaro	Timorense
	1994	Waluyo	ABRI	-	Indonésio
	1994/99	Suprpto Tarman	ABRI	-	Indonésio
Ainaro	Maio 1976/84	Moisés da Silva Barros	Apodeti	Ainaro	Timorense
		Tenente-coronel H. Hutagalung	ABRI	-	Indonésio
	1994/99	José A. B. dos Reis Araújo	Apodeti	Ainaro	Timorense
	1999	Norberto de Araújo Evaristo D. Sarmento	Apodeti UDT	Ainaro Maubisse	Timorense Timorense
Ambeno	Maio 1976/84	Jaime dos R. de Oliveira	UDT	Same	Timorense
	1984/89	Tenente-coronel Imam Sujuti	ABRI	-	Indonésio
	1994/99	Vicente Tilman P. D. Filomeno Sequeira	Apodeti	Viqueque	Timorense
			Apodeti	Oecusse	Timorense
Baucau	Maio 1976/82	Abel da Costa Belo	Apodeti	Baucau	Timorense
	1982/87	Coronel I. Gusti Ngurah O.	ABRI	-	Indonésio
	1987/92	Dr. Herman Sediono	ABRI	-	Indonésio
	1992/99	Virgílio Dias Marçal	UDT	Baucau	Timorense
Bobonaro	Maio 1976/84	João da Costa Tavares	UDT	Bobonaro	Timorense
	1984/89	João da Costa Tavares	UDT	Bobonaro	Timorense
	1989/92?	Mariano Lopes da Cruz	UDT	Manatuto	Timorense
	1992?/99	Guilherme dos Santos	Apodeti	Bobonaro	Timorense
Covalima	Maio 77/c. 81	Américo da Costa Nunes	Apodeti	Bobonaro	Timorense
	c. 1981/89	Rui Emiliano T. Lopes	UDT		Timorense
		Rui Emiliano T. Lopes	UDT	Suai	Timorense
	1994/99	Dr. Herman Sediono	ABRI	Suai	Indonésio
Díli	Maio 1976/84	Mário Sanches da Costa	Ex-Fretilin	Laleia	Timorense
	1984/89	Raimundo Sarmento	UDT	Manatuto	Timorense
		Armindo Soares Mariano	Apodeti	Viqueque	Timorense
	1994/99	Domingos M. D. Soares	-	Manatuto	Timorense
Ermera	Maio 1976/84	Tomás Aquino Gonçalves	Apodeti	Atsabe	Timorense
	1984/89	Tomás Aquino Gonçalves	Apodeti	Atsabe	Timorense
	1994/99	Tenente-coronel Inf Hidayat	ABRI	-	Indonésio
		Constantino Soares	-	Ermera	Timorense
Liquiça	Maio 1977/84	Francisco dos Santos	Apodeti	Liquiça	Timorense
		Ribeiro			
	1984/89	Jaime Remédios de Oliveira	UDT	Same	Timorense
	1994/99	Gaspar Sarmento Leoneto Martins	UDT Apodeti	Liquiça Ossu	Timorense Timorense
Lautém	Maio 1976/85	Cláudio Vieira	Apodeti	Moro	Timorense
	1985/90	Tenente-coronel Hendrikus		-	Indonésio
	1990/95	José Valente	ABRI	Loré	Timorense
	1995/99	Edmundo Conceição da Silva	Fretilin	Moro	Timorense
		Apodeti			
Manatuto	Maio 1976/84	Luis Maria da Silva	Apodeti	Manatuto	Timorense
	1984/89	Elias Enes Cárceres	KOTA	Manatuto	Timorense
		Abílio José Osório Soares	Apodeti	Laclubar	Timorense
	1994/99	Vidal Doutel Sarmento	Manatuto	Manatuto	Timorense
Manufahi	Maio 1976/84	Alexandrino Borromeo	UDT	Manufahi	Timorense
	1984/89	Tomás Correia	UDT	Manatuto	Timorense
		Nazário Andrade	UDT	Manatuto	Timorense
	1995/99	Nazário Andrade	UDT	Manatuto	Timorense
Viqueque	Maio 1976/84	Jaime dos Santos Carvalho	Apodeti	Viqueque	Timorense
	1984/89	Major Syarif Hidayat	ABRI	-	Indonésio
	1989/94	Y. Hendro S.	ABRI	-	Indonésio
	1995/99	I. Ketut Lunca	ABRI	-	Indonésio
	1999	Martinho Fernandes	Apodeti	Uatu-Lari	Timorense

Fonte: Pesquisa e compilação realizada pela CAVR.

### Administração ao nível da aldeia

173. Uma aldeia indonésia é administrada por um chefe de aldeia (*Kepala Desa*), que se encarrega da coordenação, juntamente com duas unidades administrativas auxiliares de bairro (*Rukun Tetangga, RT* e *Rukun Warga, RW*). No tempo dos portugueses, uma aldeia timorense (*suco*) era, geralmente, administrada por um rei (*liurai*). Durante a ocupação indonésia, o dirigente tradicional hereditário era um indivíduo imposto pelo Estado, tal como acontecia na maior parte da Indonésia.<sup>200</sup>

174. Após as deslocações e reinstalação da maioria da população entre 1976 e o início da década de 1980, a Indonésia deu início ao desenvolvimento económico e social das aldeias de Timor Leste. A Organização de Defesa dos Aldeões foi criada em 1980 através do Decreto nº 25, do Ministério do Interior (*Mendagri*) e, em 1982, a Indonésia estruturou esta mesma organização em Timor Leste. Os funcionários da organização eram aldeões, encarregues de implementarem os objectivos de desenvolvimento estatais ao nível da aldeia.

175. Outro órgão administrativo de relevo ao nível de aldeia era a Unidade Cooperativa de Aldeia (*Koperasi Unit Desa, KUD*). Tratava-se de uma cooperativa agrícola, que trabalhava em colaboração com os monopólios estatais para escoar a produção agrícola. Se bem que a sua missão oficial fosse a de servir de veículo para que o Estado conseguisse assegurar aos agricultores um rendimento e um mercado para os seus produtos, na prática, estas boas intenções eram frequentemente violadas pelos diversos monopólios estatais. Foi o caso em Timor Leste, onde as Unidades Cooperativas de Aldeia eram utilizadas para adquirir café aos agricultores a preços muito inferiores aos do mercado, uma prática que proporcionou elevados lucros à empresa *PT Denok*, detentora do monopólio do café e apoiada pelos militares (ver debate mais pormenorizado no Subcapítulo 7.9: Direitos Económicos e Sociais). O economista indonésio professor Mubyarto, comentou o impacto desta situação na indústria de café timorense e na credibilidade da administração civil:

A estagnação da economia do café deve-se principalmente aos acordos feitos com monopólios privados, que compram o café através do sistema oficial de Unidades Cooperativas de Aldeia. Aos olhos do público, este monopólio privado que opera através das cooperativas de aldeia, diminui a credibilidade do governo, particularmente no que se refere à sua capacidade (e até integridade) relativamente ao desenvolvimento da aldeia.<sup>201</sup>

176. Os comandantes militares e os funcionários administrativos superiores, tais como o governador, beneficiavam deste controlo da indústria do café. O antigo governador Mário Carrascalão descreveu a partilha dos elevados lucros colhidos à custa dos agricultores timorenses e de como os fundos provenientes de “taxas sobre o café” eram divididos entre os oficiais militares e os funcionários civis, ao nível do distrito e da província, o governador, o procurador estatal, o comandante militar e outros.<sup>202</sup>

177. Em 1984, foi lançado um programa de desenvolvimento gerido pelos militares denominado “As *ABRI* Entram na Aldeia” (*ABRI Masuk Desa, AMD*).<sup>203</sup> As *ABRI* defendiam que representava um valioso contributo das tropas territoriais para o desenvolvimento das aldeias, enquanto os críticos do programa viam-no como mais uma forma dos militares manterem a população sob vigilância.

178. O grau de controlo exercido pelos militares sobre a administração e a economia locais, assim como sobre as questões da segurança, deixaram muitos timorenses profundamente amargurados, incluindo alguns que haviam inicialmente apoiado a intervenção e a ocupação indonésias. Um grupo de economistas indonésios descreveu o impacto provocado pelos militares na economia da província:

Devido à interferência excessiva dos militares em questões económicas e de desenvolvimento, a população local tende a não ter grande respeito por eles. Na realidade, uma parte da elite timorense detesta os militares, por os considerar responsáveis pela estagnação económica da região.<sup>204</sup>

### Funcionalismo público

179. A Indonésia construiu um vasto aparelho de serviço público em Timor Leste que, proporcionalmente à população, apresentava uma dimensão quase duas vezes superior ao funcionalismo público nacional.<sup>†</sup> Em 1981, o número de funcionários públicos era de 780. Em 1997, eram mais de 33.602,<sup>205</sup> dos quais 18.000 estavam colocados nos distritos e os restantes 15.300 em Díli. Do número total, muitos eram professores ou técnicos de saúde. Muitos dos funcionários públicos de Timor Leste foram recrutados na Indonésia e, em geral, ocupavam cargos de maior poder do que os seus colegas timorenses. Os timorenses que se candidatassem a um cargo na administração tinham de adquirir a nacionalidade indonésia. Os candidatos timorenses eram, de forma geral, objecto de suspeita e a sua lealdade para com o Estado indonésio e a *Pancasila* estava sob escrutínio permanente. Uma divisão especial das *ABRI*, conhecida por Comando Tático (*Komando Taktis, Kotis*), encarregava-se do escrutínio.<sup>†</sup> A profunda desconfiança relativamente ao pessoal timorense, demonstrada por este processo, pesava na sua falta de oportunidade de ascender a posições superiores do serviço público.<sup>206</sup>

180. A administração civil indonésia em Timor Leste foi, durante a maior parte do período da ocupação, subserviente perante a administração militar e as suas estruturas. Os militares dominaram todos os aspectos da administração nos anos iniciais da ocupação, altura em que a pacificação da Resistência era a principal prioridade e decorriam operações militares de larga escala. No final da década de 1970, com o atenuar da situação, os militares foram incapazes de destruir a resistência armada e a sua preocupação em controlar a população civil resultou no predomínio das estruturas administrativas militares a todos os níveis, incluindo de subdistrito e de aldeia. Os militares também ocupavam os cargos-chave na própria administração civil. Muitos utilizaram-se da posição para seu benefício financeiro pessoal. O resultado foi a existência de duas administrações paralelas, um excesso de administração e o impacto sufocante sobre a economia e o desenvolvimento. A administração civil estava também comprometida pela sua proximidade às *ABRI*.

181. O regime da Nova Ordem gerou um processo de governação altamente centralizado e sediado em Jacarta, o que implicava que as províncias periféricas, como era o caso de Timor Leste, estavam afastadas do processo de decisão relativamente às políticas a adoptar e sem orientação quanto ao seu próprio futuro. Este facto foi agravado no contexto militarizado de

<sup>†</sup> Os funcionários públicos representavam 3,09% da população, contra uma média de 2,12% a nível nacional ( *Timor Timur Dalam Angka*, Biro Pusat Statistik [Timor Leste em Números, Gabinete de Estatística], Díli, 1993).

<sup>†</sup> Os oficiais do Comando Tático estavam presentes em todos os níveis estruturais do comando militar e eram responsáveis pela recolha diária de informação e a vigilância sobre a população. No final da década de 1970, eram responsáveis por investigar a população regressada das montanhas. Qualquer pessoa que requeresse uma licença de trabalho, uma autorização de viagem, um bilhete de identidade ou até uma certidão de casamento, tinha de preencher previamente um formulário de 15 páginas perante o oficial do comando tático. O questionário abrangia detalhadamente a vida privada do indivíduo, e incluía mesmo a algumas gerações. Questionava ainda sobre filiação política, atitude e reacção ao movimento da UDT de 11 de Agosto de 1975, à invasão indonésia em Dezembro de 1975, à integração, à Fretilin entre outras questões. As respostas eram legalmente vinculativas e as “declarações incorrectas” passíveis de punição.

conflito no território. O regime também politizava a administração civil, o que, no contexto de Timor Leste, era sentido de forma ainda mais enraizada, onde os timorenses com um historial activo pró-integracionista eram favorecidos em detrimento dos restantes. Para além disso, a desconfiança das autoridades indonésias relativamente aos timorenses fazia com que os cargos da administração pública, especialmente os superiores, fossem maioritariamente ocupados por indonésios propositadamente destacados para o território.

182. A administração civil em Timor Leste tinha deficiências e estava seriamente comprometida. Num contexto de conflito contínuo e de uma sociedade extremamente militarizada durante os 24 anos de ocupação indonésia, a sua eficácia era limitada enquanto instituição profissional ao serviço do povo do território. Este facto, por si só, obstruiu a protecção e a promoção de direitos humanos do povo timorense.

183. Acresce que, no final de 1998 e no decurso de todo o ano de 1999, o funcionalismo público indonésio foi fortemente politizado em torno da questão da autodeterminação, quer antes quer após os acordos de 5 de Maio. Foram utilizados fundos governamentais para apoiar a campanha pró-autonomia, incluindo para canalizar apoio à actividade das milícias (ver Capítulo 3: História do Conflito).

---

<sup>1</sup> Carmel Budiardjo e Liem Soei Liong, *The War Against East Timor*, Zed Books, London, 1984, pp. 7-17; James Dunn, *East Timor: Rough Passage to Independence*, Longueville Books, New South Wales, 2003, p. 254; Robert Lowry, *The Armed Forces of Indonesia*, Allen and Unwin, S. Leonards, New South Wales, 1996, pp. 315-316.

<sup>2</sup> A maioria da informação contida neste ponto apoia-se em Ulf Sundhaussen, *The Road to Power: Indonesian Military Politics 1945-1967*, Oxford University Press, Oxford, 1982, pp. 1-50.

<sup>3</sup> Ian MacFarling, *The Dual Function of the Indonesian Armed Forces*, Australian Defence Studies Center, University of New South Wales, New South Wales, 1996, p. 114.

<sup>4</sup> Robert Cribb, "How Many Deaths? Problems in the Statistics of Massacre in Indonesia (1965-1966) and East Timor (1975-1980)" in Ingrid Wessel and Georgia Wimhöfer (eds.), *Violence in Indonesia*, Abera Verlas, Hamburg, Germany 2001, pp. 82-98.

<sup>5</sup> Dunn, p. 159.

<sup>6</sup> Lowry, p. 135.

<sup>7</sup> MacFarling, p. 87.

<sup>8</sup> Lowry, p. 20.

<sup>9</sup> *Ibid.*, p. 94.

<sup>10</sup> *Ibid.*, p. 110.

<sup>11</sup> Ulf Sundhaussen, "The Inner Contradiction of the Suharto Regime: A starting point for a withdrawal to the barracks" in David Bourchier e John Legge (eds.), *Democracy in Indonesia 1950s and 1990s*, Centre for Southeast Asian Studies, Monash University, Victoria, 1994, pp. 277-278.

<sup>12</sup> Harold Crouch, "The Trend to Authoritarianism: The Post-1945 Period" in Harry Aveling (ed.), *The Development of Indonesian Society*, University of Queensland Press, St. Lucia, 1979, p. 197.

<sup>13</sup> Harold Crouch, *The Army and Politics in Indonesia*, Cornell University Press, Ithaca, 1978, p. 274.

<sup>14</sup> *Ibid.*, p. 280.

---

<sup>15</sup> State Department, *Annual Report on Military Expenditures, 1998*, submetido à Comissão de Apropriações do Senado dos Estados Unidos de América e à Comissão de Apropriações da Câmara de Representantes dos Estados Unidos de América, 19 de Fevereiro de 1999.

<sup>16</sup> Douglas Kammen, “Notes on the Transformation of the East Timor Military Command and its Implications for Indonesia”, *Indonesia* 67, Abril de 1999, Cornell University South East Asia Program (SEAP), Ithaca, p. 64; Lowry, p. 23.

<sup>17</sup> Crouch, *The Army and Politics in Indonesia*, p. 273.

<sup>18</sup> MacFarling, p. 100.

<sup>19</sup> *Ibid.*, p. 130.

<sup>20</sup> *Ibid.*, p. 145.

<sup>21</sup> Crouch, *The Army and Politics in Indonesia*, pp. 275-77.

<sup>22</sup> Yusuf Wanandi, depoimento à *Audiência Pública Nacional* da CAVR *sobre a Autodeterminação e a Comunidade Internacional*, 15 a 17 de Março de 2004; Subcapítulo 7.9: Direitos Económicos e Sociais.

<sup>23</sup> Crouch, *The Army and Politics in Indonésia*, p. 299.

<sup>24</sup> *Ibid.*, p. 300.

<sup>25</sup> Lowry, pp. 47-48.

<sup>26</sup> Arnold C Brackman, *Indonesia: Suharto's Road*, American-Asian Educational Exchange, New York, 1973, p. 29.

<sup>27</sup> MacFarling, p. 139.

<sup>28</sup> *Ibid.*, p. 92.

<sup>29</sup> *Keputusan Presiden 19/1969* [Decreto Presidencial 19/1969], 3 de Março de 1969, citado in MacFarling, p. 92

<sup>30</sup> Lowry, pp. 70-72.

<sup>31</sup> Ken Conboy, *Kopassus: Inside Indonesia's Special Forces* [Kopassus: Por Dentro das Forças Especiais Indonésias], Equinox Publishing, Jakarta, 2003, p. 197.

<sup>32</sup> Pusat Sejarah dan Tradisi TNI, Markas Besar TNI, *Sejarah TNI Jilid IV (1966-1983)* [Centro para a História e Tradição do TNI, Quartel General do TNI, História do TNI, Volume IV (1966-1983)], Jakarta, 2000, p. 145; Conboy, p. 199.

<sup>33</sup> *Surat Keputusan Menhankam/Pangab No. Skep/1063/VIII/1975* [Decreto do Ministro da Defesa e Segurança/Comandante-chefe das Forças Armadas nº Skep/1063/VIII/1975], assinado pelo general M. Panggabean.

<sup>34</sup> *Ibid.*

<sup>35</sup> *Ibid.*

<sup>36</sup> *Surat Keputusan Menhankam No. KEP/03/II/1977 tentang Pokok-pokok Organisasi dan Prosedur Komando Daerah Pertahanan dan Keamanan Timor Timur (Kodahankam Tim Tim)* [Decreto do Ministro da Defesa e Segurança, nº KEP/03/II/1977 sobre os Princípios e Procedimentos Organizacionais do Comando Regional de Defesa e Segurança de Timor Leste], 18 de Fevereiro de 1977.

<sup>37</sup> *Surat Keputusan Menteri Pertahanan dan Keamanan/Panglima ABRI dan Menteri Dalam Negeri, No. KEP/35/X/1976 – No. 261, Tahun 1976 tentang Pembentukan Organisasi dan Tatakerja Staf Kordinasi Kewilayahan Propinsi Timor Timur* [Decreto do Ministro de Defesa e Segurança/Comandante-em-chefe das Forças Armadas e Ministro do Interior, nº KEP/35/X/1976 – nº 261, ano 1976 sobre a Formação e Coordenação Organizacional da Gestão de Funcionários para o Território da Província de Timor Leste], 26 de Outubro de 1976.

- <sup>38</sup> *Telegram Menteri Pertahanan dan Keamanan/Panglima ABRI, Nomor STR/969/1978 tentang Persiapan Likwidasi Kodahankam Tim-Tim* [Telegrama do Ministro de Defesa e Segurança/Comandante-em-chefe das Forças Armadas, nº STR/969/1978 sobre os Preparativos para a Liquidação do Comando Regional de Defesa e Segurança de Timor Leste], 11 de Setembro de 1978.
- <sup>39</sup> Jiwa Atmadja, *TNI Kembali ke Jatidiri: Profesionalisme Kodam IX/Udayana* [O TNI Regressa à sua Verdadeira Identidade: Profissionalismo do Comando Militar Regional IX/Udayana], Penerbit Tabloid Mingguan Taksu, Denpasar, 2000, p. 65.
- <sup>40</sup> *Surat Keputusan Menteri Pertahanan dan Keamanan, Nomor KEP/23/X/1978 tentang Normalisasi Penyelenggaraan Pertahanan dan Keamanan di Daerah Timor Timur dan Pembubaran Kodahankam Tim-Tim*, [Decreto do Ministro da Defesa e Segurança nº KEP/23/X/1978 sobre a Normalização da Implementação da Defesa e Segurança na Região de Timor Leste e Desmantelamento do Comando Regional de Defesa e Segurança de Timor Leste], 12 de Outubro de 1978.
- <sup>41</sup> *Kolakops Timor Timur dalam Gambar dan Peristiwa Tahun 1992-1993* [Comando de Implementação de Operações de Timor Leste em Fotografias e Acontecimentos nos Anos 1992-1993], Díli, 1993, p. 182.
- <sup>42</sup> Tapol, *East Timor Under The Indonesian Jackboot, An Analysis of Indonesian Army Documents*, Occasional Report nº 26, Outubro de 1998; in <http://tapol.gn.apc.org/reports/REast.htm> a 18 de Junho de 2005.
- <sup>43</sup> Documento enviado pelo Comandante Militar Sub-regional ( *Danrem*) 164/Wiradarma aos Comandantes Militares Distritais 1627 a 1639 (*Dandim*): *TR Dan Kolak Ops No. TR/661/IX/1983*, 28 de Setembro de 1983, como anexado, por exemplo, ao processo judicial de David Dias Ximenes (Nº 22/PID/B/84/PN.DIL).
- <sup>44</sup> Departemen Pertahanan dan Keamanan , *Petunjuk Pelaksanaan No. JUKLAK/01/IV/1979 tentang Kegiatan Bidang Operasi Tempur Tahun 1979-1980* [Departamento de Defesa e Segurança, Orientações a Implementar nº JUKLAK/01/IV/1979 sobre a Acção no Teatro de Operações de Combate para os Anos 1979/1980], 23 de Abril de 1979.
- <sup>45</sup> *Surat Keputusan Pangab No. KEP/17/P/IX/1984* [Decreto do Comandante-em-chefe das Forças Armadas nº KEP/17/P/IX/1984], 19 de Setembro de 1984, citado in *35 Tahun Dharma Bakti Kostrad* [35 Anos de Serviço do *Kostrad*], p. 84.
- <sup>46</sup> *35 Tahun Dharma Bakti Kostrad* [35 Anos de Serviço do *Kostrad*], p. 91.
- <sup>47</sup> Kammen, “Notes on the Transformation of the East Timor Military Command”, pp. 61-76.
- <sup>48</sup> Kepala Tim Analisis Intelijen to Panglima Kolakops, *Memo Intelijen No. R/63/MI/VIII/1992* [Chefe da Equipa de Análise de Informação para o comandante-em-chefe do Comando de Implementação de Operações (*Kolakops*), Memorando do Serviço de Inteligência, nº R/63/MI/VIII/1992], 11 de Agosto de 1992, citado in Samuel Moore, “The Indonesian Military’s Last Years in East Timor. An Analysis of Its Secret Documents”, *Indonesia* 72, Outubro de 2001, Cornell University South East Asia Program (SEAP), Ithaca, pp. 28-29.
- <sup>49</sup> Moore, p. 28.
- <sup>50</sup> *Ibid.*, pp. 26-29.
- <sup>51</sup> Tapol, Occasional Report nº 26.
- <sup>52</sup> Douglas Kammen , “The Trouble with Normal: The Indonesian Military, Paramilitaries and the Final Solution in East Timor”, em Benedict R. O’G. Anderson (ed.), *Violence and the State in Suharto’s Indonésia*, Cornell University South East Asia Program (SEAP), Ithaca, New York, 2001, p. 11.
- <sup>53</sup> Komando Daerah Militer IX/Udayana, Komando Resort Militer 164, *Rekapitulasi Kekuatan Personil Organik dan Penugasan Posisi* [Recapitulação da Capacidade do Pessoal Orgânico e Orientação das suas Tarefas], Novembro de 1997; Komando Daerah Militer IX/Udayana, Komando Resort Militer 164, *Rekapitulasi Kekuatan Personil Organik dan Penugasan* [Recapitulação da Capacidade do Pessoal Orgânico e suas Tarefas], Julho de 1998.

---

<sup>54</sup> Tapol, Occasional Report nº 26.

<sup>55</sup> *Ibid.*

<sup>56</sup> Catriona Drew, “The East Timor Story: International Law on Trial”, *European Journal of International Law*, 1990-2004, Academy of European Law, New York.

<sup>57</sup> *Surat Menhankam/Panglima TNI kepada Presiden RI tentang Perkembangan Lanjut Situasi Timtim dan Saran Kebijaksanaan Penanganannya* [Carta do Ministro da Defesa e Segurança/Comandante-em-chefe do TNI ao Presidente da República da Indonésia sobre o Continuidade da Evolução da Situação em Timor Leste e Recomendações Políticas sobre o modo como lidar com a situação], Nº R/511/P-01/03/14, assinada pelo general Wiranto, 6 de Setembro de 1999.

<sup>58</sup> *Direktif Panglima TNI* [Directiva do Comandante-em-chefe do TNI], Nº 02/P/IX/1999, assinada pelo general Wiranto, sem data mas, aparentemente, emitida no dia 6 de Setembro de 1999.

<sup>59</sup> *Carta R/544/P/IX/1999*, assinada pelo general Wiranto, 20 de Setembro de 1999.

<sup>60</sup> Tomás Gonçalves, depoimento à CAVR, *Audiência Pública Nacional sobre o Conflito Político Interno de 1974/76*, 15 a 18 de Dezembro de 2003.

<sup>61</sup> Bispo D. Ximenes Belo, discurso proferido por ocasião da assinatura do Pacto de Unidade Nacional, no decurso da campanha para as eleições para a Assembleia Constituinte em 2001, Julho de 2001, Arquivos do PNUD sobre a Educação Cívica em Timor-Leste.

<sup>62</sup> Mário Carrascalão e Tomás Gonçalves, depoimento à CAVR, *Audição Pública Nacional sobre o Conflito Político Interno de 1974/76*, 15 a 18 de Dezembro de 2003.

<sup>62</sup> José Ramos-Horta, depoimento à CAVR, *Audiência Pública Nacional sobre o Conflito Político Interno de 1974/76*, 15 a 18 de Dezembro de 2003.

<sup>64</sup> Xanana Gusmão, João Carrascalão e Mari Alkatiri, depoimentos à CAVR, *Audiência Nacional Pública sobre o Conflito Político Interno de 1974/76*, 15 a 18 de Dezembro de 2003.

<sup>65</sup> Mário Carrascalão e Mari Alkatiri, depoimento à CAVR, *Audiência Pública Nacional sobre o Conflito Político Interno de 1974/76*, 15 a 18 de Dezembro de 2003.

<sup>66</sup> Tomás Gonçalves, depoimento à CAVR, *Audiência Pública Nacional sobre o Conflito Político Interno de 1974/76*, 15 a 18 Dezembro de 2003; Entrevista da CAVR a Tomás Gonçalves, membro fundador da Apodeti, Díli, 23 de Outubro de 2003.

<sup>67</sup> Entrevista a Tomás Gonçalves, membro fundador da Apodeti, Díli, 23 de Outubro de 2003; Conboy, p. 206.

<sup>68</sup> HRVD, Testemunhos 4599; 2491.

<sup>69</sup> SCU (Unidade de Crimes Graves), entrevista a Tomás Gonçalves, 8 de Agosto de 2000, p. 4.

<sup>70</sup> SCU, entrevista a Tomás Gonçalves, 8 de Agosto de 2000, p. 5; Conboy, pp. 216-218.

<sup>71</sup> Tomás Gonçalves, depoimento à CAVR, *Audiência Pública Nacional sobre o Conflito Político Interno de 1974/76*, 15 a 18 Dezembro de 2003.

<sup>72</sup> HRVD (Base de Dados de Violações de Direitos Humanos), Testemunho 1689; Entrevista da CAVR a Manuel de Oliveira, Alas, 10 de Outubro de 2003.

<sup>73</sup> SCU, entrevista a Tomás Gonçalves, 8 de Agosto de 2000, p. 5; HRVD, Testemunhos 1108-01, 1123-01, 1794-01, 4470-01, 2525-01, 6410-08, 1748-03, 5018-01 e 3551-01.

<sup>74</sup> T. Sherman, entrevista a João Viegas Carrascalão, 13 de Março de 1996, p. 128-129, 132.

<sup>75</sup> Jill Jolliffe, *East Timor: Nationalism and Colonialism*, St. Lucia, Queensland: University of Queensland Press, 1978, p. 164; Helen Hill, *Gerakan Pembebasan Nasional Timor Lorosae* [Movimento de Timor Lorosa'e], Yayasan HAK e Instituto Sa'he para a Libertação, Díli, 2000, p. 195.

- 
- <sup>76</sup> SCU, entrevista a Tomás Gonçalves, 8 de Agosto de 2000; Conboy, p. 246.
- <sup>77</sup> Dr Asvi Warman Adam, depoimento à CAVR, *Audiência Pública Nacional sobre a Autodeterminação e a Comunidade Internacional*, 15 a 17 de Março de 2004.
- <sup>78</sup> Tomás Gonçalves, depoimento à CAVR, *Audiência Pública Nacional sobre o Conflito Político Interno de 1974/76*, 15 a 18 Dezembro de 2003.
- <sup>79</sup> Entrevista da CAVR a Manuel de Oliveira, Alas, 10 de Outubro de 2003; Entrevista da CAVR a Rui Lopes, Camenassa (Covalima), 31 de Outubro de 2003; Entrevista da CAVR a Tomás Gonçalves, Díli, 23 de Outubro de 2003; Olandino Luís Maia Guterres, Partidário, testemunho escrito à CAVR, 22 de Fevereiro de 1999.
- <sup>80</sup> Geoffrey Robinson, *East Timor 1999 - Crimes Against Humanity*, Relatório elaborado a pedido do Gabinete do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Los Angeles, UCLA, Julho de 2003, p. 160, documento disponibilizado à CAVR pelo Gabinete do Alto Comissário, Abril de 2004.
- <sup>81</sup> Entrevista da CAVR a Manuel de Oliveira, Alas, 10 de Outubro de 2003; entrevista da CAVR a Bonifácio Guterres, Baucau, 10 de Maio de 2003; para uma opinião contrária, ler entrevista da CAVR a António do Rosário, Hera, 23 de Junho de 2003.
- <sup>82</sup> Entrevista da CAVR a Miguel Sanches, Maubara (Liquiça), 2003.
- <sup>83</sup> Tapol, Occasional Report nº 26, Outubro de 1998, p. 4.
- <sup>84</sup> Entrevista da SCU a Tomás Gonçalves, 8 de Agosto de 2000, p. 21.
- <sup>85</sup> Kodam IX Udayana/Korem 164, *Rekapitulasi PA/BA/TA ABRI Putra Daerah Timor Timur* [Comando Militar Regional IX/Udayana, Comando Militar Subregional 164, *Recapitulação dos Oficiais, Soldados e Oficiais da Classe de Sargentos das ABRI, Filhos Nativos de Timor Leste*], Díli, Julho de 1998.
- <sup>86</sup> Conboy, p. 269.
- <sup>87</sup> *Ibid.*, p. 272.
- <sup>88</sup> HRVD, Testemunhos 2281, 0706, 2130, 1619, 1632 e 1633.
- <sup>89</sup> Entrevista da CAVR a António Babo Calcinha, Ermera, 28 de Maio de 2003.
- <sup>90</sup> Entrevista da CAVR a Geraldo da Cruz, Díli, 28 de Junho de 2004; HRVD, Testemunhos 3039 e 0643; Entrevista da CAVR a Bonifácio Guterres, Baucau, 10 de Maio de 2003.
- <sup>91</sup> Entrevista da CAVR a Geraldo da Cruz, Díli, 28 de Junho de 2004; HRVD, Testemunho 0663.
- <sup>92</sup> Entrevista da CAVR a Sebastião da Cunha, Manatuto, 12 de Maio de 2004; entrevista da CAVR a Geraldo da Cruz, Díli, 28 de Junho de 2004.
- <sup>93</sup> Korem 164, Seksi-Intel, *Rencana Penyusunan Kembali Rakyat Terlatih* [Comando Militar Sub-regional 164, Secção de Serviços de Informação, *Plano para a Reorganização de Civis Treinados*].
- <sup>94</sup> HRVD, Testemunho 7735-09.
- <sup>95</sup> HRVD, Testemunhos 7081-03 e 7059-01.
- <sup>96</sup> Procurador-Geral da Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste (UNTAET), Pronúncia de Acusação contra Joni Marques *et al.*, p. 6; transcrição da defesa de Joni Marques, Processo judicial nº 9-PID.C.G/2000, p. 38.
- <sup>97</sup> Entrevista da CAVR a João da Silva, Vemasse, Baucau, 14 de Junho de 2003.
- <sup>98</sup> Robinson, documento disponibilizado à CAVR pelo Gabinete do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, p. 84.
- <sup>99</sup> Ver “Tinjauan Strategis Pembangunan Kekuatan dan Kemampuan Komando Antar Resort Kepolisian 15.3 Timor Timur Tahun 1978-1983,” [Observação Estratégica do Desenvolvimento da Força do Comando

---

e da Aptidão entre as Esquadras de Polícia 15.3 em Timor Leste, 1978-1983], Díli, Março de 1978, Apêndice C, p. 4.

<sup>100</sup> Daerah Pertahanan Keamanan Komando Antar Resort Kepolisian 15.3 Timor Timur, *Tinjauan Strategis Pembangunan Kekuatan dan Kemampuan Komando Antar Resort Kepolisian 15.3 Timor Timur Tahun 1978-1983* [Comando Regional de Defesa e Segurança entre as Esquadras de Polícia 15.3 em Timor Leste, *Observação Estratégica do Desenvolvimento da Força do Comando e da Aptidão entre as Esquadras de Polícia 15.3 em Timor Leste, 1978-1983*], Apêndice C, p. 4, Díli, Março de 1978.

<sup>101</sup> Dinas Penerangan Korps Marinir, *Korps Marinir TNI AL, 1970-2000* [Unidade de Informação do Corpo de Fuzileiros, *Corpo de Fuzileiros do Exército Nacional da Indonésia, 1970-2000*], Jakarta, 2000, p. 219; Entrevista da CAVR a Aleixo Ximenes, Díli, 2 de Fevereiro de 2004.

<sup>102</sup> Daerah Pertahanan Keamanan Komando Antara Resort Kepolisian 15.3 Timor Timur, *Laporan Komando Komtarres 15.3 Timor Timur Dalam Rangka Kunjungan Kapolri Beserta Rombongan Ke Daerah Operasi Timor Timur* [Comando Regional de Defesa e Segurança entre as Esquadras de Polícia 15.3 em Timor Leste, *Relatório do Comando Komtarres 15.3 em Timor-Leste no Contexto da Visita do Comandante da Polícia e da Sua Comitiva à Região Operacional de Timor Leste*], Anexo 17, Junho de 1978.

<sup>103</sup> Komando Daerah Militer XVI/Udayana, Komando Resort Militer 164/Wira Dharma, *Instruksi Operasi No. INSOP/03/II/1982*, [Comando Militar Regional XVI/Udayana, Comando Militar Subregional 164/Wira Dharma, *Instrução Operacional n° INSOP/03/II/1982*], 1982, p. 5. [Nota: dado não existir referência anterior à *Wanra*, este documento possivelmente refere-se a membros da *Hansip* que serviam numa capacidade de *Wanra*.]

<sup>104</sup> *Instrução Operacional n° INSOP/03/II/1982*, pp. 7-8.

<sup>105</sup> *Ibid.*, p. 6.

<sup>106</sup> Manual de Instruções n° JUKNIS/06/IV/1982, *Actividades do Oficial de Orientação da Aldeia (Babinsa /Equipa de Orientação da Aldeia (TPD) no Desenvolvimento e Desmantelamento Faseado das Forças de Resistência Popular Treinadas*, citado in Budiardjo e Liem Soei Liong, pp. 223-227.

<sup>107</sup> HRVD, Testemunhos 0626-02 e 0796.

<sup>108</sup> Manual de Instruções n° JUKNIS/06/IV/1982, p. 223; *Instrução Operacional n° INSOP/03/II/1982*, p. 5; Lowry, p. 111.

<sup>109</sup> Entrevista da CAVR a Marcelino Soares, 8 de Julho de 2003; Budiardjo e Lieng, p. 134; HRVD, Testemunhos 6018-05 e 0429-05.

<sup>110</sup> Dinas Penerangan Korps [Unidade de Informação da Marinha], p. 219.

<sup>111</sup> HRVD, Testemunhos 7273, 3113-02 e 7037.

<sup>112</sup> Lowry, p. 111.

<sup>113</sup> *Ibid.*, p. 112.

<sup>114</sup> Relatório da Comissão de Inquérito indonésia sobre as atrocidades cometidas em Timor Leste em 1999 (*Komisi Penyelidikan Pelanggaran HAM*), Jacarta, 31 de Janeiro de 2000, parágrafo 38.

<sup>115</sup> Entrevista da CAVR a José Sales dos Santos, Bazartete (Liquiça), 25 de Julho de 2003; CAVR entrevista com Pedro dos Santos, Liquiça, 9 de Julho de 2003.

<sup>116</sup> Moore, p. 25.

<sup>117</sup> *Instrução Operacional n° INSOP/03/II/1982*, p. 8.

<sup>118</sup> HRVD, Testemunho 7455-02.

<sup>119</sup> Comando de Defesa e Segurança entre as Esquadras de Polícia 15.3 em Timor Leste, *Observação Estratégica*, p. 15, Díli, Março de 1978.

- 
- <sup>120</sup> Alfredo Alves, depoimento à CAVR na *Audiência Nacional Pública sobre Crianças e Conflito*, 29 e 30 de Março 2004.
- <sup>121</sup> Tomás Gonçalves, depoimento à CAVR, *Audiência Nacional Pública sobre o Conflito Político Interno de 1974/76*, 15 a 18 de Dezembro de 2003; Entrevista da CAVR a Tomás Gonçalves, Díli, 23 de Outubro de 2003.
- <sup>122</sup> *Petunjuk Tehnis No. JUKNIS/05/I/1982 tentang Sistem Keamanan Kota dan Daerah Pemukiman*, [Manual de Instruções n° JUKNIS/05/I/1982 sobre o Sistema de Segurança para a Cidade e Zonas Residenciais], não assinado, sem data (última página em falta).
- <sup>123</sup> HRVD, Testemunho 7092-04.
- <sup>124</sup> *Manual de Instruções n° JUKNIS/05/I/1982*, p. 5.
- <sup>125</sup> *Instrução Operacional No. INSOP/03/II/1982*, p. 1.
- <sup>126</sup> *Decreto do Ministro da Defesa e Segurança, n° KEP/03/II/1977*, p. 45; *Decreto do Ministro da Defesa e Segurança, n° KEP/23/X/1978*, p. 20; Komando Resor [sic] Militer 164, *Petunjuk Tehnis No. JUKNIS/01-A/IV/1982*, assinado por Williém da Costa, 10 de Setembro de 1982, mas aprovado em Abril de 1982; Komando *Operasi* Keamanan Timor Timur, *Prosedure Operasi Tetap Nomor: PROTAP/3/IV/1988 Tanggal* [Comando das Operações de Segurança para Timor-Leste, “*Procedimento Operacional Fixo n° PROTAP/3/IV/1988*”, Apêndice E-2, 30 de Abril de 1988, p. 3; Kodam IX Kolakops, *Rencana Operasi “Halo Kapaz”* [Comando Regional Militar IX de Implementação de Operações, *Plano para a Operação “Halo Kapaz”*], 31 de Agosto de 1991, secreto, citado in Moore, p. 21.
- <sup>127</sup> Robinson, documento disponibilizado à CAVR pelo Gabinete do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, p. 30.
- <sup>128</sup> Comando de Defesa e Segurança Entre Esquadras de Polícia, Anexo 17; Kantor Statistik Propinsi Timor Timur, *Timor Timur Dalam Angka 1981* [Gabinete de Estatística da Província de Timor Leste, *Timor Leste em Números 1981*], Díli, Dezembro de 1982, p. 56.
- <sup>129</sup> Lowry, p. 112.
- <sup>130</sup> Entrevista da CAVR a Joaquim Fonseca, Díli, 23 de Maio de 2004.
- <sup>131</sup> Robinson, documento disponibilizado à CAVR pelo Gabinete do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, p. 85.
- <sup>132</sup> “Gadapaksi Tegakkan Integrasi Timtim” [“Jovens Guardas em Defesa da Integração de Timor Leste”], *Suara Timor Timur* (Díli), 12 de Agosto de 1996; Robinson, documento disponibilizado à CAVR pelo Gabinete do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, “Capítulo 6. Milícias”, p. 86.
- <sup>133</sup> “Gadapaksi Kembangkan 17 Bidang Usaha di Timtim” [Jovens Guardas Desenvolvem 17 Tipos de Negócios em Timor Leste], *Suara Timor Timur* (Díli), 14 de Fevereiro de 1996; “HUT Kopassus Memiliki Makna Refleksi dan Introspeksi” [Reflexão e Introspecção sobre o Significado do Aniversário das Forças Especiais], *Suara Timor Timur* (Díli), 17 de Abril de 1996.
- <sup>134</sup> Komando Daerah Militer IX Udayana/Komando Resor Militer 164, Rekapitulasi Unsur Perlawanan Wilayah Propinsi Timor Timur, Periode Tahun 1997/98 [Comando Militar Regional IX/Udayana/Comando Militar Subregional 164, Recapitulação dos Elementos de Resistência na Província de Timor Leste, Período de 1997/98], Abril de 1998.
- <sup>135</sup> Robinson, documento disponibilizado à CAVR pelo Gabinete do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, p. 98.
- <sup>136</sup> *Ibid.*, p. 87.
- <sup>137</sup> Pronúncia de Acusação, *Procurador-Geral Adjunto para os Crimes Graves contra Wiranto, Zacky Anwar Makarim, Kiki Syahnarki, Adam Rachmat Damiri, Suhartono Suratman, Muhammad Noer Muis, Yayat Sudraja, e Abílio José Osório Soares*, Tribunal Distrital de Díli, Timor-Leste, 22 de Fevereiro de 2003.

- 
- <sup>138</sup> Robinson, documento disponibilizado à CAVR pelo Gabinete do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, p. 98.
- <sup>139</sup> *Ibid.*, pp. 87, 98.
- <sup>140</sup> *Ibid.*, pp. 102-103.
- <sup>141</sup> Relatório da Comissão de Inquérito indonésia sobre as atrocidades cometidas em Timor-Leste em 1999 (Komisi Penyelidikan Pelanggaran HAM), Jacarta, 31 de Janeiro de 2000, parágrafo 51.
- <sup>142</sup> Robinson, documento disponibilizado à CAVR pelo Gabinete do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, pp. 92-93, 104-105.
- <sup>143</sup> *Ibid.*, p. 93.
- <sup>144</sup> *Ibid.*, p. 94.
- <sup>145</sup> *Ibid.*, p. 100.
- <sup>146</sup> *Ibid.*, p. 100.
- <sup>147</sup> *Ibid.*, p. 95.
- <sup>148</sup> *Ibid.*, pp. 101-103.
- <sup>149</sup> *Ibid.*, pp. 106-113.
- <sup>150</sup> *Ibid.*, pp. 106-113.
- <sup>151</sup> Pronúncia de Acusação, *Procurador-Geral Adjunto para os Crimes Graves contra Wiranto, Zacky Anwar Makarim, Kiki Syahnarki, Adam Rachmat Damiri, Suhartono Suratman, Muhammad Noer Muis, Yayat Sudraja, e Abílio José Osório Soares*, Tribunal Distrital de Díli, Timor-Leste, 22 de Fevereiro de 2003.
- <sup>152</sup> *Ibid.*, p. 107.
- <sup>153</sup> *Ibid.*, p.103
- <sup>154</sup> *Ibid.*, pp.104-105.
- <sup>155</sup> *Ibid.*, p.129.
- <sup>156</sup> *Ibid.*, pp. 125, 129.
- <sup>157</sup> *Ibid.*, p. 36.
- <sup>158</sup> Comissão Internacional de Inquérito sobre Timor Leste, Relatório ao Secretário-Geral da ONU, A/54/726, S/2000/59, parágrafos 136-140, New York City, 31 de Janeiro de 2000.
- <sup>159</sup> Ian Martin, depoimento à CAVR, *Audiência Nacional Pública sobre Autodeterminação e a Comunidade Internacional*, 17 de Março de 2004.
- <sup>160</sup> KPP HAM, *Relatório sobre Timor Leste*, Jacarta, 31 de Janeiro de 2000, parágrafos 177 e 180.
- <sup>161</sup> *Ibid.*, parágrafos 185 e 191.
- <sup>162</sup> *Ibid.*, parágrafo 180.
- <sup>163</sup> Ross Coulthart, “Timor à margem”, *Sunday Program*, Channel 9, Sidney, Australia. Emitido em Junho de 1999.
- <sup>164</sup> KPP HAM, *Relatório sobre Timor Leste*, Jacarta, 31 de Janeiro de 2000, parágrafos 184 e 185.
- <sup>165</sup> Entrevista da CAVR a Mário Viegas Carrascalão, Díli, 30 de Junho de 2004.
- <sup>166</sup> *Ibid.*
- <sup>167</sup> Arnaldo dos Reis Araújo, em resposta às perguntas de Saudara Yayat Handayana, Jacarta, 10 de Setembro de 1980.

- 
- <sup>168</sup> James Dunn, *East Timor : Rough Passage to Independence* , Longueville Books, New South Wales, 2003, p. 71.
- <sup>169</sup> Comando Regional de Defesa e Segurança entre as Esquadras da Polícia 15.3 em Timor Leste, *Observação Estratégica do Desenvolvimento da Força do Comando e da Aptidão*.
- <sup>170</sup> Roy Pakpahan, *Mengenal Timor-Timur Dulu dan Sekarang*, Solidaritas Indonesia untuk Perdamaian Timor Timur (Solidamor) [*Conhecer Timor Leste Antes e Agora*, Solidariedade Indonésia para a Paz em Timor Leste (Solidamor)], Jakarta, Setembro 1998, p. 16.
- <sup>171</sup> Entrevista da CAVR a Armindo Soares Mariano, Kupang, 20 de Julho de 2004; Entrevista da CAVR a Mário Viegas Carrascalão, Díli, 30 de Junho de 2004.
- <sup>172</sup> Pakpahan, p. 18.
- <sup>173</sup> Mário Carrascalão, depoimento à CAVR, *Audiência Pública Nacional sobre Mulheres e Conflito* , 28 e 29 de Abril de 2003.
- <sup>174</sup> Monis da Maia, depoimento à CAVR, *Audiência Pública Nacional sobre o Conflito Político Interno, 1974/76*, 15 a 18 de Dezembro de 2003.
- <sup>175</sup> Pakpahan, p. 19.
- <sup>176</sup> Entrevista da CAVR a Mário Carrascalão, Díli, 12 de Setembro de 2003.
- <sup>177</sup> Jon Pedersen e Marie Arneberg, *Social and Economic Conditions in East Timor*, International Conflict Resolution Program, Columbia University, New York, sem ano de publicação, p.115.
- <sup>178</sup> *Ibid.*, p. 116.
- <sup>179</sup> Entrevista da CAVR a Armindo Soares Mariano, antigo Administrador Distrital de Viqueque, Kupang, 20 de Julho de 2004.
- <sup>180</sup> *East Timor in Figures 1981*, Díli, Dezembro de 1982.
- <sup>181</sup> DPRD Tingkat I Timor Timur, Laporan kepada Bapak Presiden Republik Indonesia Tentang Masalah dalam Penyelenggaraan Pemerintahan Timor Timur [Conselho Representativo Popular Regional de Timor Leste. Relatório ao Presidente da República da Indonésia sobre os Problemas na Implementação da Administração Governamental em Timor Leste], Díli, 3 de Junho de 1981; Dunn, *East Timor: A People Betrayed*, pp. 290-291.
- <sup>182</sup> “Objecções do Conselho Representativo Popular Regional de Timor Leste”, Relatório n° 102/DPRD/VII/1981, 3 de Junho de 1981, reproduzido *in Timor Information Service* n° 32, Setembro/Outubro 1981, p. 6.
- <sup>183</sup> Dunn, p. 290.
- <sup>184</sup> Radiogram Menhankam/Pangab [Radiograma do Ministro de Defesa e Segurança/Comandante-em-chefe das Forças Armadas] n° RDG/Siaga/240/B/VIII/1976, 14 de Agosto de 1976, arquivos da CAVR.
- <sup>185</sup> Decreto do Ministro da Defesa e Segurança, n° KEP/03/II/1977.
- <sup>186</sup> Ulu Emanuel (ed.), *20 Tahun Timor Timur Membangun* , [20 Anos, Timor Leste Desenvolve-se], Pemerintah Daerah Tingkat I Timor Timur, Díli, 1995, p. 97.
- <sup>187</sup> Entrevista da CAVR a Mário Viegas Carrascalão, Díli, 30 de Junho de 2004.
- <sup>188</sup> Relatório da delegação Parlamentar Australiana, 1983, p. 66; Entrevista da CAVR a Mário Viegas Carrascalão, Díli, 30 de Junho de 2004.
- <sup>189</sup> Emanuel, p. 100.
- <sup>190</sup> *Ibid.*, p. 99.
- <sup>191</sup> Pedersen e Arneberg, p.117.

---

<sup>192</sup> *Ibid.*, p.116.

<sup>193</sup> TAPOL, Occasional Report n° 26, Outubro de 1998; Lansell Taudevin, *East Timor: Too Little Too Late*, Duffy e Snellgrove, Sydney, 1999, pp. 77-78.

<sup>194</sup> Pedersen e Arneberg, p.116.

<sup>195</sup> *Ibid.*, p. 118.

<sup>196</sup> *Ibid.*, p.117.

<sup>197</sup> Entrevista da CAVR a Cláudio Vieira, Díli, 10 de Junho de 2004.

<sup>198</sup> Entrevista da CAVR a Armindo Soares Mariano, antigo Administrador Distrital de Viqueque, Kupang, 20 de Julho de 2004; Entrevista da CAVR a Cláudio Vieira, antigo Administrador Distrital de Lautém, Díli, 10 de Junho de 2004.

<sup>199</sup> Entrevista da CAVR a Armindo Soares Mariano, antigo Administrador Distrital de Viqueque, Kupang, 20 de Julho de 2004.

<sup>200</sup> Pedersen e Arneberg (eds.), p.116.

<sup>201</sup> Prof. Dr. Mubyarto, Dr. Loekman Soetrisno, *et al.*, *East Timor: The Impact of Integration*, Gadjah Madah University, Yogyakarta 1990, traduzido pelo Programa de Recursos e Informação sobre a Indonésia, Austrália, 1991, p. 50.

<sup>202</sup> Entrevista da CAVR a Mário Viegas Carrascalão, Díli, 30 de Junho de 2004.

<sup>203</sup> Emanuel, p. 163.

<sup>204</sup> Prof. Dr. Mubyarto, *et al.*, p. 61.

<sup>205</sup> Kantor Statistik Timor Timur, *Timor Timur Dalam Angka 1983* [Gabinete de Estatística de Timor Leste, *Timor Leste em Números 1983*], p. 32; Kantor Statistik Timor Timur, *Timor Timur Dalam Angka 1997* [Gabinete de Estatística de Timor Leste, *Timor Leste em Números 1997*], p. 57.

<sup>206</sup> Prof. Dr. Mubyarto *et al.*, p. 60.